

O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

E OS

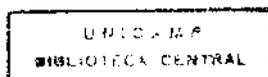
MOVIMENTOS DE MASSA

Análise da posição do PCB frente às greves de 1978-80

Dissertação de mestrado
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Unicamp

Guilherme Cavalheiro Dias Filho

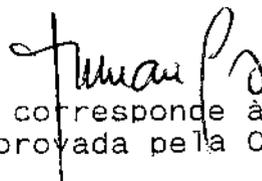
Orientador: Prof.Dr. Armando Boito Jr.



Guilherme Cavalheiro Dias Filho

O Partido Comunista Brasileiro e os Movimentos de Massa
Análise da posição do PCB frente às greves de 1978-80

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Ciência Política
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação do Prof. Dr. Armando Boito Júnior.


Este exemplar corresponde à redação final da dissertação
defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 20/04/94.

Abril 1994

Agradecimentos

Ao CNPq, sem o qual esta pesquisa não existiria. A diretoria do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp pela facilidade criada através da "sala de redação de teses".

Ao meu orientador, prof. Armando Boito Júnior, pela atenção e motivação dedicadas ao meu trabalho desde os tempos de graduação. Aos professores Caio Navarro de Toledo e Ricardo Antunes, pela contribuição que deram à minha dissertação através de suas críticas em meu exame de qualificação. Ao prof. Décio Saes, a gentileza de sempre mostrar-se disponível na resolução de inúmeros problemas acadêmicos. Ao prof. Edmundo Fernandes Dias, pela contribuição que deu a minha formação acadêmica e pela oportunidade de ser recebido como amigo em sua casa.

Ao Raul e à Maria, pelo apoio recebido durante o nosso curso de pós-graduação na Unicamp.

Ao Eduardo e à Teresa, pela revisão da redação final desta dissertação. A Iara, Maurício, Leslye e Henrique pela companhia e ajuda nos momentos mais difíceis da conclusão deste mestrado. Ao Helion e à Ana, pelo privilégio de sua companhia desde minha chegada em Campinas. Ao Marcos Antônio, pela delicadeza com que pautou a leitura rigorosa

de vários de meus escritos. Ao Ronaldo, pela franqueza que tem dado à nossa amizade. Ao Chicão, por ter compartilhado minhas tristezas e alegrias e por ter o dom de transformar desilusões em belas piadas. Ao Galdino e à Patricia, pela camaradagem infalível de sua presença. Ao Manduca, pela generosidade sem a qual problemas insolúveis já teriam virado tragédias e hoje são apenas histórias engraçadas de se contar. À Suzana e à Nani, pela carinhosa acolhida em sua casa. Ao João e à Juliana, pela felicidade de tê-los como grandes amigos em nossa república onde aproveitei-me abusadamente de sua companhia.

A minha irmã Cláudia e ao meu cunhado Cláudio, pelo carinho e apoio que deram aos meus estudos. A minha irmã Fernanda, pela amizade e pelas visitas que fez a Campinas durante minha estadia nesta cidade. A minha irmã Isabela, pelo carinho e pelo desprendimento material com que marcou nossa amizade.

Aos meus pais, Thereza e Guilherme, por toda generosidade e dedicação empenhadas na realização dos sonhos de seus filhos.

A Daniele, minha mulher, companhia inseparável e insubstituível, por toda felicidade proporcionada em nosso casamento. Para quem dedico esta dissertação.

Sumário

Introdução	1
------------	---

I Capítulo

AS LIÇÕES DE 1964 PARA O PCB

1. A Declaração de Março de 1958 e a opção institucional	11
2. A condenação dos movimentos operário e popular	17

II Capítulo

A REVALORIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

1. A vitória do MDB em 1974	21
2. A ofensiva ideológica do PCB	28

III Capítulo

O PCB E A ABERTURA

1. As bases sociais da ditadura e da oposição	40
2. A oscilação da oposição burguesa e o MDB	46
3. O papel da Abertura na conciliação burguesa	52
4. O PCB entre a oposição burguesa e as ações de massa	58

IV Capítulo

O PCB NA CONTRAMÃO DOS MOVIMENTOS DE MASSA

1. A força da oposição nos movimentos operário e popular	69
2. O PCB e os movimentos grevistas	85
3. A atuação do PCB na greve metalúrgica de 1980	93

V Capítulo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. O discurso do PCB e as classes sociais	102
2. O PCB e as classes sociais participantes das greves	106
3. A Igreja e a organização operária e popular	109
4. A organização da classe operária	112
5. A organização dos movimentos de periferia	118
6. Um partido sem base social significativa	123

BIBLIOGRAFIA	127
--------------	-----

Introdução

As pesquisas dedicadas aos partidos de esquerda e a sua relação com movimentos de massa possuem certas peculiaridades. Quando decidimos estudar a posição do Partido Comunista Brasileiro frente aos movimentos de massa de 1978-80, nos deparamos com a seguinte dificuldade: inexistiam estudos sobre o PCB nestes anos e, tampouco, após o golpe militar de 1964. A literatura que aborda o PCB se estende até 1964 e o tema que por último chamou a atenção dos analistas foi a relação do partido com o populismo.¹ A produção científica que se deteve no período posterior a 1964 adotou a esquerda armada como principal objeto e o PCB foi analisado de forma secundária.²

A partir de 1978, os esforços dos cientistas sociais e historiadores concentraram-se no estudo dos chamados novos movimentos sociais. É rica e abundante a literatura sobre o novo sindicalismo, bem como sobre os novos movimentos dos

¹ Francisco C. Weffort. "Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)" in *Estudos Cebrap* nº4, São Paulo, abril/junho 1973, pp.65-106. Argumento semelhante encontra-se em Arnado Spindel. *O Partido Comunista na Gênese do Populismo*. São Paulo, Símbolo, 1980.

² Destacam-se Jacob Gorender. *Combate nas Trevas*. São Paulo, Atica, 1987 e Daniel A. Reis Filho. *A Revolução Falhou ao Encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1990, 2ª edição.

moradores da periferia dos centros urbanos.³ De forma geral, estas pesquisas podem ser caracterizadas pelo destaque que deram aos aspectos dos movimentos operário e popular que rompiam com a tradição populista; muito foi escrito sobre o novo sindicalismo e sobre o Partido dos Trabalhadores.⁴

A pesquisa buscou superar a ausência de estudos sobre o PCB entre 1978-80 analisando seus documentos e, para esta tarefa, fomos beneficiados pela publicação de significativa parcela de seus manifestos políticos.⁵ Após esta fase, nos dedicamos à compreensão da origem recente daquelas posições

³ Para um entendimento da relevância que estes temas tiveram na literatura ver Vera da Silva Telles. "Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos" in Lúcio Kowarick(org.) *As Lutas Sociais e a Cidade, São Paulo: Passado e Presente*. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1988. Acentuando o rompimento dos novos movimentos sociais com os padrões de ação populista temos o estudo de Eder Sader, *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1991, 2ª edição. Análise dos movimentos de bairro a partir de um estudo de caso encontra-se em Scott Mainwaring, "Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Iguaçu" in Alfred Stepan (org.) *Democratizando o Brasil*. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1988. Estudo sobre o papel desempenhado pela Igreja na organização dos novos movimentos sociais está em Ralph Della Cava. "A Igreja e a abertura, 1974-1985" in Alfred Stepan (org.) op.cit. Balanço crítico dos movimentos sociais é desenvolvido por Ruth Cardoso. "Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia" in Fábio W. Reis e G. O'Donnel (orgs.) *A Democracia no Brasil, Dilemas e Perspectivas*. São Paulo, SP, Vértice, 1988.

⁴ Destacamos Ricardo Antunes, *A Rebelião do Trabalho*. São Paulo, SP, Ensaio e Campinas, SP, Unicamp, 1988 e Armando Boito Júnior, *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo, SP, Hucitec e Campinas, SP, Unicamp, 1991.

⁵ Sobre os anos que nos interessavam aproveitamos as coletâneas organizadas por M.A. Nogueira (org.) *PCB: Vinte Anos de Política: 1958/1979*. São Paulo, Lech, 1980. *O PCB EM SÃO PAULO: DOCUMENTOS 1974/1981*. São Paulo, Lech, 1981 e por Celso Frederico. *A Esquerda e o Movimento Operário*, vol.II A crise do "milagre brasileiro" e vol.III A reconstrução, Belo Horizonte, MG, Oficina de Livros, 1990/91.

e retrocedemos no tempo até a década de 50. Terminado a leitura de quase cem documentos do partido, partimos para o conhecimento dos estudos sobre os novos movimentos sociais.⁶ De certa forma, conseguimos suprir as deficiências que indicamos acima; construímos uma interpretação original sobre a posição do PCB frente aos movimentos de massa de 1978-80 e compreendemos as principais características dos movimentos de massa de 1978-80. Todavia, optamos por um recuo na pretensão de nossa pesquisa. No levantamento das principais questões apontadas pela literatura sobre os novos movimentos sociais, enfrentamos uma série de problemas que ultrapassavam os limites de nosso mestrado. Resolvemos, então, preterir para futuros estudos a parcela de nosso trabalho que abordava a gênese destes movimentos. A nosso ver, este corte não empobreceu nosso texto final, pelo contrário, facilitou a compreensão do que acreditamos ser a nossa principal contribuição para o estudo da posição do PCB entre 1978-80: a sistematização de documentos do partido em função da temática dos movimentos de massa.

Para entendermos a posição do PCB frente aos principais movimentos de massa de 1978-80, selecionamos dos documentos pesquisados as passagens que fazem menção à classe operária e aos movimentos populares. Após esta seleção, nossa análise

⁶ O conjunto de documentos do partido abarcam, entre outros, resoluções de congressos, encontros, manifestos sobre determinados acontecimentos, artigos de militantes e entrevistas de dirigentes publicadas em jornais.

foi pautada pelo estudo das principais características da crise do regime militar. Com este procedimento, acreditamos ter elucidado a seguinte questão: como o PCB justificava o seu combate àqueles movimentos?

Quando nos detivemos em sua avaliação política dos anos 1978-80, percebemos a existência de uma interpretação dos movimentos de massa daqueles anos. No desenvolvimento desta interpretação havia uma leitura particular dos movimentos ocorridos no pré-1964 e em fins dos anos 70, onde apresentavam-se aspectos aparentemente contraditórios. Dirigimo-nos para a tarefa de compreender melhor o que nos pareciam ser contradições, confrontando a interpretação do PCB com a nossa leitura dos acontecimentos ali descritos. Terminada a pesquisa, avançamos no entendimento da relação entre o discurso do PCB e a realidade por ele narrada, contribuindo para a elucidação da posição do PCB aos movimentos operário e popular de 1978-80.

Nos documentos dos partidos que se definem marxistas, a presença dos movimentos operário e popular é uma presença obrigatória, ainda que com diferentes posturas sobre estes movimentos. Estas diferenças têm origem, entre outros fatores, na alteração das condições da luta de classes e no que estas podem trazer de novo ao discurso e às práticas políticas. Os textos do PCB não fogem deste condicionamento. Entre o golpe militar de 1964 e as greves que se iniciam em

1978, identificamos alterações marcantes em sua abordagem dos movimentos operário e popular e conseguimos, apesar de não existirem datas exatas, focalizar três fases distintas.

A primeira fase situa-se entre 1964 e fins da década de 60, quando o PCB estava sob o impacto da derrota sofrida pela queda do governo João Goulart. Nestes anos, o partido esforçou-se por compreender as causas desta derrota. Em sua autocrítica, o PCB acabou condenando os movimentos que reivindicavam as "reformas de base".

Na segunda fase o PCB conferiu novo *status* aos movimentos operário e popular. Identificamos uma revalorização destes movimentos entre o final da década de 60 e 1978. Apesar desta revalorização compreender cerca de dez anos, notamos a existência de um destaque ainda maior dos movimentos de massa a partir de sua segunda metade, entre 1974 e 1978. O início desta fase coincidiu com a proliferação dos grupos de esquerda empenhados em ações armadas. Desgastado por inúmeras dissidências, cunhado como reformista e pacifista, num contexto onde a perspectiva revolucionária e a luta armada estavam em proeminência, o partido respondeu aos seus críticos apontando a necessidade de uma reorganização dos movimentos reivindicativos sufocados pela ditadura. A partir de 1974, com o fim dos grupos armados e a vitória eleitoral do MDB, o PCB ocupou uma posição ideológica ofensiva. Passou a salientar com mais veemência a intervenção legal da opo-

sição, através do MDB, e a necessidade de se mobilizar a classe operária. Comparados com os documentos da primeira metade desta fase, notamos um aumento da importância reservada aos movimentos operário e popular.

A partir de 1978, a ruptura no discurso do partido foi radical. Com o surgimento das greves dos metalúrgicos do ABC paulista e a expansão das paralisações dos trabalhadores em todo o país, os documentos do partido entram em sua terceira fase. Nesta, a orientação do PCB rompeu abruptamente com a revalorização dos movimentos operário e popular ocorrida nos anos anteriores, para dar lugar a críticas cada vez mais acirradas.

Qual a razão desta oscilação? Por que, logo após o golpe militar de 1964, os documentos do PCB criticavam os movimentos por "reformas de base" e, de 1969 a 1977, começaram a sublinhar com veemência a necessidade de reorganizá-los? Por que, de forma abrupta, voltaram a criticá-los a partir de 1978?

Partimos da hipótese que o fio condutor das três fases dos documentos pecebistas seja o aprofundamento das linhas gerais de seu programa surgido em fins da década de 50. De forma sintética, a conhecida Declaração de Março de 1958 delineava uma clara opção pelo caminho institucional. Analisando a derrota de 1964, o partido delineou uma autocrítica

que responsabilizou os movimentos por "reformas de base" pela instabilidade institucional. Respondendo às críticas que recebeu durante a proliferação dos grupos guerrilheiros, o respeito do partido pela legalidade - burguesa - expressou-se no destaque que deu às reivindicações dos trabalhadores.

Com o crescimento político do MDB - o qual apoiava e integrava - e com a derrota da guerrilha, a opção institucional do PCB ganhou novo impulso. A partir de 1974, tanto no número de citações, quanto no conteúdo de seus textos, o PCB deu maior importância aos movimentos operário e popular. Este destaque alterou-se repentinamente em 1978. A condenação das greves foi proporcional ao crescimento das paralisações. Na fase em que nos detivemos, entre 1978 e 80, o legalismo do PCB foi questionado pelos movimentos de massa e, agindo em coerência com seus escritos das outras fases, o partido condenou e combateu os movimentos daqueles anos.

Nas três fases do discurso do PCB, temos duas que condenam e uma que enaltece os movimentos de massa. De um lado, o PCB destacou o papel dos movimentos justamente quando estes não eram fortes ou simplesmente não existiam, entre 1967 e 1977. De outro lado, as condenações dos movimentos ocorreram quando estes tiveram papel decisivo na cena política, tanto no período pré-1964 como a partir de 1978.

Observando mais atentamente a relação entre o discurso do partido e o contexto no qual estava inserido, notamos que o enaltecimento do partido aos movimentos operário e popular foi mais moderado entre fins da década de 60 e início da década de 70, exatamente quando existiam movimentos de resistência à ditadura, através de greves, em 1968, e através dos grupos armados de esquerda, entre 1969 e 1973. Nesta mesma fase, o destaque aos movimentos de massa ocorreu a partir do momento em que a guerrilha estava completamente derrotada e quando os movimentos operário e popular encontravam-se restritos às ações de resistência, entre 1974 e 1978. A condenação dos movimentos pelas "reformas de base" ocorreu *a posteriori*, sob a forma de autocritica e a condenação das greves de 1978-80 aconteceu durante a sua manifestação, sob a forma de uma política anti-greve. É entre estas duas condenações que visualizamos o aprofundamento do programa contido na Declaração de Março de 1958.

O que defendemos é que neste momento, assim como nos posteriores, a restrição do PCB à legalidade burguesa privilegiava o entendimento com determinadas frações burguesas e o combate aos movimentos operário e popular.⁷ No quadro polí-

⁷ Destacamos as seguintes afirmações do autor, salientando que elas dizem respeito aos anos de 1939-1964: "(...) o PCB sempre mostrou-se mais inclinado a acordos com frações de classes altas do que a uma aproximação com outras tendências de esquerda, contra as quais travou sempre um combate sistemático (anarquistas, socialistas, trotskistas, etc.) Não necessariamente uma orientação voltada para as classes trabalhadoras deveria ser revolucionária, como mostra o exemplo de muitos partidos social-democratas. Porém, 'reformista' ou

tico de hegemonia do populismo, o partido associou-se às frações burguesas identificadas com Goulart e buscou a mobilização dos trabalhadores no interior da estrutura sindical oficial. Na crise do regime militar, o PCB associou-se às frações burguesas de oposição e combateu os movimentos que, mesmo presos à estrutura sindical herdada do populismo, opunham-se à ditadura. De um procedimento para outro, o PCB suprimiu de suas diretrizes os elementos ideológicos que o uniam à classe operária e aos setores populares. Entre a crítica aos movimentos do pré-1964 - dos quais tinha participado - e o combate aos movimentos de 1978-80, houve um aprofundamento da opção institucional que consolidou uma tendência já existente no partido. Esta tendência privilegiava ações "pelo alto" e negligenciava ou combatia os movimentos operário e popular.

Apesar de restrita ao estudo de documentos e manifestos do PCB no interior de um momento particular da crise do regime militar, nossa pesquisa não desconsiderou a advertência de Antonio Gramsci, segundo o qual *"escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de*

'revolucionária', uma política 'de classe' implicaria a ênfase na autonomia da reivindicação operária diante de outras classes, privilegiando as demandas próprias dos diferentes grupos de trabalhadores, o que não foi realizado pelo PCB." Leôncio Martins Rodrigues. "O PCB: os Dirigentes e a Organização" in O Brasil Republicano (1939-1964) - *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. X, São Paulo, Difel, 1981, p.437.

um país".⁸ Todavia, em função dos limites de uma dissertação de mestrado, circunscrevemos objetivos menos ambiciosos.

⁸ Antonio Gramsci. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, pp. 22-24. Para este autor, o estudo de um partido deve incorporar a análise: 1º) dos diferentes grupos que disputam a sua direção; 2º) da massa de filiados; 3º) da classe ou das classes sociais representadas por estes grupos e 4º) do tipo de formação social em que está inserido.

I Capítulo

AS LIÇÕES DE 1964 PARA O PCB

Este primeiro capítulo centra-se na alteração que a política do PCB sofreu em fins dos anos 50 e seus desdobramentos após o golpe militar de 1964. Nesta interpretação, que muito se vale do livro de Jacob Gorender, apontamos para o fortalecimento de uma diretriz dentro do PCB que se afastava da classe operária e dos movimentos populares.¹ Esta diretriz dividia, antes do golpe militar de 1964, espaço com uma interpretação distinta dos movimentos operário e popular. Após o golpe, a posição que se afastava destes movimentos tornou-se hegemônica e o seu traço fundamental foi a crítica ao papel desestabilizador que estes desempenharam na cena política.

1. A Declaração de Março de 1958 e a opção institucional

As linhas gerais do Programa Político do Partido Comunista Brasileiro durante os anos de crise da ditadura encontram-se delineadas já em fins da década de 1950. Iremos

¹ *Combate nas Trevas.* .

observá-las no documento intitulado Manifesto de Agosto, de 1950.

Em maio de 1947 o PCB foi surpreendido ao ter seu registro legal cassado. A avaliação de Prestes e da maioria dos dirigentes considerava improvável a cassação, pois "partia de um inexpressivo grupelho fascista".² Segundo o PCB, a burguesia nacional era progressista, "não tinha interesse em tamanho disparate". A reação do partido, expressa no Manifesto de Agosto, pregava a "violência revolucionária imediata".³ Quatro anos depois, em seu IV Congresso (realizado em novembro e, portanto, após o suicídio de Getúlio Vargas) o partido não alterava significativamente o seu direcionamento político.⁴

Do Manifesto de Agosto para o IV Congresso houve uma ressalva quanto à burguesia brasileira. No Manifesto, os grandes capitalistas brasileiros eram ameaçados genericamente. O Programa de 1954 apresentava algumas distinções e, para adequar os representantes do grande capital à primeira etapa da revolução brasileira, de caráter anti-imperialista e antifeudal, só "expropriava" a parcela "serviçal" do imperialismo, restando ao conjunto da burguesia o papel de

² Jacob Gorender. *Combate nas Trevas*. p.21.

³ Moisés Vinhas. *O Partido*. São Paulo, Hucitec, 1982. p.140.

⁴ Edgar Carone. *O PCB*. vol.III 1964/1982. São Paulo, Difel, 1982. p.126.

agente industrializador até a etapa socialista da revolução. Apesar desta alteração, a ação armada permanecia na ordem do dia.

Em 1950 o PCB unia a luta armada à retirada de seus militantes da estrutura sindical oficial, buscando criar organismos autônomos e revolucionário. Apesar da ruptura formal com as definições de 1950 só ocorrer em 1958, já em 1952, a comissão executiva do Comitê Central definia a volta de seus quadros aos sindicatos oficiais. Ao lado de setores da esquerda trabalhista, o PCB ampliou seu contato com a base operária, tendo liderado a greve dos 300 mil, de março-abril de 1953.⁵ Até a entrada do PCB na estrutura do sindicalismo de Estado, esta não tinha obtido êxito na atração de ativistas sindicais. Foi através do PCB que esta estrutura tornou-se atuante; foi o partido que conseguiu fazer o que os trabalhistas até então não tinham conseguido realizar: levar os trabalhadores para a tutela do Estado.⁶

Em 1955 o partido apoiou a candidatura de Juscelino Kubitschek, abandonando a abstenção, praticada no pleito de 1950. Todavia, permanecia no programa a derrubada pelas armas do atual governo (no caso, o governo de Juscelino). Além

⁵ Sobre esta greve nos valem os unicamente da apreciação de Jacob Gorender. *Combate nas Trevas*. p.24.

⁶ Ver Francisco C. Weffort. "Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)" e Arnado Spindel. *O Partido Comunista na Gênese do Populismo*.

da contradição entre a letra do programa e suas ações práticas, o XX Congresso do Partido Comunista Soviético ocorrido em 1956 propiciou um clima de discussão política, abrangendo não somente os "crimes de Stalin" mas atingindo o próprio Manifesto de Agosto.⁷

A Declaração de Março de 1958 alterou os meios com os quais o PCB pretendia alcançar a revolução brasileira. A violência revolucionária foi substituída pela via pacífica, ou seja, o poder seria alcançado no interior do regime democrático burguês. Além disto, dentro da primeira etapa da revolução - anti-imperialista e antifeudal - , a hegemonia proletária deixou de ser uma condição fundamental, passando a ser um objetivo da luta.⁸ As duas etapas da revolução brasileira são mantidas, entretanto, o capitalismo brasileiro tem seu desenvolvimento reconhecido, apontando-se a necessidade de reformas no sentido nacional-democrático.

⁷ Ver Raimundo Santos. "Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50". in *História do Marxismo*. Vol.I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. p.142. O autor salienta que os "renovadores" de fins da década de 1950 acabaram sendo marginalizados. Ou seja, aqueles que se destacaram na discussão dos problemas do PCB a partir das revelações de Khrushchev acabaram sendo coagidos quando a direção resolveu assumir a discussão que já estava em "todas as cabeças". Na verdade, segundo o autor, a renovação pecebista, ou a construção da "Nova Política" (presente até a década de 1970), foi anterior à "Declaração de março de 1958" e teve nos elementos que posteriormente foram marginalizados, os seus principais protagonistas.

⁸ "Declaração sobre a política do PCB". Comitê Central, março de 1958. (CARONE. vol.II: 176-196)

A discussão sobre o caráter da revolução na periferia do capitalismo remonta à década de 20, entre o IV (1922) e o VI (1928) Congresso da Internacional Comunista (IC). Um dos pontos de discórdia se referia ao tipo de aliança que os Partidos Comunistas da periferia deveriam estabelecer com as burguesias locais. O que vinha à tona na discussão era o caráter revolucionário (ou contra-revolucionário) destas burguesias. Elas deveriam ser encaradas como ou participantes ativas, liderando a etapa democrático-burguesa, ou ocupando um lugar secundário nesta frente, sob a hegemonia das classes dominadas. A partir de 1928, ano de seu III Congresso, o PCB, assumindo a influência da IC, abandona a concepção de que a revolução brasileira seria "democrático-pequeno-burguesa" para se tornar "democrático-burguesa" anti-imperialista.⁹ As conclusões da IC apontavam para o domínio imperialista e para a necessidade de uma etapa intermediária na construção do socialismo na periferia capitalista. Entretanto, o PCB aplicaria estas formulações de maneira particular. Em primeiro lugar, o capitalismo só se desenvolveria após a revolução democrático-burguesa e, em segundo lugar, a burguesia nacional teria participação especial nesta etapa.¹⁰

⁹ Ver Michel Zaidán. "O grande *Tournant*: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)" in *História do Marxismo*. pp.92-93, 100 e 103. Para Zaidán, nos trinta anos que vão de 1928 a 1958, ano da "Declaração de Março", o PCB viveu sob a tutela da Internacional, não possuindo uma elaboração política autônoma.

¹⁰ Jacob Gorender. "A revolução burguesa e os comunistas". in Maria A. D'Incao (org) *O Saber Militante. Ensaios sobre*

O V Congresso do PCB, realizado em 1960, consolidou a Declaração de Março.¹¹ Tratava-se de um acerto de contas com os acontecimentos que envolveram a oposição do partido ao governo eleito de Vargas (1950-54) e o XX Congresso do Partido Comunista Soviético. O PCB buscava reverter esta situação através de alianças com setores burgueses antagônicos ao imperialismo sem, no entanto, obscurecer a contradição entre as classes dominadas e estas frações do bloco no poder. O sucesso da Declaração de Março conferiu significado pejorativo aos termos políticos presentes no Manifesto de Agosto. Luta armada e hegemonia proletária na primeira etapa da revolução serão, daí em diante, identificados como "desvios de esquerda"; contrastados, conforme interpretação da maioria dos dirigentes do PCB, com a linha correta, presente na Declaração.

Florestan Fernandes, Rio de Janeiro, Paz e Terra/Unesp, 1987. pp. 251-258. O autor salienta que, apesar da influência da Internacional Comunista na concepção da Revolução Brasileira, a ser realizada em duas etapas, a interpretação do PCB é distinta do PC do B. Este último admite que, já na fase nacional-democrática a burguesia monopolista deverá ser expropriada, o que significa a possibilidade de uma passagem quase ininterrupta para a fase socialista. O PCB, diferentemente, marca as duas etapas por um claro gradualismo. Para o PCB, a burguesia contrarrevolucionária é a burguesia monopolista, expressão do capital financeiro, enquanto a burguesia progressista seria aquela formada pelo médio capital, aliada da frente revolucionária nacional-democrática.

¹¹ "O V Congresso dos Comunistas Brasileiros." Outubro de 1960. in *Estudos Sociais*, vol.III, pp.3-11. (CARONE, vol.II: 227)

2. A condenação dos movimentos operário e popular

A letra do texto do V Congresso (1960) abria margem para interpretações conflitantes. A maioria dos dirigentes pecebistas inclinou-se para o entendimento com os setores burgueses encarados como progressistas, representados pelo varguismo e personificados em João Goulart. Todavia, o aspecto do programa que ressaltava o antagonismo inerente à frente pluriclassista, privilegiando a luta pela hegemonia operária, recebeu apenas a atenção de minoria da direção.¹²

Após o golpe militar, a maioria dos dirigentes do partido responsabilizou o grupo que destacava os problemas daquela frente pluriclassista pelos "equivocos" daquela conjuntura. Na seqüência da avaliação feita pelo grupo majoritário, as "sérias debilidades" do partido foram discutidas e enumeradas.¹³ O V congresso foi poupado (chamado de "poderoso instrumento revolucionário"), cabendo descobrir os erros da aplicação de suas resoluções. O primeiro deles estava no tipo de oposição feita a João Goulart, que não soube valorizar os aspectos positivos de seu governo, como a política externa, onde se mantinham relações com os chamados países socialistas. No âmbito interno, este governo foi des-

¹² Ver Jacob Gorender. *Combate nas Trevas*. p.32.

¹³ "Resolução Política." Comitê Central, maio de 1965. in jornal *Voz Operária*, suplemento especial. (CARONE, vol.III: 15)

tacado pelo respeito às liberdades democráticas e pelo atendimento de reivindicações dos trabalhadores. Segundo a maioria dos dirigentes do PCB, errou-se o alvo principal. O partido golpeou o imperialismo indiretamente, através da oposição à política de conciliação de Goulart. Enfim, a burguesia nacional foi equivocadamente atingida em primeiro plano.

Notamos que o desenvolvimento da autocritica ocorreu no tocante à excessiva radicalidade da oposição, que exigiu medidas do governo (reformas de base) sem possuir a devida organização entre as classes populares. O PCB reconheceu ter ficado a reboque do setor da burguesia nacional que estava no poder. "Estar a reboque" significava, segundo o PCB, ter apoiado o *golpismo continuista de Goulart*. O partido, assim como Goulart, teria dado um pretexto de ação às forças reacionárias.

Destacam-se da autocritica do PCB: 1º) a condenação dos movimentos reivindicativos das classes dominadas, devido à desfavorável correlação de forças; 2º) os aspectos positivos da burguesia nacional ficaram restritos ao seu respeito à legalidade democrática e o seu ímpeto em atender o programa de reformas de base foi tomado como um aspecto negativo, resumido ao projeto pessoal de Goulart em se perpetuar no poder; 3º) o reboquismo do PCB, no sentido que o próprio partido lhe dá, não compreendia o seu apoio ao Governo de Gou-

lart mas o seu incentivo às manifestações que exigiam as "reformas de base".¹⁴

Uma expressão significativa da avaliação que predominou no partido é o artigo de um militante que apontava as "causas da derrocada de primeiro de abril de 1964".¹⁵ Segundo este, após o golpe militar, o PCB esforçou-se em demonstrar o quanto era frágil a organização popular e o quanto, proporcionalmente, era aventureira a posição que exigia as reformas de base. O partido distingue dois tipos de arranjos políticos para o pré-64: um correto, chamado de "frente ampla", outro equivocado, denominado de "frente popular". "Popular", segundo o PCB, indicava um campo de ação política identificado com os segmentos comprometidos com as reformas de base. Para o PCB, esta radicalização enfraqueceu a defesa do governo Goulart, propiciando o golpe militar.

A palavra esquerdismo, enquanto termo pejorativo utilizado em debates políticos, encontra-se repetidamente nos documentos do PCB. Tomado dentro de seu contexto, a definição do que (ou de quem) seja esquerdismo serve-nos de instrumento para compreendermos a definição da política do PCB.

¹⁴ "Resolução Política." Comitê Central, maio de 1965. op.cit. (CARONE, vol.III: 15)

¹⁵ Assis Tavares. "Causas da derrocada de primeiro de abril de 1964". Revista *Civilização Brasileira*, Ano I, nº8, julho de 1966. (Carone, vol.III: 27)

Após 1964, o esquerdismo (comparado com a ruptura efetuada pela Declaração de Março com o Manifesto de Agosto), deixou de se restringir à adoção da luta armada e à hegemonia operária na primeira etapa da revolução brasileira para compreender as reivindicações sociais que abalasse as garantias democráticas do Estado de Direito. No discurso pecebista houve o fortalecimento da contraposição entre a idéia de nação, capaz de agregar forças em torno da primeira etapa revolucionária e a idéia de reivindicação social, fragmentadora da aliança com a burguesia.

Como já salientamos, estes dois aspectos - presentes na Declaração de Março e no V Congresso (1960) - propiciaram diferentes orientações ao partido e esta tensão acabou sendo retificada segundo a visão dos dirigentes do PCB no VI congresso do partido (dezembro de 1967). Esta tensão interna foi chamada de "conciliação ideológica", fenômeno ocorrido no Comitê Central e na Comissão Executiva. Tratava-se, depois do golpe militar, de não mais conceder diante de vacilações na aplicação das resoluções do V Congresso. 15

¹⁵ Esta vacilação, que gerava um acirramento das reivindicações sociais, foi definida como "pressa pequeno-burguesa". "Resolução Política do VI Congresso (1967)". (Carone, vol.III: 49)

II Capítulo

A REVALORIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Este capítulo dimensiona a importância da vitória eleitoral do MDB para a crise do regime militar. Em seguida, enfoca a ruptura ocorrida nos escritos do PCB com a sua crítica aos movimentos operário e popular. Ao analisarmos algumas especificidades da conjuntura em que se iniciou a segunda fase dos escritos do PCB, fazemos algumas considerações sobre o que definimos ser a ofensiva ideológica do partido.

1. A vitória do MDB em 1974

A estabilidade da ditadura militar foi sedimentada, em boa medida, sobre um desenvolvimento econômico acentuado que durou até 1973.¹ A partir de então, os índices econômicos, não lhes sendo mais favoráveis, foram solapando a sua base

¹ Fernando H. Cardoso. *O Modelo Político Brasileiro*. São Paulo, Difel, 1972. p.63. Discutindo com Celso Furtado e Hélio Jaguaribe, Cardoso demonstra que ambas perspectivas mostraram-se irrealis ("catastrofistas") diante do desenvolvimento econômico operado durante o regime militar. No que define como "padrão de desenvolvimento dependente-associado", mostra o dinamismo presente neste modelo.

política.² Apesar da crise ditatorial não ter sido deflagrada unicamente por fatores de ordem econômica, o bloco no poder teve suas disputas acirradas a partir do momento em que os altos índices de crescimento da economia desapareceram.³

Até o resultado eleitoral de 74, existia no interior do MDB a proposta de auto-dissolução, entendida como a sua retirada da disputa eleitoral.⁴ Esta perspectiva se devia à crítica de parcela de seus integrantes às restrições sofridas pelas eleições sob a ditadura. As contínuas farsas eleitorais, todas marcadas por atos de exceção, faziam das eleições um jogo de cartas marcadas e o que impulsionava esta crítica eram os altos índices de votos brancos e nulos.

² Fernando H. Cardoso. *O Modelo Político Brasileiro*. pp. 54-56. "O golpe de 64 deslocou o setor nacional-burguês e o grupo estatista-desenvolvimentista da posição hegemônica que mantinham, em proveito do setor mais internacionalizado da burguesia, mais dinâmico e mais 'moderno', porque parte integrante do sistema produtivo do capitalismo internacional". O autor adota a expressão "modelo de desenvolvimento" para apontar qual a relação de forças sociais na ditadura. Para um entendimento da fração burguesa que se torna hegemônica após 64 ver também *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, 3ª edição, pp.178-9 e 198. Nesta obra o autor fala da consolidação da grande empresa, seja privada, seja estatal após 64, o que pode ser compreendido como a fração monopolista do capital. Mais adiante, distinguindo classe dominante de sua fração dirigente, aponta esta última como sendo a constituída pelo capital oligopólico.

³ A definição de bloco no poder encontra-se em Nicos Poulantzas. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1986, 2ª edição. Ainda que de forma incipiente, a aplicação deste conceito para a dinâmica de uma crise do regime ditatorial é encontrada na obra do mesmo autor: *A Crise das Ditaduras*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

⁴ Thomas Skidmore. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, 3ª edição, p.227.

Entretanto, devido aos próprios expurgos por que havia passado, o MDB privou-se de seus quadros mais críticos, tornando a proposta de auto-dissolução minoritária. A partir de 74, esta proposta desaparece definitivamente e o MDB começa a liderar a frente de classes que se articula na oposição. Esta liderança surge em função de sua estrondosa vitória eleitoral.

A inovação e a surpresa de 74 deve-se, em parte, às eleições anteriores. Em 1970, além das eleições para a totalidade da Câmara dos Deputados e das Assembléias Estaduais, dois terços do Senado estavam em jogo. Os governadores, por via indireta, seriam indicados pelas Assembléias em outubro, ainda através da antiga composição. No início de novembro, a "Operação Gaiola" prende pelo menos 5.000 suspeitos de subversão nas grandes cidades, entre os quais políticos do MDB, da Arena e ativistas considerados perigosos pelas forças de segurança.⁵ A intimidação, às vésperas das eleições, era justificada pela ditadura devido às supostas "ações terroristas" que a esquerda armada faria em lembrança ao primeiro aniversário da morte de Carlos Marighella (~~o~~ ~~um~~ ~~dos~~ ~~líderes~~ ~~da~~ ~~guerrilha~~), ocorrida em 4 de novembro de 1969. Este estado ostensivo de repressão certamente delimitou o campo e o nível das críticas à ditadura que poderiam ser feitas na campanha eleitoral e, assim,

⁵ Thomas Skidmore, op.cit. p.228.

conduziu a ampla vitória obtida pela ARENA: das 41 cadeiras disputadas no Senado, o partido ficou com 40. Como o MDB só possuía 6 cadeiras do terço que não havia sido disputado, acabou ficando com apenas 7 das 66 totais. Resta ponderar que, no total dos votos para o Senado, a ARENA recebeu 44%, contra 56% da soma dos votos do MDB (29%), em brancos (22%) e nulos (5%). Especialmente nas capitais houve uma campanha pelo voto em branco como forma de protesto contra o sistema eleitoral forjado pela ditadura. Quando o MDB não tinha candidatos ou quando estes não tinham chances, o voto em branco era elevado. A vitória da ARENA concentrava-se predominantemente nas áreas rurais.⁶ Uma rápida análise das eleições de 1970 mostram que o apoio ao regime não poderia ser devidamente avaliado sem se considerar as imposições que a ditadura colocava sobre o pleito eleitoral.

Ao invés de qualquer operação do tipo "gaiola" e para surpresa geral, no início de novembro de 1974 a ditadura permitiu o acesso dos candidatos à televisão. Um entusiasmo na reta final das eleições parece ter tomado conta até de militantes de esquerda que pregavam o voto em branco (exceção feita ao PCB, que já tinha como orientação votar no MDB). Abertas as urnas, a vitória do MDB é representada especialmente pelas eleições do Senado. Das 22 cadeiras disputadas, o MDB ganhou 16, perdendo somente em Alagoas, Ba-

⁶ Thomas Skidmore. op.cit. p.231.

hia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí.⁷ Todavia a vitória do MDB e a relativa liberalização em relação a 1970 não pode servir à conclusão de que as eleições não tenham sofrido marcantes limitações pela ditadura. O que houve foi uma diminuição da repressão da ditadura sob o governo do general Geisel.

O cerceamento às liberdades políticas, apesar de limitar o processo eleitoral, gerava um clima plebiscitário que acabou colaborando com a vitória do MDB. Em 1974 se votou contra ou a favor da ditadura e o MDB conseguiu canalizar os votos em branco de protesto. A anti-candidatura de Ulisses Guimarães à presidência da República foi o passo inicial para que o MDB transmitisse ao eleitorado a sua crítica ao sistema através de uma espécie de fina ironia.⁸ Com o correr da campanha e com o acesso à televisão, o MDB conseguia inverter a tendência predominante de se protestar contra as regras do jogo votando-se em branco. Em 1974, protestou-se contra a ditadura votando-se no MDB.

⁷ Para um panorama numérico dos resultados eleitorais de 1974, incluídos Senado, Câmara Federal e Assembleias Estaduais ver Sebastião Nery. *As 16 Derrotas Que Abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. pp.153-184.

⁸ Para uma visão crítica das condições em que se realizou o pleito de 74, ver Carlos Estevam Martins. "O Balanço da Campanha" in Bolívar Lamounier e F.H. Cardoso (orgs.) *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 2ª edição. pp.77-125. O autor qualifica as eleições em cinco aspectos: representatividade, liberdade, igualdade, participação e nível ideológico. O que se pode objetar, com excessão do item "liberdade", é que mesmo nos regimes democráticos a otimização feita pelo autor não encontra níveis radicalmente diferentes dos que são apresentados no processo de 1974.

Apesar de ter surpreendido os analistas políticos da época, a vitória do MDB nas eleições de 1974 tinha suas origens. O golpe de 1964 e as posteriores limitações sucessivas que o sistema eleitoral foi sofrendo com a consolidação da ditadura tinham um objetivo claro: a via eleitoral tinha se mostrado um caminho espinhoso para candidatos impopulares bem como para políticas anti-nacionalistas que as forças golpistas acabaram implementando.

As eleições eram, fundamentalmente, a base de sustentação do populismo, contra a qual se insurgiram os militares. Esta tradição, que tinha nas áreas de concentração populacional sua maior expressão, radicalizou-se com a rápida urbanização ocorrida nos dez primeiros anos da ditadura, bem como pelo tipo de crescimento concentrador de renda operado nos anos do milagre econômico. O voto de protesto tinha, portanto, origem anterior a 1964 e, se até 1974 era canalizado pelos votos brancos e nulos, neste ano foi revertido para o MDB. As classes populares, se tomada a história eleitoral de São Paulo anterior a 1964, expressavam sua insatisfação votando em candidatos que representavam um certo espírito oposicionista, mesmo que sua prática não o fosse de forma inequívoca.⁹ Esta tradição do voto urbano de protesto

⁹ Para a tradição de protesto eleitoral existente em São Paulo e as possíveis relações entre o voto no MDB com as classes dominadas ver Fernando Henrique Cardoso, "Partidos e Deputados em São Paulo" in *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. pp.45-75.

foi acentuada pelo caráter plebiscitário que as eleições promovidas no interior de um regime ditatorial possuíam. Na eleição para o Senado em 1974, se considerarmos as oito áreas sócio-econômicas homogêneas de São Paulo, temos na área mais pobre 12.3% de votos para a ARENA e 87.7% para o MDB, enquanto na área mais rica o partido governista obteve 34.2% contra 65.8% da oposição.¹⁰

Mesmo sem existir, entre 1968 e 1977, qualquer greve ou movimento de massa significativo que pudesse ter em seu bojo a vitória de alguma plataforma e/ou candidato que sintetizasse esta luta, houve uma identificação do eleitorado popular com o MDB. Esta vitória abalou a estabilidade política do regime militar, dando início ao período de crise ditatorial. No PCB foi reforçada a necessidade de uma frente antiditatorial, envolvendo as frações dissidentes do bloco no poder.

¹⁰ Para uma análise do processo eleitoral durante a ditadura ver Bolívar Lamounier, "O 'Brasil autoritário' revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura" in Alfred Stepan (org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p.118. A Arena obteve mais votos nas áreas mais ricas. Após os 34.2% na área nº1, o partido teve seus índices diminuídos conforme o aumento da pobreza das áreas: nº2; 30.1%, nº3; 27%, nº4; 24.8%, nº5; 22,5%, nº6; 14.5%, nº7; 14.5% e nº, como já vimos: 12.3%. Observe-se que destas porcentagens foram excluídos os votos brancos e nulos.

2. A ofensiva ideológica do PCB

Assim como o conjunto da esquerda, de 1968 a 1974, o PCB encontrava-se isolado. O crescimento econômico operado pelo chamado milagre e a violenta repressão aos grupos armados consolidava o regime ditatorial. Segundo o PCB, a ditadura com sob o general Médici abandonava sua frágil ligação com alguns preceitos liberais e se tornava fascista. Contra o fascismo brasileiro, colocava a necessidade de uma ampla frente política, onde incluía até setores da Arena.¹¹

Em seu VI Congresso, abandonando a ênfase de sua auto-crítica do pós-64 onde havia destacado a fragilidade do movimento de massa, o PCB apontava a classe operária como a "força motriz da frente antiditatorial". Era na classe operária que deviam se concentrar os esforços do partido. A nosso ver, esta alteração se devia ao debate que o partido travava com as organizações de esquerda que optavam por ações armadas, muitas oriundas de suas próprias fileiras. Inspiradas em boa parte na teoria foquista, surgida a partir do sucesso da revolução cubana, estes grupos acabavam por ignorar a organização dos movimentos reivindicativos, privilegiando a militarização da política. Foi neste contexto que

¹¹ "Por uma frente patriótica contra o fascismo". Comitê Central, novembro de 1973. (Nogueira, 1980: 209)

o PCB salientou a necessidade de organizar a classe operária.

Mesmo sob as limitações ditatoriais, frente às eleições de 1974, o PCB ressaltava a importância dos pleitos realizados. Pregava a necessidade do fortalecimento da união oposicionista em torno de candidatos combativos e a oportunidade de aumentar sua inserção no meio popular através da denúncia da alta do custo de vida. Com a entrada de Geisel no poder, o partido interpretou o afrouxamento da censura às vésperas das eleições como concessão da ditadura, fruto de seu isolamento político. Para o PCB, a causa da situação adversa aos militares foi o término dos efeitos do "milagre econômico"¹². Já antes do pleito de 1974, a crise ditatorial era um fato claro para o partido.

Com o resultado das urnas favorável ao MDB, o PCB passou a condenar com mais firmeza os grupos de esquerda (muitos oriundos de cisões de seus próprios quadros) que se voltaram para a luta armada. Em resposta às críticas que sofreu na década de 60, o partido salientava o triunfo de sua orientação política. A sua posição se estendeu até 1978. Posteriormente a 1974, sempre que se referir às eleições, o PCB sublinhará que nela foi superado

¹² "Resolução sobre tática eleitoral para 1974 no Estado de São Paulo". Comitê Estadual/SP, 1974. (Nogueira, 1981:5) e "O PCB e as eleições de novembro". Comitê Central, maio de 1974. in jornal *Voz Operária* nº111. (Carone, vol.III: 149)

"(...) o equívoco de protestar contra a ditadura por meio de voto nulo ou em branco - equívoco que o nosso Partido sempre combateu com ênfase - (...)"¹³

O ano de 1975 tem, na morte e "desaparecimento" de cerca da metade do Comitê Central pecebista, o ataque mais incisivo da ditadura sobre o partido. Uma vez aniquilada a guerrilha e anunciada a distensão de Geisel, os aparelhos de repressão do Estado centraram sua atenção no PCB. Entre abril e maio, antes do ataque das forças repressivas ao partido, este caracterizava a distensão como manobra do regime, que visava sair do isolamento em que se encontrava.¹⁴ Destacando as declarações do general Geisel, o PCB criticava a abertura lenta e gradual, uma vez que esta não pretendia abdicar dos mecanismos de repressão, oriundos do AI-5.

Em dezembro deste ano, mesmo criticando as limitações da distensão, o partido ressaltava que ela não devia ser combatida.¹⁵ Apesar de salientar o aguçamento da fissura entre a burguesia (o que aumentava a oposição ao regime), frisou a debilidade do partido no tocante à sua não inserção na

¹³ "Nota da Comissão Executiva a propósito da campanha eleitoral". in jornal *Voz Operária* nº146, maio de 1978. (Carone, vol.III: 216)

¹⁴ "A luta pela democracia e nossas principais tarefas." Comissão Executiva do Comitê Central in jornal *Voz Operária* nº122, abril/maio 1975. (Carone, vol.III: 155)

¹⁵ "Resolução Política". Comitê Central. dezembro 1975. in jornal *Voz Operária* nº123. (Carone, vol.III: 164)

classe operária. Por fim, em documento dedicado especialmente ao ataque da ditadura sobre seus quadros, o partido reconhecia seus erros organizativos, causadores da facilidade com que foram mortos seus militantes.¹⁶ Chama a atenção, neste ano, a primeira autocrítica no interior da crise ditatorial concernente à sua ausência no movimento de massa.

Obviamente de acordo com sua filiação ideológica, o PCB faz da classe operária e das suas reivindicações uma presença obrigatória em seus documentos. Desde a majoritária entrada de grupos de esquerda na luta armada, o partido reincorporou ao seu texto político as reivindicações da classe operária e dos assalariados em geral, bem como a necessidade de reorganizá-las. A tarefa a que se propunha o PCB, ao menos até 1978, estava ligada aos movimentos operário e popular.

"(...) o movimento operário e sindical tem hoje diante de si um problema urgente para resolver: romper definitivamente o círculo de ferro que a ditadura consegue ainda sustentar em torno dele, e intervir ativamente na vida política nacional, no campo da oposição, defendendo sua própria proposição política e suas reivindicações econômicas e sociais." ¹⁷

¹⁶ "Resolução de Organização do Comitê Central". Dezembro de 1975; jornal *Voz Operária* nº124, maio de 1976. (Carone, vol.III: 173)

¹⁷ "A situação atual e as tarefas que se impõem ao movimento sindical". Jornal *Voz Operária*, nº 133, abril de 1977. (Frederico, vol.II: 168)

Refletindo sobre as maneiras de enfrentar a ditadura após o Pacote de abril de 1977, o PCB reconhecia a fragilidade da oposição.

"A movimentação política dos últimos meses no Brasil demonstrou, mais do que nunca, a fragilidade de um sistema oposicionista que não se encontra plenamente enraizado no movimento de massas. A luta contra o fascismo não poderá ser conduzida de maneira vitoriosa sem uma profunda participação das massas populares no movimento geral de oposição. Tal participação é a garantia de uma oposição forte e solidamente estruturada, e, ao mesmo tempo, o principal fator de unidade da frente oposicionista e de certeza de que a derrubada do fascismo abrirá caminho para a construção de uma democracia avançada em nosso País. (...) estamos dispostos a trabalhar com todas as correntes que queiram, efetivamente, fazer vinculação ativa avançar o Brasil no rumo da democracia, mas compreendemos que a vinculação ativa das massas populares a este projeto é algo indispensável. Não acreditamos que se possa, seja desenvolver a luta contra o fascismo e derrotá-lo, seja construir um Estado democrático no Brasil, sem a presença do povo e, particularmente, da classe operária.

Na medida em que se desenvolvam as lutas de massa, na medida em que o movimento sindical e a classe operária passem a integrar mais efetivamente o quadro da luta política, criam-se as condições para a formação de uma frente antifascista sólida, que poderá, dado o seu grau de unidade e combatividade, desempenhar o papel de direção da luta antiditatorial. O nível de descontentamento das massas populares permite sua organização, assim como o aumento de sua combatividade, de maneira a que se possa inverter a tendência atualmente observada, ou seja, a existência de um descompasso entre o crescimento da oposição e a estruturação da frente anti-fascista. Enquanto persistir a fraqueza do movimento organizado das massas trabalhadoras, da cidade

e do campo, dificilmente a frente antifascista poderá se articular." 18

Luis Carlos Prestes destacava a importância das lutas reivindicativas em sua Carta ao Partido (agosto de 1977):

"(...) contra esse regime levantam-se amplos setores da população. Isto é o que efetivamente caracteriza a situação do país no momento que atravessamos. A amplitude e o vigor com que se desenvolvem as lutas reivindicatórias e de resistência, a firmeza crescente das manifestações dos mais variados setores em prol da conquista das liberdades democráticas dão a medida das dificuldades com que se defronta o regime. As possibilidades de luta ampliam-se, ainda que o inimigo fascista continue dispondo de poderosos instrumentos de opressão." 19

Fazendo um balanço do partido, em fase de reconstrução após as quedas de 75, Prestes ressaltava a precariedade da relação do partido com o proletariado.

"Apesar de termos repetido inúmeras vezes, em nossas resoluções e documentos oficiais, que a classe operária deveria constituir o centro de nosso trabalho, que a organização do Partido teria que estar primordialmente voltada para a tarefa da construção do Partido na classe operária, o duro processo a que fomos submetidos mostrou que continuamos a subestimar o papel que o proletariado deverá desempenhar na derrubada do fascismo (...). Ao trabalho sistemático nos sindicatos, nas empresas, com vista a elevar o nível de consciência e de combatividade da classe operária e das massas populares em geral,

¹⁸ "Nota da Comissão Executiva do PCB". *Jornal Voz Operária*, nº135, junho de 1977. (Carone, vol.III: 200-1, grifo nosso)

¹⁹ "Carta de Prestes ao Partido". *Jornal Voz Operária* nº138, agosto de 1977. (Carone, vol.III: 207)

preferimos muitas vezes os entendimentos de cúpula, os acordos 'pelo alto', que, sendo necessários, têm de estar forçosamente apoiados num amplo e poderosos movimento popular, garantia básica de um encaminhamento vitorioso da luta contra o fascismo.(...) Por isso, o esforço de cada organização do Partido e de cada comunista deve ser orientado no sentido de buscar as formas de impulsionar as lutas populares em cada local e a cada momento, de transformar as lutas espontâneas em movimento organizado, de canalizar os diversos movimentos para a oposição ao regime fascista, fazendo com que a frente antifascista e patriótica tenha um real conteúdo de massas." 20

Como observava o próprio secretário geral, existia nos documentos pecebistas um forte acento na disposição em priorizar a organização operária dentro da frente antifascista, dando-lhe um "conteúdo de massas". E, ao lado de elogios à autocrítica realizada após 1964, onde se condenou os excessos cometidos pelas reivindicações do pré-64, surgiam orientações que pareciam incorporar as críticas de Prestes. O documento de setembro de 1977 delineava a conjuntura política e exemplifica o que dissemos:

"A evolução do quadro político nacional, particularmente nos últimos quatro anos, confirmou a correção do núcleo da política do partido, definida já em maio de 1965 em documento do CC. 'Houve mudança do regime político, o centro tático é a luta pelas liberdades democráticas, só a ação unitária das forças antiditatoriais e do movimento de massas podem derrotar o regime' - estas idéias já estavam contidas na resolução de maio de 1965 e foram repetidas na Resolução Política do VI Congresso e em todos os documentos seguintes do nosso partido. Dessa análise

20 "Carta de Prestes ao Partido". grifo nosso. (Carone, vol.III: 207)

decorreu a proposta da convocação de uma Constituinte como saída política para a substituição do regime ditatorial, saída proposta em 1967, também na Resolução Política do VI Congresso.(...) o curso dos acontecimentos se encarregou de mostrar o acerto de nossa linha, e hoje o conjunto do movimento democrático trilha o caminho que julgamos correto.(...) Os comunistas se aliam com todas as forças que se opõem ao atual regime, sem abdicar de suas posições. Os comunistas defendem consequentemente a democracia (que não deve ser confundida com o liberalismo burguês), e lutarão para ampliá-la e aprofundá-la, por entenderem ser esta a via para as transformações socialistas. Justamente por isso, atuam ao lado de outras forças políticas na frente antiditatorial e lutam lealmente pela hegemonia no interior da frente, para fazer presente, cada vez mais, a influência da classe operária." 21

Até 1978, a luta pela hegemonia da classe operária na frente oposicionista foi um aspecto concreto dos escritos do PCB. A reincorporação da classe operária em seus escritos foi uma das características de sua ofensiva ideológica. De certa forma, o arrojamento de seus manifestos explica como, diante dos grupos de esquerda que optaram pelas armas, o partido pôde se reconstituir como um pólo de atração para novos militantes. O PCB teve a seu favor o fato de ter condenado, desde antes das práticas guerrilheiras começarem, a opção armada. Com a guerrilha dizimada, o partido reincorporava o grande agente que fora desprezado pelo "foquismo": a classe operária. Esta reincorporação era feita privilegiando-se o papel a ser desempenhado pelos movimentos operário e popular na crise da ditadura.

²¹ "Comunicado nº1." Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, setembro de 1977. (Nogueira, 1981: 25, grifo nosso)

"No processo que estamos vivendo, duas ordens de elementos devem ser valorizadas. De um lado, a reanimação e ascensão do movimento de massas e da luta pela democracia, de modo geral. De outro, e em ligação com isto, os conflitos no seio do regime e suas dificuldades, que se acentuam e começam a fugir da órbita estreita que têm sido tratados e resolvidos.

Os fatos que atestam a existência desses fenômenos são conhecidos. No campo da democracia, uma série - que não cessa de se enriquecer - de manifestações de setores, entidades e personalidades da vida nacional, fazem contraponto com lutas de massa, como as que se desenrolam no âmbito da Universidade. Aqui, o contraste é produzido pela ausência da classe operária, do conjunto dos trabalhadores, do terreno onde se dão os embates políticos.

(...) No estágio atual da luta de classes em nosso País, a classe operária, o conjunto dos trabalhadores não ocupa, no espaço político, o papel que corresponderia à sua presença econômica e social. É por isso que não há uma linha organizada de desenvolvimento da resistência democrática. E, conseqüentemente, não se pode cogitar, agora, da passagem a uma fase em que a correlação geral de forças permita substituir a atual posição defensiva por um movimento ofensivo.²²

A crise da ditadura estava apenas começando e inexistiam movimentos de massa que pudessem, além de se confrontar com o regime, avançar sobre os estreitos limites de um plebiscito eleitoral. As eleições através de um partido de oposição era a única forma que o protesto popular podia assu-

²² "Isolamento das massas trabalhadoras: deficiência a ser superada para que se consolide o avanço dos democratas". Jornal *Voz Operária*, nº 137, agosto de 1977.

mir. Neste sentido, a ofensiva ideológica que o PCB travou contra a esquerda armada só se sustentava na medida em que comparava a via pacífica com a guerrilha. Ao surgirem novos elementos que terminassem com esta justaposição, o PCB teria que colocar seu destaque à classe operária e ao movimento popular frente a uma realidade mais complexa. O programa do partido orientava seus militantes para

"incentivar e liderar todas as formas de movimentação de massas trabalhadoras em luta por seus interesses e, sobretudo, bater-nos pela maior ativação do movimento operário".²³

A vitória da linha política do PCB estava assentada sobre este quadro conjuntural específico. O partido apostava cada vez mais no MDB e se declarava incentivador dos movimentos operário e popular. A partir de 1978, já existindo greves por todo país, o PCB passou a destacar somente metade de sua orientação: a opção eleitoral pelo MDB. Em 1979, avaliando as tendências presentes no movimento estudantil, a referência do PCB à sua política explícita esta orientação:

"(...) Nas eleições parlamentares de 78, a maioria dos grupos estudantis que anteriormente se opunham a participar do MDB (como 'Refazendo' e 'Novo Rumo', por exemplo), engajam-se no processo eleitoral, rompendo assim com o sectarismo do voto nulo e reconhecendo a justeza de nossas posições." ²⁴

²³ "Apertar o cerco". in jornal *Voz Operária* nº118, dezembro de 1974. (Carone, vol.III: 152, grifo nosso)

²⁴ "Resolução para atuação no movimento universitário". Comitê Universitário do PCB/SP, fevereiro de 1979. (Noqueira, 1981: 127)

Comentando as eleições dos centros acadêmicos, o partido salientava que, na maioria dos casos

"(...) as chapas vencedoras continham programas amplos e democráticos; combatiam o 'fechamento' das entidades e o distanciamento das lutas mais sentidas da maioria; e eram compostas por independentes, forças de esquerda mais amplas e conseqüentes(...)" ²⁵

Dois comentários devem ser feitos à fragilidade da situação que ainda dava vantagem ao PCB em relação a outras organizações de esquerda que atuavam no movimento estudantil. Aquelas organizações que, ainda em 1978, pregavam o voto nulo, já eram uma minoria, não sendo mais uma exclusividade do PCB esta orientação. Na medida em que as "*lutas mais sentidas da maioria*" surgiam e o movimento adotava posições ousadas, de enfrentamento político, o PCB foi alterando o seu discurso. Os grupos formados por independentes - forças de esquerda que encampariam as lutas de massa - acabaram por se chocar com o PCB e unir forças ao futuro Partido dos Trabalhadores.

Os escritos do PCB indicam que, a partir de 1978, o partido teve que optar entre dois caminhos: ou se desfazia de sua avaliação negativa dos movimentos por reformas de base do pré-64, encampando as bandeiras sociais dos movimentos

²⁵ "Resolução para atuação no movimento universitário". Comitê Universitário do PCB/SP, fevereiro de 1979. op.cit.

operário e popular que surgiam em 1978, ou ratificava a sua autocrítica, ocorrida depois do golpe militar.

III Capítulo

O PCB E A ABERTURA

Delinearemos alguns aspectos relativos à base social da crise do regime militar. Em seguida, abordaremos a dinâmica da oposição em função desta base social e seus reflexos no MDB. Após a indicação dos principais traços do MDB, abordaremos a reação da oposição à Abertura e o desfecho da crise da ditadura. Por fim, destacaremos a avaliação do PCB do quadro político e a sua ruptura com a fase em que enaltecia a classe operária e os movimentos populares.

1. As bases sociais da ditadura e da oposição

O golpe militar de 1964 estabeleceu os representantes do grande capital nacional e internacional enquanto frações hegemônicas do bloco no poder. Em função da nova expansão do mercado e da reorientação da política econômico-financeira, perderam privilégio os setores agrários tradicionais, bem como o médio capital industrial e rural.¹

¹ Décio Saes. *Estado e Classes Sociais no Capitalismo Brasileiro dos Anos 70/80*. Campinas, Unicamp-IFCH, Primeira Versão nº 2, p.4. O autor, partindo de Nicos Poulantzas, define a hegemonia quando "uma classe ou fração que prepondera politicamente sobre as demais, na medida em que os

É fato incontestável que a política do Estado brasileiro durante a ditadura favoreceu de forma regular e sistemática a oligopolização da indústria. A formação de oligopólios nos ramos industriais ainda em implantação (automobilística, eletrônica, petroquímica) e o avanço da oligopolização em ramos industriais tradicionais (indústria de fiação, por exemplo) evidenciam este favorecimento. A ação estatal desenvolveu 1º) uma política de crédito restritivo, favorecendo as grandes empresas em detrimento das pequenas e médias; 2º) concessões de vantagens cambiais permitindo o financiamento das grandes empresas industriais estrangeiras pelas suas matrizes; 3º) projetos de implantação industrial (os chamados pólos) incluindo basicamente empresas monopolistas (estrangeiras, nacionais e estatais).

Se o capital monopolista como um todo, foi beneficiado pela política de Estado, a fração financeira, o capital produtor de juros (capital bancário) foi o mais favorecido. O período 1930-1964 ficou conhecido pela notória "fraqueza do sistema financeiro nacional", havendo grande importância re-

seus interesses econômicos são satisfeitos em caráter prioritário"; entretanto, observa que, diante de formações sociais concretas, não há uma resposta clara de Poulantzas. Diante deste problema, como caracterizar precisamente a preponderância política de uma classe ou fração no bloco no poder? Quais os indicadores desta preponderância? Neste texto, Saes aponta como indicador mais seguro a "repercussão objetiva da ação estatal no sistema de posições relativas de que participam classes e frações dominantes." Ou seja, a hegemonia é examinada diante dos interesses econômicos contemplados pela política econômica e social do Estado. Para uma distinção de diferentes abordagens teóricas sobre o Estado ditatorial ver Armando Boito Jr. e Décio Saes. "Três teses equivocadas a respeito de quem controla o Estado brasileiro" in jornal *Movimento*, nº198, 1979.

lativa da reinversão de lucros retidos (auto financiamento), da poupança forçada (obtida pela via inflacionária) e de organismos estatais (BNDES). A partir de 1964 as equipes ministeriais estavam em sintonia com capital bancário (nacional, associado ou estrangeiro). Delas provieram 1º) uma orientação monetarista e anti-inflacionária com redução da oferta monetária, e elevação da taxa de juros; 2º) medidas para viabilizar a dívida pública através da correção monetária e 3º) uma política de estímulo ao endividamento externo, com condições favoráveis ao capital bancário estrangeiro através da Lei 4131 e da Resolução 63 de 1967. Houve ainda, em 1977, a criação da COFIE (Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas).²

Como acabamos de ver, as frações monopolistas foram fortemente beneficiadas através da política do Estado brasileiro sob a ditadura militar. Concomitantemente a este favorecimento, a ditadura, desde sua implementação, concentrou a ação repressiva sobre as massas trabalhadoras, rurais e urbanas. Estas, desde o golpe de 64, estiveram em confronto direto com o regime. Vejamos então, com quais setores e classes sociais a ditadura aliou-se, além das citadas frações monopolistas, base do regime militar.

² Décio Saes. *Estado e Classes Sociais no Capitalismo Brasileiro dos Anos 70/80*, pp.10-13. Observemos a redução do número de bancos comerciais: de 455 em 1950 passam, em 1968, a 224 e, em 1974, a 109. Entre 1964 e 1976 os grandes estabelecimentos absorvem 75 pequenos, 36 médios e 2 grandes.

As novas camadas médias (engenheiros, administradores e economistas, por exemplo), podem ser definidas como aquelas que, assalariadas (não prejudicados em suas remunerações sob a ditadura), encontram-se numa situação de trabalho onde possuem autoridade técnica ou administrativa sobre os trabalhadores manuais. Esta posição traz-lhes a convicção de que a mesma racionalidade despótica de seu local de trabalho aplica-se à atividade política. Foram, além de beneficiadas economicamente pela ditadura, aliadas das frações hegemônicas do bloco no poder. Apesar de não constituírem um movimento de apoio ao regime militar e se encontrarem em relativo estado de imobilismo, as novas camadas médias poderiam ter se mobilizado. A ideologia da organização hierárquica do trabalho e o conseqüente respeito à ordem que dela deriva, poderiam lhe fazer manifestar-se contra a instauração do "caos social", entendido como a participação ativa do movimento de massa na vida política do país. Logo, era passível de responder à convocação do regime a posicionar-se em seu favor.³

³ A descrição sobre as diferentes camadas médias e suas respectivas posições políticas durante a crise do regime militar encontra-se em Décio Saes, *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1985, especialmente capítulos 3, 4 e 5. A aplicação do conceito de classe média por este autor elucida muitos aspectos da complexa base social da ditadura e, apesar de nos utilizarmos da totalidade de suas conclusões, não deixamos de reconhecer a dificuldade que este conceito apresenta. Trata-se de uma questão quase insolúvel e que, no desenvolvimento de nosso texto, não recebeu atenção mais pormenorizada. Para uma abordagem marxista, a partir de três visões distintas sobre esta problemática ver Alexei Rumiantsev (org.) *La Estructura de La Clase Obrera de Los Países Capitalistas*, Praga, Ed. Paz y Socialismo, 1963,

Fazendo parte da oposição estavam as camadas médias tradicionais, compostas por profissionais liberais e que, pelo desenvolvimento monopolista do capitalismo, cederam parte de seu contingente às novas camadas médias e, em fase de proletarização, às baixas camadas médias. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é o exemplo típico da postura política deste segmento das camadas médias: têm o liberalismo como conduta, e se, de um lado, reivindicam o retorno ao "Estado de Direito", de outro, não se opõem à política econômica do regime, buscando a restrição da participação popular. O seu modelo democrático é elitista, no qual o acesso à política deve-se efetivar através de "personalidades" devidamente capacitadas.

As baixas camadas médias, formadas por setores semi-proletarizados ou em vias de proletarização e, no contexto específico brasileiro, faziam oposição ao aspecto central da ditadura, ou seja, à sua política econômica. A redemocratização foi almejada como um meio para a reinversão desta política, como instrumento para a melhoria das condições de vida, degeneradas sob o regime militar. A sua oposição à ditadura tinha, portanto, motivação distinta das camadas médias tradicionais, que lutaram pela redemocratização devido

Harry Braverman, *Trabalho e Capital Monopolista*, Rio de Janeiro, Zahar editores, capítulos 4 e 5 e Nicos Poulantzas, *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*, Rio de Janeiro, Zahar editores, terceira parte, 1978.

à identificação de sua atividade de trabalho, notadamente liberal, com o "Estado de Direito".

A composição da frente oposicionista que incluía a classe operária, as baixas camadas médias, as camadas médias tradicionais e das frações burguesas não-hegemônicas no bloco no poder apresentava as seguintes peculiaridades: a) As camadas médias tradicionais, a despeito de se verem prejudicadas pelo desenvolvimento monopolista, não se colocam em sua oposição. Ficam numa posição que oscila diante do regime, sempre que este acenava com a possibilidade de re-democratização do regime (mantendo, obviamente, a sua política econômica). b) A classe operária e as baixas camadas médias estavam em confronto com a política monopolista (tinham na ação grevista o seu principal instrumento), mas não apresentavam um Programa alternativo à crise do regime militar.⁴

A hegemonia das frações monopolista e financeira no bloco no poder foi consolidada através das forças armadas, camada dirigente Estado ditatorial.⁵ As novas classes médias, compostas pela tecnocracia, ao serem lançadas para postos de destaque na condução política e econômica do Estado, tornaram-se aliadas das frações burguesas hegemôni-

⁴ Para uma análise crítica do movimento sindical ocorrido a partir de 1978 ver Armando Boito Jr. *O Sindicalismo de Estado no Brasil*.

⁵ Ver Décio Saes, *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. p.195.

cas.⁶ Desta forma, o regime militar se estruturava nas frações monopolistas e financeiras, frações hegemônicas do bloco no poder; nos militares, camada dirigente dos aparelhos de Estado; e nas novas camadas médias, aliadas da fração monopolista.

2. A oscilação da oposição burguesa e o MDB

A atividade oposicionista do médio capital industrial e rural explica-se, em parte, pela existência de diversas frações da classe dominante do bloco no poder, cuja ação partidária, envolvendo o MDB e dando-lhe um caráter mais agressivo a partir de 1974, não representou uma crise do Estado burguês, mas uma crise do regime ditatorial.

A militarização do Estado burguês apresenta problemas extras à resolução dos conflitos do bloco no poder. A rigidez com que a tomada de decisões é realizada (cheia de gol-

* A aliança de classe, no caso das "novas camadas médias" com as frações monopolistas ocorre tanto pela situação do trabalho das primeiras, como através do incremento salarial que obtiveram durante a ditadura. Esta aliança é distinta do apoio que outras classes dominadas podem dar a determinados regimes. Nestas situações, a perda econômica e política da classe-apoio pode ocorrer sem ser alterada a sua solidariedade ao regime e não ocorre pelo apoio ao bloco no poder mas sim pelo fetichismo de que o Estado a protegerá das classes dominantes e de eventuais ações da classe operária. Para um maior entendimento da diferença entre os conceitos de aliança de classe e classe-apoio, ver Nicos Poulantzas, *Poder Político e Classes Sociais*, pp.237-239.

pes bruscos) compromete, a longo prazo, a hegemonia do conjunto das classes dominantes.⁷ A crise da ditadura teve origem no momento em que parte das frações dominantes não mais se resignam com as condições de disputa (ou pela sua falta) impostas pela ditadura e buscam uma alteração da correlação de forças do bloco no poder, inviabilizada pela armadura do regime ditatorial.

O ano de 1974 deu início à desaceleração do desenvolvimento econômico a altas taxas, conhecido como o milagre brasileiro. Além deste fato, neste ano já se encontram totalmente derrotadas as guerrilhas urbana e rural. Estes dois fatores serviram para que o regime desmobilizasse a oposição das frações burguesas desfavorecidas pela política de desenvolvimento oligopolista e internacionalista.⁸ Setores do médio capital industrial e da média propriedade agrícola eram, até este momento, chantageados pela ditadura tanto através da existência de uma oposição armada como dos resultados positivos do crescimento econômico, fazendo com que estas frações ficassem passivas diante do regime. A partir da campanha eleitoral de 74, no entanto, elas expressam ativamente suas discordâncias do modelo econômico implementado desde 1964.

⁷ Nicos Poulantzas, op.cit.p.4.

⁸ Ver Décio Saes. "Posfácio" in *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. p.218.

Em meio ao quadro de isolamento do regime militar, a ditadura logrou obter uma estabilidade relativa, rompendo o cerco através da aproximação de frações não-hegemônicas no bloco no poder. A perspectiva de uma conciliação interna ao bloco no poder, proposta pelo general Figueiredo sob a forma da Abertura, levantava a questão: a aproximação entre a ditadura e a oposição burguesa era possível? Ainda que o fosse, era necessária à oposição?⁹ Tendo em vista a hegemonia burguesa no seio do MDB, a conciliação entre diferentes frações do bloco no poder era não só plenamente possível como era viável devido a uma preocupação comum: o crescimento da oposição operário-popular. Havia, portanto, a necessidade de se conciliar, uma vez que, na percepção do bloco no poder, os movimentos de massa cresciam de forma indevida e não controlada.¹⁰

⁹ Décio Saes. "Quem acredita em Figueiredo?" in jornal *Movimento*, nº193, 12/março/1979.

¹⁰ Esta oscilação é fruto da hegemonia do médio capital industrial dentro do MDB. Esta fração do bloco no poder diferencia-se politicamente de outros setores médios que não se opõem ao capital monopolista; caso das indústrias de autopeças. Estas, devido à sua ligação com as multinacionais automobilísticas, são dependentes das frações monopolistas. O médio capital que faz parte da oposição oscila entre a conciliação com a ditadura, através de seu apoio ao projeto de liberalização controlada, e o incentivo aos protestos dos movimentos operário e popular, projetando a derrubada do regime militar. Esta alteração de posicionamento relaciona-se a dois fatores: 1º) grau de mobilização dos movimentos de reivindicação operário-popular e 2º) nível de desagregação econômica sofrida em decorrência da política pró-monopolista. Se o primeiro demonstra força e organização o médio capital tende à conciliação. Avançando o segundo, ele tende a radicalizar sua oposição. Como fração do bloco no poder, compartilha com as demais o combate aos movimentos operário e popular. Para melhor entendimento dos argumentos aqui expostos ver Décio Saes. "De quem é o MDB?" in jornal *Em Tempo*. São Paulo, ano II, número 53, 07.03.79.

Os representantes do médio capital oscilando entre o bloco de classes dominado e o aquele no poder, contava com um instrumento precioso: o MDB. Ao sintonizar-se com os militares, esta oscilação visava obter, às custas da instrumentalização do movimento popular, a alteração do modelo de desenvolvimento oligopolista. O MDB apresentava-se oscilante politicamente: tendia à conciliação com a ditadura militar, mantinha relações esporádicas com a massa dos seus eleitores, desconhecia os movimentos reivindicativos populares (oposição extra-parlamentar).

A origem desta oscilação encontra-se no caráter do MDB. Além de ser uma frente política que se opunha de várias formas à ditadura militar, o MDB era dominado pelo médio capital industrial e rural. frações estas que se mostravam bastante ativas no seio do partido, impondo suas formas de ação, modos de organização e concepções às outras classes representadas no partido oposicionista, pautando-se por uma participação que se limitava à luta pela democracia, em função de seu temor às classes populares.¹¹ A ambiguidade diante da ditadura era, portanto, uma constante, ora propondo a sua derrubada, ora negociando a proposta de liberação gradual.¹² Dois fatores são determinantes para este

¹¹Décio Saes. "De quem é o MDB?" in jornal *Em Tempo*, março de 1979. São Paulo, ano II, nº 53.

¹² Décio Saes. "De quem é o MDB?"

comportamento: o grau de desenvolvimento do movimento oposicionista popular e o montante de prejuízos resultantes da política econômica oligopolista. Se o primeiro avançava, as frações burguesas tendiam a conciliar, se o segundo era acentuado, seu ímpeto democrático radicalizava-se. Havia, portanto, um duplo caráter das frações burguesas que dirigiam a frente oposicionista, expresso por sua alternância de papéis; entre o conservadorismo e progressismo.

O programa partidário do MDB é um dos aspectos que definiam a predominância de uma concepção burguesa da luta pela democracia. Nele "recuperava-se" e "instrumentaliza-se" a luta do povo pela melhoria das suas condições de vida. A luta pela democracia centrava seus esforços na recuperação do "Estado de Direito" (separação e independência dos três poderes, eleições livres e diretas para o executivo e legislativo e pluripartidarismo). A revitalização do parlamento, a conquista de autonomia do poder judiciário e a desmilitarização do poder executivo viabilizariam o acesso dos setores empresariais marginalizados pela política econômica oligopolista ao "centro nacional de tomada de decisões". A legitimação da luta do povo por melhores condições de vida era feita a partir de uma visão na qual o desenvolvimento do mercado interno estava associado ao capitalismo nacional. Nesta concepção, havia a suposição da "eficácia" de uma "distribuição social da renda" para o desenvolvimento do mercado interno.

A organização partidária do MDB, expressa através da tomada de decisões em sua cúpula, da frouxidão organizacional e da estrutura "desmobilizadora", era outro aspecto determinante para que se consolidasse, nele, a hegemonia burguesa. Enquanto partido burguês, o MDB não foi exceção ao se desvincular organicamente da maioria de seus eleitores.¹³ O MDB, enquanto frente oposicionista, dominada pela burguesia, não foi atípico. Seus "defeitos", como alguns críticos o chamavam, são características permanentes dos partidos de quadros. Nestes predominam: dominação da massa eleitoral pela direção nacional do partido; dominação da direção partidária pela fração parlamentar; fugacidade da vida partidária (partidos que só existem para a atividade eleitoral); eleitoralismo (influência dominante do cálculo dos "lucros eleitorais" na definição dos rumos da ação política); desprezo aos movimentos reivindicativos populares (a oposição extra-parlamentar); corrupção da "máquina" e estrutura hierárquica de tipo militar, com uma compartimentalização vertical, isolando as bases da direção.

¹³ Décio Saes. "De quem é o MDB?"

3. O papel da Abertura na conciliação burguesa

Em 1978, o regime acentuou a implementação de uma auto-reforma, implementada pelo general Figueiredo e conhecida como Abertura. Em novembro houve o fim da censura prévia aos jornais, das cassações feitas pelo AI-5, da suspensão dos direitos políticos, do direito do presidente de fechar o Congresso Nacional, da pena de morte, do banimento e da prisão perpétua. Todavia, foi mantido o conteúdo da Lei de Segurança Nacional, criando-se a figura do Estado de Emergência, onde era permitido a suspensão das garantias individuais, da imunidade parlamentar, das liberdades públicas e a intervenção nos sindicatos, entre outras características.

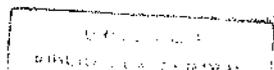
Até 1978, quando lançou seu projeto de Abertura, o regime encontrava-se paralisado. As medidas da Abertura surgiram após a primeira grande greve operária desde 68, ocorrida em maio no ABC paulista. Foi diante de uma frente oposicionista ampla que a ditadura reagiu. Nesta frente encontravam-se parte das frações burguesas, as camadas médias tradicionais, as baixas camadas médias e a classe operária. A hegemonia liberal permaneceu inalterada no tocante ao conjunto da frente oposicionista. Todavia, a força principal sofreu modificações: as camadas médias liberais cederam lugar às baixas camadas médias e à classe operária. Esta nova configuração da força principal transformou, a partir de 1978, o

conteúdo ideológico do movimento de massa, predominando as reivindicações sociais sobre as reivindicações exclusivamente ligadas às liberdades políticas.

Se a Abertura operada pela auto-reforma não satisfizesse o médio capital industrial e rural, as camadas médias liberais, as baixas camadas médias e a classe operária, uma vez que o desenvolvimento pró-oligopólios não foi alterado, o Estado de Direito não foi reestabelecido e nenhuma medida foi tomada para diminuir a degeneração das condições de vida dos trabalhadores, ela conseguiu romper o cerco que se formava em torno do regime. Desde 64, a base social da ditadura era limitada, mas a conjunção de diversos fatores permitiu-lhe continuar existindo. Exemplo disto foi a maneira com que saiu da pressão ocorrida em 1968.¹⁴ A partir de 74, novamente encontra-se radicalmente isolada, entretanto, ao acenar com a perspectiva da Abertura, conseguiu, dentro do período de crise, uma estabilidade relativa que tem sua origem nos efeitos desorganizadores que a auto-reforma produziu no interior da oposição.¹⁵

¹⁴ Análise das contradições internas à camada militar dirigente e sua relação com as frações não hegemônicas do bloco no poder no interior da conjuntura de 1968 encontra-se em Décio Saes *Classe Média e Sistema Político no Brasil*, capítulo "A classe média na crise de 1968", especialmente o item "As origens da crise de 1968", pp. 195-202.

¹⁵ Ver Armando Boito Jr. (vários autores) "Crise e tática operária" in *Teoria e Política*, nº5/6. São Paulo, Brasil Debates, 1984, p.28.



O auge da radicalidade e da força com que os trabalhadores enfrentaram as forças repressivas da ditadura aconteceu no ABC paulista entre abril e maio de 1980, justamente quando a oposição burguesa e as camadas médias tradicionais, assustadas com o auge dos movimentos de massa e esperançosas diante das promessas da Abertura, refreavam seu ímpeto oposicionista. A greve de 41 dias do ABC paulista em 1980 aconteceu em meio à divisão da frente de oposição. Foi a greve mais prolongada em 50 anos de história. Apesar da derrota do movimento, esmagado pela repressão, a sua importância transcendeu as negociações que ali ocorriam. No ABC de 1980 havia 200.000 metalúrgicos que, com suas famílias, totalizavam 800 mil pessoas de um total de 1.800.000 daquela região.

Em 14 de abril, com duas semanas de greve, foi decretada a ilegalidade do movimento; no dia 17, houve intervenção no sindicato; no dia 19, 60.000 metalúrgicos em assembléia decidiam continuar o movimento. Neste mesmo dia, Lula e mais quinze líderes sindicais e advogados foram presos em ação da Polícia Federal, polícia política (DEOPS) e do DOI-CODI. No dia 20 foram proibidas reuniões ou assembléias em praças públicas do ABC, forçando os manifestantes a se reunir nas ruas de maneira a facilitar a repressão. Houve ocupação militar do ABC. Entretanto, 40 mil metalúrgicos desafiaram a proibição e, reunidos na praça da matriz, votaram a continuidade da greve. A solidariedade ao movimento operário ultrapassou a fronteira do Estado de São Paulo e 80.000 tone-

ladas de alimentos foram enviadas da região e de todo o país.

A tensão foi permanente e o caráter plebiscitário vivido não mais nas urnas teve seu momento mais dramático através do movimento operário. No dia 26, houve mais prisões de ativistas sindicais e invasão da Igreja para prisão de outros líderes. No primeiro de maio, o movimento deu sua maior demonstração de força: 120.000 pessoas se reuniram na praça matriz, em missa celebrada por Dom Cláudio Humes e marcharam até o estádio da Vila Euclides, desafiando a proibição e fazendo o exército recuar. Após este episódio, não se viu um único policial ou soldado na região e o movimento não se desfez com a ausência das lideranças mais representativas.

Em 1980, 50% das paralisações e 61.4% das jornadas perdidas foram concentradas nos primeiros quatro meses; em maio, nenhuma greve foi deflagrada no setor industrial e apenas 19 greves até o final do ano, contra 41 realizadas até abril. Portanto, a partir do segundo semestre, o movimento reivindicativo experimentou um momento de baixa, que duraria até 1984. Neste hiato, a oposição burguesa teve suas forças alimentadas pela fraqueza dos trabalhadores. Ao mesmo tempo que se confrontavam com a política econômica da ditadura, não combatiam conscientemente o regime que a implementava, sequer elaborando um programa político para a crise do

regime. Este fato somado à diminuição do ímpeto da oposição liberal, tinha seus reflexos no campo partidário. Partidos como PDT e PMDB começaram a buscar uma solução para a política econômica internamente ao regime e, no recém nascido Partido dos Trabalhadores, inexistiu um alternativa para a crise ditatorial.

Quanto à oposição operária-popular, a conjuntura tratou de lhe impor dificuldades adicionais às já estruturais. Após o malogro do atentado terrorista do exército no Riocentro, a oposição burguesa teve em suas mãos preciosa matéria-prima para chantagear o movimento reivindicativo das classes dominadas.¹⁶ Naquele momento, o avanço da oposição estaria prejudicado pela própria radicalização do movimento popular, responsável indireto pela ação terrorista dos militares. Tal como nos anos de 1968-74, quando os representantes do capital monopolista, diante da guerrilha urbana e rural, exigiam das frações não-hegemônicas do bloco no poder fidelidade à ditadura, em 1980, o médio capital, através do MDB, contra a intransigência de setores militares, exigia das classes populares subordinação aos limites liberais da oposição. Em troca desta subordinação, a direção liberal obteria da ditadura a garantia de eleições para governadores, em 1982, ga-

¹⁶ Atentado terrorista fracassado pela explosão da carga nas mãos do militar que a carregava. A bomba era destinada às pessoas que estavam presentes no centro de convenções Riocentro na véspera do 1º de maio de 1981.

rantindo de que a Abertura, promovida pelo regime, não sofreria retrocessos.

Na verdade, os próprios militares acabaram sendo os comandantes da transição política no Brasil e deste comando tivemos toda uma série de reflexos para o tipo de regime surgido sob a chamada "Nova República". Como vemos, os setores populares sucumbiram, naquele momento, à hegemonia liberal no interior da oposição. A conciliação colocou-se em prática. As eleições de 82 e o posicionamento dos governadores oposicionistas trouxe a confirmação desta tendência. Após a vitória em vários Estados, Brizola no Rio, Montoro em São Paulo, a oposição assumiu responsabilidades no Estado ditatorial. Reprimiu com violência movimentos dos trabalhadores e arrochou o salário do funcionalismo público.¹⁷ A tensão com o capital monopolista, embora continuasse, cedia espaço para demonstrações de "confiabilidade" do médio capital aos militares. Esta confiabilidade significava reprimir os movimentos reivindicativos.

A campanha por eleições diretas e o seu desfecho no colégio eleitoral e na Nova República possuem uma dimensão que torna inviável sua abordagem neste trabalho. Entretanto, o seu resultado final, sendo um governo civil mas tutelado pelas forças armadas, mostrou a vitória da conciliação bur-

¹⁷ Armando Boito Jr. (vários autores) "Crise e tática operária" in *Teoria e Política*, p.28.

guesa.¹⁸ Tal como no período de auge do movimento reivindicativo de massa, as classes dominadas não conseguiram colocar em xeque a hegemonia liberal da frente oposicionista. A campanha pelas "diretas", bem como pela "Constituinte livre e soberana" seguiu os ritos da conciliação entre as frações do bloco no poder. Da força política que mostraram ter, os movimentos operário e popular não se constituíram em alternativa à crise da ditadura militar.

4. O PCB entre a oposição burguesa e as ações de massa

Como já vimos, antes de existir um movimento operário que enfrentasse a ditadura, o PCB, polemizando com a história recente da esquerda no Brasil colocou-se ideologicamente na ofensiva, evocando a participação decisiva do proletariado na reconstrução democrática.

"O novo regime que vier a substituir a ditadura levará inevitavelmente a marca da classe ou coligação de classes que afinal predominam politicamente no movimento de oposição. Isto quer dizer que o novo regime só será efetivamente democrático, e capaz de responder aos interesses atuais e futuros dos trabalhadores, se no movimento de oposição vierem a prevalecer os pontos de vista das classes operária em unidade política com as

¹⁸ Para um exame da tutela militar do governo Sarney ver Décio Saes, "O Processo Político Brasileiro, da Abertura à Nova República: Uma Transição para a Democracia (burguesa)? in *Teoria e Política*, São Paulo, Brasil Debates, nº 9, 1988.

camadas e setores da população que lhes são mais próximos. Caso contrário, prevalecerão as posições da burguesia que, de forma crescente, vem se manifestando descontente com o regime."¹⁹

Quanto à relação entre o movimento operário com os demais segmentos do movimento democrático, o PCB frisava que era

*"(...) impossível construir no Brasil um regime democrático sem a participação da classe operária. (...) A libertação do país do atual regime requer a plena incorporação do movimento operário a uma ampla frente democrática, que deverá acolher suas aspirações."*²⁰

Apesar de salientar que a frente oposicionista deveria acolher as aspirações da classe operária, o PCB não definia estas aspirações e, mesmo enumerando algumas reivindicações, não apontava qual o seu lugar dentro das reivindicações gerais levantadas pela frente oposicionista.

Em março de 1978 o PCB reconhecia a hegemonia liberal exercida pela burguesia oposicionista e salientava que o

"agravamento da crise abre um novo espaço político para a ação independente da classe operária, e embora o movimento de oposição esteja sob hegemonia burguesa, a erosão do

¹⁹ "A situação atual e as tarefas que se impõem ao movimento sindical". *Jornal Voz Operária*, nº 133, abril de 1977. (Frederico, vol.II: 169, grifo nosso)

²⁰ "O PCB e a greve dos metalúrgicos do ABC de 1979". Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, 25 de março. (Noqueira, 1981: 71)

regime e a grita nacional por liberdades democráticas proporcionam campo para a colocação do tema democrático fora das bitolas estreitas em que se tenta confiná-lo." 21

Ainda em novembro

*"(...) a frente única antifascista só conseguirá ser realmente ampla e representativa da Nação se não se restringir a um pacto dentro das chamadas 'classes políticas', se for capaz de mobilizar o povo. Isto porque é evidente que o fim da ditadura só será conseguido com a pressão e a mobilização coordenada do mais amplo conjunto de forças sociais e políticas, do qual a classe operária não só não pode estar ausente, como deve ter, neste conjunto, o papel de destaque que lhe cabe pelo lugar que ocupa no processo de produção e por seu peso na sociedade brasileira."*22

Mas o que significava, para o PCB, "um lugar de destaque" para a classe operária na frente oposicionista? Após definir a derrubada da ditadura como um processo relacionado à etapa nacional-democrática da revolução brasileira, o partido tratava da hegemonia operária neste processo:

"(...) na medida em que a classe operária organize em torno de si os demais setores explorados da sociedade e expanda sua influência política, social e cultural, conduzindo-os na luta contra o regime, a derrocada deste colocará na ordem do dia as

²¹ "Avançar unindo". Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, março de 1978. (Nogueira, 1981: 29, grifo nosso)

²² "Declaração do PCB sobre o Movimento Sindical". Novembro de 1978. (Nogueira, 1980: 313, grifo nosso)

exigências por um poder nacional e democrático sob sua hegemonia."²³

Notemos a ordenação dos acontecimentos: primeiro a derrocada da ditadura, depois a conquista da hegemonia operária. Na luta contra a ditadura, como o PCB resolveria o problema da dosagem correta que as reivindicações populares devem ocupar?

*"Estes objetivos expressam a necessidade de se travar, ao mesmo tempo, a luta contra o regime ao lado do leque mais amplo possível de forças políticas e a luta, no interior deste conjunto de forças, para aumentar o **peso específico da classe operária** e de seus aliados. A combinação destas tarefas não é fácil, devendo-se evitar tanto a diluição das classes populares no movimento de oposição à ditadura, como políticas estreitas que não levem em conta a necessidade de impedir a reunificação da grande burguesia em torno do regime. A tática da classe operária deve propiciar um amplo movimento de convergência com os setores dissidentes das classes dominantes, a fim de se criarem as condições para o estabelecimento de uma democracia estável(...)"*.²⁴

Como vimos, o partido trocou a hegemonia por um "peso específico". A continuação deste texto nos faz retomar a autocrítica de 1965. Nela, a "frente popular", de resultados catastróficos, assemelha-se a esta "frente de esquerda". Contra ambas, a tática correta centrava-se numa "frente ampla".

²³ "Avançar unindo". Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, março de 1976. (Noqueira, 1981: 29)

²⁴ "Avançar unindo". op.cit.grifo nosso.

"Objetivamente a questão é esta: ou se subestima o regime procedendo-se na prática em termos de uma 'frente de esquerda' cujos objetivos só podem ser alcançados através de um poder nacional e democrático sob hegemonia operária, ou se admite que o terror repressivo se constitui de fato numa categoria política de eficácia historicamente comprovada, aqui e alhures, na sujeição da classe operária e do movimento democrático, e que por isso exige a mais ampla frente possível para a sua derrota." ²⁵

Nos textos do PCB, assim como na visão quase unânime dos analistas daquele período, a base de sustentação social da ditadura, que desde a sua instauração era limitada, vinha se restringindo profundamente a partir de 1974. Esta era a característica da crise prolongada por que passava o regime.²⁶ Frações burguesas avançavam sobre a política monopolista e imperialista do regime, acobertando indiretamente o crescimento dos movimentos operário e popular. Diante desta ampla frente que o cercava, o regime possuía seus trunfos, dos quais um era a fragilidade do movimento de massa que não avançava de uma plataforma reivindicativa para a elaboração de um programa à crise da ditadura, apesar da forma radical com que se projetava na cena política. Frente a este quadro, a unanimidade dividiu-se no momento em que se apresentavam as propostas para estas dificuldades.

²⁵ "Avançar unindo". op.cit.

²⁶ Ver Décio Saes. "Posfácio" in Classe Média e Sistema Político no Brasil. p.220.

O PCB, diante desta conjuntura, tirava suas conclusões. Em maio de 79, o partido avaliava que a

"(...) base social e política do regime estreitou-se ainda mais. num quadro de agravamento da crise econômica e social do país." 27

Era o momento, mais do que nunca, para o PCB

"(...) concentrar o melhor de seus esforços na organização e orientação das lutas da classe operária e do movimento sindical." 28

Entretanto, quanto à forma de encaminhar o confronto, ponderava que

"(...) a greve por tempo indeterminado não deve ser a única forma de luta salarial." 29

Não se trata de avaliar se a última observação do partido é correta ou não. Uma teorização a respeito da greve como meio de intervenção na luta de classes certamente concordaria com esta afirmação, aparentemente simples e destituída de maiores significados. Entretanto, este documento é posterior ao movimento grevista de 1978. Condenar a greve por tempo indeterminado era a forma - sub-reptícia - de o

²⁷ "Resolução Política". Comitê Central, maio 1979. (Carone, vol.III: 246)

²⁸ "Resolução Política". Comitê Central, maio 1979. p.248.

²⁹ "Resolução Política". Comitê Central, maio 1979. p.249.

partido sinalizar que o confronto não devia alcançar proporções tão vultuosas.

Pelo menos no que se refere aos documentos relativos à direção paulista do PCB, bem como a alguns pronunciamentos do Comitê Central, a orientação do partido foi se encaminhando no sentido da confirmação da autocritica posterior ao golpe de 1964. Esta tendência encontrou no secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, forte resistência. Em entrevista à *Voz Operária*, em agosto de 1978, Prestes declarava que

"(...) as greves em curso trouxeram uma modificação de qualidade na situação, na qual a classe operária começa a aparecer como a principal força política na luta pela conquista das liberdades democráticas em nosso País. Trata-se de um acontecimento da maior significação política, porque efetivamente a classe operária tem a posição mais conseguinte na luta contra o fascismo e o predomínio dos monopólios nacionais e estrangeiros, em particular os norte-americanos.

*(...) Os comunistas apelam a todos para que se organizem nos locais de trabalho, nos bairros das grandes cidades, nas escolas, nos pequenos povoados e, adotando as formas mais adequadas para cada caso, apóiem sem vacilação e participem desta frente única em formação."*³⁰

A expressão "esquerdismo", utilizada pejorativamente pelo PCB, ressurgiu para ordenar o campo ideológico em que

³⁰ Entrevista do secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes ao jornal *Voz Operária*, agosto de 1978, nº149. (Carone, vol.III: 226-7)

se trava esta disputa política. Vejamos este artigo escrito em abril de 78 na *Voz Operária*, jornal oficial do PCB.

"Dez anos depois de sua estrepidosa entrada no cenário político do mundo capitalista, com a ajuda dos meios de comunicação controlados pela burguesia, certo 'esquerdismo' desta segunda metade do século começa a mudar de face e deixa aparecer o seu traço mais negativo: o emprego indiscriminado da violência, independentemente das situações concretas em que se desenrola a luta de classes. (...) A reação teve a capacidade de instigar o desenvolvimento dos aspectos negativos do 'esquerdismo' até o seu extremo. De maio de 1968 a março de 1978, da 'rebelião estudantil', ao seqüestro pró-fascista de Aldo Moro, o 'quanto pior, melhor', a 'guerrilha urbana', as 'ações violentas com alvo definido', tudo isso perdeu a aparência de sonho romântico e transformou-se em pesadelo político. Hoje, o caráter espúrio, antidemocrático e antipopular de certas correntes do 'esquerdismo' é objetivamente reacionário. (...) Entre nós, a trajetória de certas correntes 'esquerdistas' foi rápida. Uma vez consumado o abandono do movimento de massas (e aí está toda a questão), deram o passo à frente e enveredaram pelo caminho estéril da aventura política. Era a lógica implacável do que haviam desencadeado. O seqüestro de Elbrick é sua primeira resposta espetacular (e sintomática) ao A.I. nº5. Sem nenhuma noção de história, à margem das massas, haviam caído no desespero, mesclando rudimentos de idéias revolucionárias com um fundo ideológico religioso. A ditadura preparou-se para tirar melhor proveito deste desespero, onde heroísmo e verbalismo revolucionário se mesclavam. E conseguiu. (...) Mais do que examinar esta história recente, interessa-nos considerar o presente e olhar para a frente. A grande pergunta, suscitada muito concretamente por certos sintomas que estão surgindo no movimento universitário, no meio jornalístico e mesmo em áreas fronteiriças do movimento sindical, é: isto vai recomeçar? Vão insistir na perigosa linha de 1968? (...) Faz 20 anos que o nosso Comitê Central aprovou uma declaração que rompia sem equívoco com o Manifesto de Agosto

de 1950. Esta linha foi aprovada em nosso V Congresso. Faz 10 anos que, em nosso VI Congresso, afirmamos a linha da resistência de massas sob as condições de ditadura. (...) Os prejuízos do 'esquerdismo', do aventureirismo, do desespero não se verificam apenas quando ele assume a forma extremada do terrorismo. O 'esquerdismo', que é na sua origem uma manifestação de atraso cultural, científico, ideológico e, acima de tudo, político, sempre dá prejuízo." ³¹

O aspecto proveitoso deste artigo é ordenar cronologicamente o conteúdo político da pecha esquerdista. De 1958 a 1978, ela está presente no debate ideológico do PCB. Salienciamos que, na fase em que nos debruçamos, o esquerdismo, como termina o texto, não se resumia à "forma extremada do terrorismo". Esta consideração remete-nos ao documento anterior, onde a "frente de esquerda" é condenada como a forma mais fácil de unificar as classes dominantes em torno da ditadura. Nos anos de 1978-80 o esquerdismo identifica-se, dentro do partido, com as posições do então secretário geral, Luis Carlos Prestes; fora dele, com a esmagadora maioria dos movimentos operário e popular que tomaram conta da cena política.

Com a entrada dos trabalhadores na conjuntura, o PCB rompeu com a fase que os enaltecia. Às vésperas das eleições de 1978, já quase no final do ano, o PCB já tinha suprimido

³¹ Jaime dos Santos. "1968-1978: dez anos depois o 'esquerdismo' serve à reação". *Jornal Voz Operária* nº145, abril 1978. (Carone, vol.III: 211, grifo nosso)

de seus escritos as observações que fazia às contradições inerentes à frente de oposição pluriclassistas.

"(...) os comunistas reconhecem que são idênticas as concepções de democracia que circulam, explícita ou implicitamente, entre as diversas correntes da oposição." ³²

O PCB, no final de 78 (e portanto, já marcada a conjuntura pela participação operária e popular) era enfático:

"Evitar o acirramento das tensões em momentos nos quais as condições são desfavoráveis para a classe operária e o conjunto da oposição é um critério importante para todos os democratas." ³³

O sentido dos escritos do PCB já se encontravam definidos. *"Evitar o acirramento de tensões"*, este foi o slogan que mais se destacou nos textos do PCB. Entretanto, a sua condenação dos movimentos operário e popular, apesar de já definida, iria adquirir proporções ainda maiores.

³² "Resolução Política". Comitê Central, novembro de 1978. Jornal *Voz Operária* nº152. (Carone, vol.III: p.236, grifo nosso)

³³ "Resolução Política". Comitê Central, novembro de 1978, jornal *Voz Operária* nº152. (Carone, vol.III: 241)

IV Capítulo

O PCB NA CONTRAMÃO DOS MOVIMENTOS DE MASSA

Neste último capítulo, salientaremos a orientação anti-operária e anti-popular que os escritos do PCB adotaram entre 1978-80. Primeiramente, retomaremos alguns aspectos já descritos da crise da ditadura para, em seguida, enfocarmos a dimensão dos movimentos operário e popular. Compreendida a importância dos movimentos de massa nestes anos, abordaremos o posicionamento do PCB, demonstrando que a "unidade sindical" pregada pelo partido significava uma união com a direção sindical pelega.¹ No momento final, comparamos a cobertura da greve metalúrgica de 1980 realizada pelos jornais

¹ Armando Boito Jr. *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. pp.131-132. Ao examinar diferentes correntes do movimento sindical, o autor identifica a presença da ideologia do legalismo sindical em seu conjunto. Na distinção destes grupos, define o pelego como "um populista conservador, cujas aspirações não vão além da garantia, pelo Estado, da existência e funcionamento do sindicato oficial e de uma legislação trabalhista que possibilite um mínimo de ação e de poder aos sindicatos, na qualidade de agentes fiscalizadores da aplicação dessas leis. Dentro de limites bem amplos, o pelego está sempre disposto a apoiar o governo. Desde que esse não atente contra a existência do sindicato de Estado e da legislação trabalhista, que é a exigência básica para a sobrevivência do peleguismo, e não avance numa política de reformas antiminopolistas, antiimperialista e antilatifundiárias, o que se choca com a postura conservadora do peleguismo, o pelego dará o seu apoio incondicional a equipe governamental, seja qual for a sua política. O pelego não é um sindicalista amarelo, dependente e subordinado às direções das empresas. Mas ele e o seu sindicato dependem da burocracia de Estado e, mais diretamente, do próprio governo. O que lhe permite, dependendo dos interesses e da política governamental, tomar iniciativas que se choquem com os interesses econômicos imediatos dos patrões com os quais se relaciona sindicalmente."

A Voz da Unidade (do PCB) e *Em Tempo* (jornal de grupos ligados ao Partido dos Trabalhadores). Esperamos ter um maior dimensionamento daquele movimento e da postura do PCB, bem como destacar que o temor do partido frente aos movimentos de massa relacionava-se com seu medo de que a Abertura fosse ameaçada.

1. A força da oposição nos movimentos operário e popular

A classe operária e os movimentos populares, de 1968 até 1974, encontravam-se em posição defensiva e puderam, com a manifestação oposicionista de frações do bloco no poder, obter uma margem menos restrita para as suas ações. Este alargamento da margem de ação das classes dominadas ocorreu indireta e involuntariamente por parte das frações não-hegemônicas do bloco no poder. Ao denunciar o modelo econômico vigente, seu caráter anti-nacional e anti-popular, a oposição burguesa ensejou as classes dominadas a se posicionarem contra a política econômica da ditadura. Além disto, a imprensa, que sofria influência destes setores burgueses, acabou por divulgar as manifestações de descontentamento das classes dominadas. Entre 1974 e 76 ocorreu a rearticulação da oposição entre frações das classes dominantes e setores

das classes médias. Não havia, até esta conjuntura, a participação da classe operária.²

Os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog em 1975 e, quase em seguida (no início de 1976) do metalúrgico Manoel Fiel Filho somados às respectivas divulgações na imprensa fomentaram a mobilização pela defesa dos direitos humanos, pelo retorno ao Estado de Direito e, por fim, pela Anistia. As baixas camadas médias engajaram-se nesta luta. Todavia, naquele momento, foram as camadas médias tradicionais que se constituíram enquanto força principal.³

O movimento pela Anistia foi incentivado pela mobilização surgida depois do assassinato de Herzog. Lançado em 1975 a partir do chamado Movimento Feminino pela Anistia (MFA), formado por grupos de mães de presos políticos no Rio de Janeiro, surgiu com a coleta de 16.000 assinaturas. No ano seguinte, em 1976, o congresso da Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica (SBPC) em Brasília pediu a reintegração dos quadros da comunidade universitária que haviam sido cassados. Em fevereiro de 1978, é criado no Rio de Ja-

² Décio Saes. "Posfácio" in *Classe Média e Sistema Político no Brasil*, pp.221-223.

³ A força principal distinguiu-se da força dirigente. Enquanto a primeira é capaz de acionar uma ação de massa imprescindível, numa determinada conjuntura, para uma transformação política, a segunda é aquela que, definindo o objetivo político, organiza a luta para alcançá-lo. Ver Décio Saes. *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p.51. O autor utiliza a contribuição de Mao-Tsé-Tung.

neiro o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), incluindo as mulheres do MFA, várias correntes da esquerda, da Igreja e dos liberais. Este movimento expandiu-se pelo Brasil e a OAB, até então tímida, aderiu à campanha pela Anistia "ampla, geral e irrestrita". No início de 1978, Raymundo Faoro lançou a palavra de ordem: "volta ao Estado de Direito". Neste mesmo ano, houve um mutirão para que o congresso da SBPC se realizasse em São Paulo, já que a ditadura, em represália, havia lhe negado recursos.

Em 1978 conseguiu-se romper a proibição informal de veiculação na televisão e na imprensa escrita de notícias que envolvessem crimes contra os direitos humanos. Em março desse ano um "furo" jornalístico destacou a imprensa alternativa; o semanário *Em Tempo* publicou um "listão" de torturadores, com 233 nomes e, em outubro, o processo judicial promovido pela família Herzog contra a União recebeu sentença do juiz da 7ª Vara da Justiça Federal de São Paulo. O juiz admitiu que Herzog foi preso e torturado nas dependências do DOI-CODI.⁴ No final do ano, em novembro, realizou-se o Primeiro Congresso pela Anistia, com mais de

⁴ Para termos uma idéia da importância desta sentença, basta lembrar que esta foi a primeira a reconhecer as forças de repressão como responsáveis pela morte de um militante de esquerda durante a ditadura. Ela desmentiu a versão militar de que Herzog havia cometido suicídio. Em 1993 temos a primeira sentença que desmente a versão de atropelamento usada pelas forças de repressão nos assassinatos de militantes de esquerda. Tratou-se do caso de Francisco Drumond, morto em dezembro de 1976 por agentes do DOI-CODI, por ocasião da repressão ao Comitê Central do PC do B (que envolvia, entre outras ações, a "Chacina da Lapa"). *Jornal Folha de São Paulo*, 19 de agosto de 1993.

1.000 inscritos. A campanha atingia seu apogeu. Dom Paulo Evaristo Arns deu apoio logístico ao congresso que encerrou homenageando Carlos Marighella e Carlos Lamarca.⁵ Uma questão dividiu os participantes do Movimento pela Anistia: "Haverá um Nuremberg com os nazistas no poder"? Em outras palavras, seria possível julgar os torturadores sem derrubar a ditadura?

O destaque das camadas médias tradicionais no conjunto do bloco dominado remete-nos para a conduta das frações não-hegemônicas do bloco no poder a partir de 1974. Houve um contraste entre 74 e a crise de 1968. Em primeiro lugar, a predominância do liberalismo no seio da oposição deu à burguesia a direção ideológica do movimento, possibilitando o seu controle e evitando o questionamento de seu próprio "status quo". Em primeiro lugar, a mobilização oposicionista ultrapassava os limites liberais em 1968. Amplos setores das baixas camadas médias e da classe operária questionavam não só o abandono do Estado de Direito, mas a política econômica adotada pelos militares. O liberalismo estava em disputa com o populismo naquela o que afastou as frações dissidentes do bloco no poder de possíveis alianças de classe. Afinal, elas não tinham se unificado em torno do bloco no poder, apoiando o golpe militar, para combater o populismo?

⁵ Líderes de grupos guerrilheiros.

Em segundo lugar, 1968 apresentava a hegemonia do capital monopolista ainda em fase de consolidação no interior dos aparelhos de Estado. A incipiente implementação da política pró-monopolista possibilitava a crença, por parte das frações não-hegemônicas, de uma alteração destes rumos através de uma "aproximação pelo alto" com os militares. Em 1974, os militares já tinham consolidado seu poder e o processo decisório, no tocante à política de Estado, não alimentavam mais ilusões entre as frações não-hegemônicas quanto à possibilidade de atendimento de suas reivindicações. Somado a isto, em 1974, como já mencionamos, a oposição da burguesia não-monopolista foi incentivada pelo fim do milagre econômico, o que onerava ainda mais a sua situação.

Com a reação dos setores médios ao assassinato de Herzog e com o respectivo crescimento do poder de pressão do médio capital industrial e rural, através da vitória do MDB, a fração monopolista voltou a intervir bruscamente na cena política. Em 1977, tivemos o "Pacote de Abril" que, entre outras medidas (foram 14 emendas à constituição de 69), acabava com a perspectiva de eleições diretas para governadores no ano seguinte.^e

^e Armando Boito Jr. e Décio Saes, "Três teses equivocadas a respeito de quem controla o Estado brasileiro" Os autores observam que, antes do "Pacote de Abril de 1977", em reunião de banqueiros, estes enumeraram uma série de reivindicações que foram atendidas pela ditadura durante o recesso parlamentar.

O movimento de massa frutificou, num primeiro instante, como resposta das camadas médias liberais ao caráter autoritário do Pacote de Abril.⁷ Com a ampliação do envolvimento dos setores liberais na oposição, abriu-se espaço para as reivindicações sociais, "bandeira" das baixas camadas médias. O movimento estudantil foi sensível a estas reivindicações e expressou "palavras de ordem" unindo as idéias de liberdade política com igualitarismo social: "*mais pão, menos canhão*" foi uma destas palavras de ordem.⁸

Cronologicamente, o Movimento Custo de Vida e o Movimento Estudantil estiveram na ante-sala dos movimentos grevistas que sacudiriam o país no triênio de 1978-80. O primeiro teve sua coordenação eleita em março de 1977: setecentos delegados de Comunidades Eclesiais de Base reuniram-se em São Paulo⁹. Um ano depois, uma assembléia com cinco mil participantes aprovou um manifesto reivindicando: 1º) abono de emergência de 30%, sem desconto, para todos os trabalhadores; 2º) congelamento dos preços dos gêneros de primeira

⁷ Sebastião Velasco e Cruz e Carlos E. Martins. "De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura" in B.Sorg e M.H.T. de Almeida (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983. p.56.

⁸ *Jornal Folha de São Paulo*, 6 de setembro de 1972. Caderno MAIS!, especial sobre movimento estudantil, compara os chamados "caras-pintada" do *impeachment* do ex-presidente Collor com os estudantes das décadas de 1960 e 1970.

⁹ Bernardo Kucinski. *Abertura. História de uma Crise*. São Paulo, Brasil Debates, 1982, pp.103-112.

necessidade; 3º) aumento salarial; 4º) reforma agrária com distribuição eqüitativa das terras.¹⁰ No decorrer deste ano o movimento espalha-se por todo o Brasil através de células por bairros, fomentadas pela Igreja e pela esquerda. Em agosto, véspera das eleições de 1978, o coordenador do movimento entregou, em Brasília, abaixo-assinado com 1,3 milhão de assinaturas apoiando as quatro reivindicações, não havendo nenhuma consideração por parte do governo.

O movimento estudantil (ME) foi um setor que teve tratamento privilegiado dos órgãos de repressão da ditadura. Tiveram repressão em massa (quando todo e qualquer movimento se mostrava publicamente) e localizada (quando se tratava de quadros das organizações de esquerda). Em ambos os casos, a violência policial foi ostensiva e impiedosa. A rearticulação do ME foi, por estes motivos, conquistada palmo a palmo. É de 1975 a primeira grande greve estudantil depois de 1968, na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Em 1977 há uma passeata em São Paulo com dez mil estudantes, reprimida pela polícia. A partir daí, eclodem manifestações em outras capitais e nas cidades grandes do interior que se chocavam com a violência desnecessária das forças de segurança. Houve ainda os casos mais notórios, como a invasão da polícia no campus da PUC/SP, com vítimas das bombas de gás e

¹⁰ Esta última reivindicação demonstrava a influência de grupos de esquerda no movimento. Trata-se de uma reivindicação que foge das plataformas comuns dos assalariados. Ver Bernardo Kucinski. *Abertura. História de uma Crise*, p.104.

a invasão da UnB, com dezenas de estudantes expulsos dos cursos universitários. Em Belo Horizonte, o III Encontro Nacional de Estudantes foi impedido de se realizar, com cerca de 850 presos e, mais tarde, a tentativa de realizar o mesmo encontro na PUC de São Paulo foi igualmente reprimida com violência. A partir de 1978 a repressão começa a recuar diante do ME e, em maio do ano seguinte, é reconstruída a União Nacional dos Estudantes.

Apesar da entrada das baixas camadas médias ter alterado a exclusividade liberal da ideologia oposicionista, a fração burguesa, que almejava somente o retorno do Estado de Direito, permaneceu enquanto força dirigente.¹¹ É só a partir de 1978 que as reivindicações sociais teriam a sua vanguarda, capaz de substituir as camadas médias tradicionais enquanto força principal.

O caráter plebiscitário das eleições de 74 extrapolou a dinâmica eleitoral e se estendeu aos movimentos operário e popular. O posicionamento contra ou a favor da ditadura foi estendido aos conflitos mais diversos entre quaisquer seto-

¹¹ Duarte Pereira, "Participação deve ser ativa" in jornal *Movimento*, nº183, janeiro de 1979. O autor examina as diferentes propostas de democratização presentes entre as frações do bloco no poder que fazem oposição ao regime militar. Havia a "democracia relativa" defendida pelos apologetas da ditadura, a "democracia sem adjetivos", proposta pela oposição burguesa-latifundiária, a "democracia ampliada", defendida pelos pequenos e médios empresários e pelos camponeses ricos. Entre as classes dominadas define a "democracia substantiva", projeto pertencente à pequena burguesia e por fim, define a democracia que interessa aos trabalhadores.

res das classes dominadas que, num gesto reivindicativo, enfrentassem o arbítrio e a violência das forças de segurança. Os movimentos de massa que surgem a partir de 1977 não se intimidaram com a morte e com a tortura que cercavam os DOI-CODI e enfrentaram as proibições com um aumento de seus participantes.¹² Esta foi a marca da conjuntura entre 1978 e 1980.

Quando os movimentos do Custo de Vida, Estudantil e da Anistia chegaram ao apogeu, os trabalhadores começaram a roubar-lhes a cena política, quando uma onda grevista irrompeu em todo o Brasil. Em 1978-79 as greves se concentraram no setor privado (91,5%), particularmente no setor metalúrgico (53,4%) e em São Paulo (85,6%).¹³ Em 1979, os metalúrgicos dividiam sua participação com outros trabalhadores, fazendo 18,3% das greves e alcançando 31,1% das jornadas de trabalho perdidas.¹⁴ Os trabalhadores da construção civil ficaram com 8,9% das greves e com 10,5% das jornadas perdidas seguidos de perto pelos motoristas e cobradores com 8,9% de greves e 3% de jornadas. No setor público, que a partir

¹² Para uma descrição jornalística dos fatos que envolveram os movimentos Custo de Vida, Estudantil, pela Anistia, dos trabalhadores e dos posseiros ver Bernardo Kucinski. *Abertura, História de uma Crise*. pp.143-155.

¹³ Eduardo Noronha. "A explosão das greves na década de 80". in Armando Boito Jr. (org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991. pp.103-106.

¹⁴ Eduardo Noronha define as jornadas perdidas a partir da multiplicação do número de grevistas pelos dias paralisados.

de 1979 aumentaria sua participação. os médicos lideraram o número de greves: 67,7% com 2,7% das jornadas, enquanto os professores ficaram em primeiro lugar no quesito jornadas perdidas: 35.%, com 9,3% das greves.

Se a determinação com que o movimento grevista enfrentou a violência da ditadura marcou 1978, a persistência deste se mantém até hoje, sempre se ampliando. As greves foram arrebatadoras, pois acabaram com um imobilismo de uma década (1968-78) mas também foram relativamente pouco numerosas se comparadas aos anos posteriores.¹⁵

Além deste panorama, houve os casos exemplares, que chamaram mais a atenção da opinião pública no período. Em 1978 as tropas do exército, com cães amestrados, invadiram a fábrica da FIAT em Betim/MG. O ABC de 1979 igualmente enfrentou a violência policial. Em março de 1979, 82 mil professores cariocas entraram em greve. Em abril, 65 mil funcionários municipais de São Paulo foram seguidos pelos funcionários estaduais: 250 mil trabalhadores em greve. Neste mês, o funcionalismo do Rio Grande do Sul também paralisou. No funcionalismo, nem a polícia escapa da onda grevista, e as Polícias Militares do Rio de Janeiro e da Bahia

¹⁵ Eduardo Noronha, "A explosão das greves na década de 80". in Armando Boito Jr. (org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. p.95. Em 1978 houve 118 greves, em 1988 2.188, sendo que o número anual de grevistas aumentou 60 vezes e o número de jornadas não trabalhadas passou de 1,8 milhão para 132 milhões.

cruzavam os braços. Os médicos, além de liderar o número de greves, criaram sua associação nacional, que foi acompanhada por outras associações de funcionários públicos. Além disso, 45 mil motoristas de ônibus cariocas e 150 mil motoristas paulistas paralisaram.

Em agosto, a construção civil de Belo Horizonte parou e Orocílio Martins morreu quando participava de um piquete e no dia seguinte à morte de Orocílio houve a primeira sublevação não organizada do período pós-abertura, com três dias de saque e protestos. Em outubro houve uma greve simultânea dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos (ao lado do ABC, é o principal núcleo da indústria metalúrgica brasileira). A greve foi decretada em massiva assembleia no centro de São Paulo, à revelia de Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão): 80% de paralisação, sedes invadidas pela polícia, mais de cem operários presos. Santo Dias, um dos mais conhecidos ativistas da pastoral operária foi morto "à queima roupa". Na Missa de corpo presente, rezada pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns na Catedral da Sé, estiveram presentes cerca de 10.000 pessoas. Saldo de 1979: vários sindicatos sob intervenção e dirigentes cassados pela Lei de Segurança Nacional. Foi um ano de ações radicais da massa trabalhadora, irrompendo, após dez anos ausentes das praças públicas.

Mas a violência com que se enfrentaram os trabalhadores e a ditadura não se restringiu aos centros urbanizados. A partir de 1975 houve um recrudescimento, nas regiões do Amazonas e da Bahia, de conflitos entre posseiros (que derrubam a mata e amaciam a terra, incorporando novas terras à produção agrícola) contra os grileiros (que através do título de posse e da força de jagunços, expulsam os primeiros). Segundo a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), esta primeira fase teve 130 conflitos no campo, 29 mortos e 15 feridos. Pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, criada em 75), até 1980 haviam sido envolvidas 200 mil famílias, cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Em 1978 intensificou-se a atividade dos posseiros e dos agricultores sem terra. Em agosto houve a primeira greve de trabalhadores rurais, 12 mil coletores de banana do litoral sul de São Paulo que ficaram 16 meses sem receber salários. Em maio 1979 1.500 dirigentes de sindicatos rurais se reuniram no congresso da CONTAG e, entre as reivindicações, a luta pela democracia. Em janeiro de 1980 surgiu o 1º documento doutrinário da CPT, colocando-se ao lado dos posseiros. Em maio deste ano houve uma greve na Zona da Mata de Pernambuco e a primeira paralisação de bóias-frias na região cafeeira da Bahia, que mobilizou cerca de 5.000 trabalhadores. Em setembro houve uma nova greve dos coletores de cana da Zona da Mata, envolvendo 42 municípios e cerca de 250.000 trabalhadores, uma das maiores greves do país.

Para os militares, a situação em que se encontrava o país entre 1978-1980 era muito adversa ao regime.¹⁶ No ideário anunciado pelos golpistas de 1964 havia a intenção de conter as manifestações populares, de unificar as Forças Armadas, de combater a incompetência administrativa e a corrupção, de reequilibrar as contas externas do país, de controlar a inflação promovendo um desenvolvimento econômico acelerado e estável, de diminuir as desigualdades entre classes e regiões e de fortalecer a independência e o prestígio internacional do Brasil.

Passavam-se quinze anos e estes objetivos mostravam-se ao avesso. Havia se agravado a concentração de riqueza no centro-sul, em mãos das multinacionais e dos grandes capitalistas nacionais vinculados às finanças, à indústria e ao comércio, dos grandes proprietários de terras e dos estratos superiores das classes médias, integrados pelos administradores do setor moderno da economia; deterioraram e as condições de vida da maioria dos trabalhadores e, mesmo os pequenos e médios empresários urbanos e os proprietários rurais atravessavam dificuldades que levaram muitos deles à ruína. A dependência do país à importação de equipamentos, peças, matérias-primas e de tecnologia aumentou. A remessa de juros e lucros das multinacionais foi ampliada e, mesmo

¹⁶ Duarte Pereira. "Brasil. 31 de março de 1979: maus tempos, hein?" in jornal *Movimento*, nº196. 2/abril/1979. pp.10-11.

com o esforço em se aumentar as exportações, a balança de pagamentos foi desequilibrada drasticamente. A inflação, que nunca desapareceu, chegou a 40% em 1978 e 15% somente no primeiro trimestre de 79. Em 1979, a dívida externa que chegava aos 43 bilhões de dólares.

Como saldo dos grandes movimentos grevistas, o direito de greve foi conquistado na prática por diversas categorias, de operários metalúrgicos até funcionários públicos. A perspectiva de um aumento da repressão, através de um recurso ainda mais profundo ao capital estrangeiro somado ao aniquilamento da oposição, parecia distante. Todavia, não estava descartada, uma vez que os aparelhos de repressão continuavam intocáveis. A solução "chilena", de repressão brutal, poderia surtir um breve efeito, mas logo se reverteria para uma saída "iraniana", de rebelião popular incontrollável.

Somados à crescente oposição burguesa e à mobilização das classes dominadas, toda uma série de fatores dificultava a ação do regime. Parlamentares eleitos pelo MDB e com fortes vínculos populares saíam em apoio aos movimentos grevistas, superando os expurgos pelos quais havia passado a oposição parlamentar. Estudantes e intelectuais engrossavam a oposição. As Forças Armadas encontravam-se divididas, com a candidatura do general Euler Bentes em 1978. Diante da crescente pressão da Associação Brasileira de Imprensa (ABI),

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os empresários dividiam-se cada vez mais.

O destaque aos principais movimentos operário e popular que marcaram os anos de 1978-1980 mostram, com melhor clareza, o contexto dos escritos do PCB. Em fins de 1979, o partido se propunha a

"(...) lutar para reorganizar o PCB como um grande partido de massas, um partido numeroso, fundado em bases sólidas e amplas, profundamente enraizado na sociedade, capaz de influenciar e estar presente em todos os setores da vida nacional e de operar em estreita ligação com todas as forças vivas da nação." ¹⁷

Esta afirmação estabeleceria uma seqüência entre a segunda e a terceira fase de seus escritos, mantendo um papel de destaque aos movimentos operário e popular? Tentaremos mostrar que não, uma vez que a maioria de seus manifestos rumou para outro caminho. Em meio ao ciclo grevista, em julho de 1978, um membro do Comitê Central do PCB ponderava que havia

"(...) um grande perigo de se realizar a greve pela greve. A greve tem de ser, primeiro, objetiva; segundo, deve ter preparação; e, terceiro, tem de ser dirigida de maneira a saber por que sai, para que sai e quando deve parar. (...) Não se deve pôr na cabeça que só

¹⁷ "Nota Política." Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, setembro de 1979. (Noqueira, 1981: 42)

*o que resolve é uma greve. As formas de lutas parciais exigem menos, acumulam forças e preparam para batalhas maiores, que também virão, a seu tempo."*¹⁸

Já conhecida a gravidade dos conflitos existentes entre posseiros e grileiros desde 1975, um dirigente do Comitê Central do PCB esclarecia que, com relação à Reforma Agrária, o partido

*"(...) não pode chegar e ir dizendo 'vamos fazer a Reforma Agrária', 'vamos tratar de desapropriar as terras', 'vamos ocupar as terras', etc. Você tem de conduzir a massa num processo de acumulação de forças."*¹⁹

Este tipo de apreciação, se tomada fora do contexto que descrevemos, não passaria de uma seqüência de obviedades sem nenhum sentido mais pretencioso. Serve-nos, de antemão, para introduzir a conduta do PCB durante o auge da movimentação operária e popular na crise da ditadura.

¹⁸ Entrevista de Luiz Tenório de Lima a Pedro del Picchia em julho de 1978. *O PCB no Quadro Atual da Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

¹⁹ Entrevista de Lindolfo Silva a Pedro del Picchia em julho de 1978. *O PCB no Quadro Atual da Política Brasileira*.

2. O PCB e os movimentos grevistas

Tal como a tradição que o vincula aos destinos da classe operária, o PCB também mantinha, obrigatoriamente, seu apoio ao movimento operário. Quanto à greve metalúrgica de 1979, o partido afirmava que

"é indispensável assegurar o prosseguimento da greve e a ampliação da solidariedade material e política à mesma." 20

Todavia, ao mesmo tempo que abria seu texto com uma manifestação de apoio, o PCB ponderava que

"(...) o momento não é ainda de um confronto geral com a ditadura, mas de conquista de algumas reivindicações de cunho econômico e democrático. Devemos lutar tanto contra quaisquer tendências à capitulação como contra atitudes de recusa de acordos que atendam parcialmente às demandas dos trabalhadores. É essencial preservar, no curso dos acontecimentos, a unidade do movimento operário e sindical e deste com os demais segmentos do movimento democrático." 21

Observamos que, de um lado, o apoio ao surgimento de movimentos grevistas foi sempre uma referência obrigatória de

20 "O PCB e a greve dos metalúrgicos do ABC de 1979". Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, 25 de março. (Noqueira, 1981: 71)

21 "O PCB e a greve dos metalúrgicos do ABC de 1979". Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, 25 de março. (Noqueira, 1981: 71, grifo nosso)

seus escritos. Entretanto, este apoio foi externo aos movimentos uma vez que eles ocorreram independentemente da participação do PCB. De outro lado, uma vez que o PCB não possuía meios de impedir as greves, o partido, de antemão, posicionava-se em seus textos contra eventuais atitudes acirradas que o movimento poderia adotar.

Em meio às greves, o Comitê Central do PCB referia-se à classe operária com a seguinte preocupação:

"Neste momento, cabe procurar, por todos os meios, ampliar e consolidar a unidade da classe operária, impedir seu isolamento, defender as conquistas obtidas pelos trabalhadores, denunciando qualquer ato repressivo da ditadura." 22

Ao mesmo tempo que destacava todo o apoio que deveria ser dado às campanhas salariais que aconteceriam em São Paulo (metalúrgicos da Capital, Osasco e Guarulhos, têxteis, jornalistas, químicos, e bancários), o PCB continuava a salientar que

"A palavra-chave de nossa orientação é uma só: unidade. Unidade das categorias, unidade sindical, unidade do movimento democrático." 23

²² "Resolução Política". Comitê Central, jornal *Voz Operária* nº152, novembro de 1978. (Carone, vol.III: 237)

²³ "Todo apoio à luta da classe operária". Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, agosto de 1979. (Noqueira, 1981: 85)

A sua recomendação de preservar a unidade do movimento operário e sindical dentro de um quadro de predominância do sindicalismo pelego, veio justamente contra a principal característica do sindicalismo praticado pelo ABC, chamado de novo sindicalismo exatamente porque rompia com a atuação moderada das diretorias sindicais. Quanto à surpresa que as greves de 1978 causaram tanto nos sindicalistas autênticos como nos pelegos, pois ocorreram à revelia dos sindicatos, de forma espontânea, dentro das fábricas, o PCB avaliava que se tratou de estratégia elaborada pelas direções sindicais pois

"(...) tiveram ainda um papel decisivo por causa da posição justa que assumiram. De um lado, estimularam os trabalhadores a lutar por seus interesses. Ao mesmo tempo, não assumiram a condução formal do movimento (não houve nem assembleias nem proclamações sindicais), não dando à ditadura pretexto para intervir. E, no momento preciso, despacharam os membros de suas diretorias para as fábricas, hipotecaram solidariedade ao movimento e ofereceram-se para servir como mediadores.(...) E, finalmente, o fato de que não houve diferença de comportamento entre os sindicatos ditos 'combativos' e os sindicatos ditos 'pelegos'. A cúpula sindical das categorias interessadas reagiu unitariamente diante da situação." 24

Tratou-se, como sabemos, de um lado, de pelegos que reagiam à ofensiva que os chamados autênticos tomavam, tratando de aparecer às massas como não tão passivos, já que irrom-

²⁴ "Greves resultam de longa acumulação de forças." *Jornal Voz da Unidade* nº 149, agosto de 1978. (Frederico, vol.III: pp.29/30)

piam greves por todo o país.²⁵ De outro lado, até os sindicalistas combativos, como os do ABC, foram tomados de surpresa. Daí a dizer que a não condução foi uma atitude premeditada, que burlava a repressão, trata-se de uma distorção dos acontecimentos. Esta atitude do PCB demonstra a sua intenção de se aproximar dos pelegos que estavam na direção dos sindicatos oficiais. No caso do sindicato metalúrgico de São Paulo, tratava de se aproximar do então presidente, Joaquinção, nomeado interventor em 1965.²⁶ Não bastasse os elogios que eram imputados ao dirigente sindical de São Paulo Joaquim dos Santos (Joaquinção), justamente por nada fazer pela greve de 1978, o PCB poupava a diretoria do

²⁵ Eder Sader. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, 2ª edição, p.300. O autor, descrevendo a greve de 1978, iniciada na Scania-Vabis em 12 de maio, dimensiona o quanto foi surpreendente a ação operária. "(...)o pessoal da ferramentaria entrou, marcou o cartão e permaneceu de braços cruzados diante de suas máquinas. À medida que o fato foi sendo conhecido nas outras seções, o movimento foi se alastrando até parar toda a fábrica. Espantado, o gerente pensou que estivesse faltando energia..." Para uma análise do papel negativo desempenhado pelo sindicalismo de Estado no triênio grevista de 1978/80, ver Armando Boito Júnior, *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. O autor destaca que no primeiro semestre de 1978, uma das razões para as greves obterem êxito foi o fato de se encontrarem ao largo da estrutura oficial, pp.266-8. Com relação ao caráter espontâneo do movimento operário, ver Ricardo Antunes. *A Rebelião do Trabalho*. Campinas, Unicamp/Ensaio, 1988, p.89. O autor possui análise que abranje a consciência operária do ABC paulista presente no triênio de 1978-80. Segundo a sua tese, o "lampejo" de direção presente em 79, que superava a espontaneidade de 1978, não se repetiu em 1980. Neste ano, as lideranças de São Bernardo interiorizaram a experiência de 1979 de forma negativa, como se aquele recuo significasse uma ingerência sobre a vontade da massa. "(...) a massa, em sua espontaneidade, converteu-se em condução e 'direção' do movimento."

²⁶ Para uma análise das diferentes correntes políticas da oposição à diretoria do sindicato metalúrgico de São Paulo entre os anos de 1978-80 ver Arnaldo Noqueira. *Modernização Conservadora do Sindicato Brasileiro: A Experiência dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983)*. Principalmente pp.83-99 e pp.125-132. Dissertação de mestrado, IFCH - Unicamp, 1990.

golpe que dera em 1979 e que culminou no fim da paralisação.

"(...) A greve foi uma espetacular vitória dos metalúrgicos de São Paulo, apesar de seu prematuro encerramento pela diretoria do sindicato e ainda pela inclusão no acordo feito com os patrões de uma cláusula proibindo nova greve geral da categoria até a data base de 1 de novembro de 1979." ²⁷

Concomitante à moderação crítica de 1978 diante dos pelegos, o PCB, quanto à greve de 1979, criticava a Oposição Metalúrgica.

"(...) a Oposição Sindical se radicalizava progressivamente com base na palavra de ordem '83% ou greve', o que paralisava as negociações com os patrões. a irresponsabilidade da Oposição Sindical com esse radicalismo inconsequente deixava de lado uma das grandes conquistas das greves de 1978, isto é, a negociação direta com os patrões, não querendo entender a importância fundamental dessa questão para o êxito da campanha salarial." ²⁸

Neste ponto, colocou-se criticamente frente ao sindicato, opondo-se a Joaquim dos Santos. Contra o imobilismo em que a diretoria do sindicato dos metalúrgicos se encontrava devido à ofensiva das greves, o PCB destacava a necessidade de se combater as greves:

²⁷ "Chega de Aventuras!". Manifesto de militantes do PCB e do MR-8 em novembro de 1979. (Frederico, vol.III: 98)

²⁸ "Chega de Aventuras!". op.cit. p.101.

"(...) a diretoria do nosso sindicato em nenhum momento se opôs de forma efetiva à decretação de uma greve furada ou ao seu prosseguimento em condições precárias como vinha se dando. Pelo contrário, abdicou de suas responsabilidades como dirigente do maior sindicato da América Latina. 29

Notemos que o foco crítico à Oposição serviu-se de argumentos técnicos intrínsecos à negociação salarial. Entraram na argumentação do PCB índices "corretos" de reajuste, dias programados da greve, piquetes, etc. Entretanto, a nosso ver, tratou-se de um artifício argumentativo que sempre terminava num ponto fundamental: o PCB lutava contra o surgimento dos movimentos grevistas. Este aspecto ficou claro quando os militantes do PCB criticaram a assembléia que a 28 de outubro

"(...) com aproximadamente cinco mil metalúrgicos decretou greve para uma categoria de 360 mil companheiros. Isso por si só já é um absurdo(...)" 30

Todavia, salientavam no mesmo documento que

"(...) só admitimos a decretação da greve numa assembléia geral com o comparecimento de no mínimo 10 mil companheiros e que de fato reflita a disposição de luta existente nas fábricas(...)" 31

²⁹ "Chega de Aventuras!". op.cit. p.103.

³⁰ "Chega de Aventuras!". op.cit. p.101.

³¹ "Chega de Aventuras!". op.cit. p.104.

Poder-se-ia ponderar que há a ressalva de *no mínimo 10 mil* companheiros, mas não deixa de ser gritante que do absurdo de 5 mil que decretam a greve, diante da imensa maioria de 360, 10 mil passassem a ser suficientes.

Como vemos, com o desenrolar das greves, o partido iria cada vez mais combater o surgimento e o crescimento dos movimentos grevistas. Muitas vezes os escritos do PCB mencionaram a necessidade da união do movimento sindical, mas quando o movimento ocorria e a possibilidade desta união significava uma radicalização, o PCB alterava o seu discurso. É impressionante o esforço que o discurso do PCB faz para conciliar a radicalidade do movimento e a sua proposta de recuo.

*"A inegável tendência a manter a greve que predomina entre o funcionalismo é a maior expressão de sua disposição de luta. E é exatamente esta disposição de luta que pode garantir o sucesso de uma necessária **mudança de tática**: da greve a novas formas de luta através da mobilização. (...) A questão toda, pois, é reconhecer que a luta pode continuar, inclusive num nível melhor, com o retorno ao trabalho."* ³²

Quando o movimento reivindicativo apresentava uma orientação da política que destoava da concepção do PCB, o partido não poupou esforços em combatê-la.

³² "O PCB e a greve dos funcionários públicos do Estado de São Paulo." Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, 9 de maio de 1979. (Noqueira, 1981: 75)

"(...) pôde-se constatar também uma certa crise de direção na Campanha. A CGP (Coordenação Geral Permanente), aos poucos, foi cedendo à tônica 'antimalufista' de algumas lideranças e ao doutrinário radical de outras, perdendo o controle da situação e encontrando muitas dificuldades para definir novas formas de mobilização e para avançar nas negociações com o governo. A CGP não soube neutralizar convenientemente os que investiam num confronto indeterminado com o Executivo e na inserção do funcionalismo numa aventura sem perspectivas. Com isso, a CGP imobilizou-se e passou a se concentrar mais no debate doutrinário entre lideranças do que na coordenação de fato do movimento." 33

A expressão "radicalização aventureira", utilizada por militantes do PCB nos serve de exemplo da direção que o partido adotava nestes anos. Ao criticar a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo pela prática desta "radicalização aventureira", o PCB acabava por se chocar com os movimentos que assolavam o país.³⁴ Num caso específico, o partido afirmava que, diante da proposta de prolongamento da greve dos funcionários públicos paulistas em maio de 1979, a fim de coincidi-la com o início da greve metalúrgica do ABC, o momento não é para

³³ "Funcionalismo: amplo esforço unitário na campanha salarial de 1980". Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, novembro de 1979. (Nogueira, 1981: 79)

³⁴ "A campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos." Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, novembro de 1979. Neste documento, o PCB enumera o que chama de "pecados capitais" da campanha, criticando a Oposição Sindical. (Nogueira, 1981: 87)

*"apostar no caos social. numa convulsão da sociedade".*³⁵

A unidade, de fato, era com a política dos pelegos, ou seja, com aqueles que combatiam o movimento grevista.

3. A atuação do PCB na greve metalúrgica de 1980

Um dirigente do Comitê Central do PCB afirmava em fevereiro de 1980 e, portanto, antes da greve metalúrgica do ABC paulista, que aqueles que propõem um frente de esquerda

"(...) insistem na mesma linha 'extremista' que em nossos dias já se mostrou equivocada e inviável, por seu caráter voluntarista, e que por isto mesmo foi rejeitada pela classe operária e pelas amplas massas que deram e continuam a dar força ao movimento democrático de oposição à ditadura." 36

Daí a importância de nos determos no suposto *voluntarismo* e *extremismo* das massas na greve de 1980 do ABC. A partir deste enfoque, destacaremos como o PCB se posicionava frente ao ciclo grevista que marcara aqueles anos. Foi em meio a esta jornada grevista que veio a público a carta de Prestes

³⁵ "O PCB e a greve dos funcionários públicos do Estado de São Paulo". Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, 9 de maio de 1979. (Nogueira, 1981: 73-75)

³⁶ Entrevista de Hércules Corrêa e Giocondo Dias ao *Jornal do Brasil* em 3 de fevereiro de 1980. (Carone, vol.III: 258, grifo nosso)

manifestando suas divergências com a maioria do Comitê Central. A greve que durou 41 dias é fundamental, devido à sua radicalidade, para entendermos como o PCB combatia o movimento grevista devido ao temor de que a Abertura fosse ameaçada.

A conciliação com o esquerdismo, tal como o manifestado pelo movimento populista em 64, voltava a ser criticada. Desta vez, quem conciliava era o próprio jornal do PCB, a *Voz da Unidade (VU)*. Segundo avaliação posterior à greve, Hércules Corrêa sintetizava o posicionamento do partido:

*"Todos sabem que é regra elementar em política que o confronto favorece sempre o mais forte."*³⁷

É preciso destacar que a *VU*, entre o conjunto dos jornais de esquerda que fizeram a cobertura da greve, estava entre os mais temerosos quanto à radicalidade do movimento. Mesmo assim, foi alvo da crítica do Comitê Central. Segundo Corrêa, o próprio jornal foi "coagido" pelo esquerdismo e, dada a repercussão da Carta de Prestes, o PCB tentou fugir à pecha de conciliador naquele momento.³⁸ Ainda segundo este dirigente, devido às denúncias de Prestes prevaleceu no jornal uma "ambiguidade com o esquerdismo". Cabe observar que

³⁷ Hércules Corrêa, "O ABC de 1980" in Celso Frederico, op.cit., vol.III, p.171.

³⁸ Hércules Corrêa, "O ABC de 1980". op.cit.p.179.

não só a Carta de Prestes pressionava o jornal, mas a maioria das organizações de esquerda que passaram a se rearticular, o próprio movimento sindical liderado pelos líderes "autênticos" e a série inumerável de conflitos envolvendo os movimentos populares que já descrevemos.

Para melhor apreendermos o significado do posicionamento do PCB, comparamos a cobertura da greve metalúrgica feita pela *VU* com outro jornal de esquerda, o *Em Tempo* (ET).³⁹ Este último era formado por um coletivo de intelectuais e dirigentes de esquerda, hoje pertencentes ao PT, mais particularmente à *Democracia Socialista*, tendência trotskista. A escolha deste jornal, portanto, não foi casual, buscamos nele a sua vinculação com o PT e a sua oposição ao PCB, um referencial para a atuação pecebista no conflito do ABC.

Em fins de 79, era diversa a chamada "imprensa nacional".⁴⁰ "*Companheiro, Enfim, Tribuna Operária, Ponto de Partida*" eram alguns dos jornais alternativos à grande imprensa. Além de novos títulos, outros jornais aumentavam a sua periodicidade, como *O Trabalho* e o *ABCD*. Ressurgem os jornais da *Convergência Socialista* e o *Trabalhador*, pre-

³⁹ Foram usados os números 1-7 da *Voz da Unidade* e 102-5 do *Em Tempo* situados nos meses de abril e maio de 1980.

⁴⁰ Para este breve relato ver jornal *Em Tempo*, nº95, de 20.12.1979. Para uma abordagem de mais extensa, ver Bernardo Kucinski, *Jornalistas e Revolucionários*, São Paulo, Scritta, 1991. Especificamente sobre o jornal *Em Tempo*, ver pp. 347-372.

vendo-se para 1980 o lançamento da *Voz da Unidade*. Dois anos antes, militantes de esquerda avaliavam que jornais como *Em Tempo* e *Movimento* não teriam vida longa. Após esta previsão negativa, há uma proliferação tal que surgem algumas expectativas de que, através de algumas fusões, se poderia alcançar as tiragens dos grandes diários. Superadas tanto a previsão pessimista, como a expectativa excessivamente positiva, houve uma estabilização dos jornais alternativos.

Na última semana de março de 1980, a manchete de *ET* anunciava: "Ditadura vai ter indigestão no seu 16º aniversário". A menção ao 1º de abril apontava para o estádio cheio da Vila Euclides, em São Bernardo, onde a greve metalúrgica era prevista. No primeiro número da *VU* encontramos o mesmo "tom", a sua manchete afirmava: "Chegou a hora da onça beber água!". No interior do jornal encontra-se uma reportagem cobrindo as greves passadas e as reivindicações atuais. Em seu número seguinte, o *ET* tinha uma manchete incisiva: "Illegal é a fome" e, nas páginas internas, uma reportagem que destacava o aspecto organizativo dos operários em greve. Na *VU*, deu-se a tônica para a articulação do ABC com a crise da ditadura, com editorial intitulado "A questão é política" onde se seguia extensa reportagem elogiando a forma pacífica da greve e a continuação do movimento após o primeiro parecer do Tribunal Regional do Trabalho, que se julgou incompetente para declarar a greve ilegal.

No número seguinte, o *ET* dizia, em tom de denúncia, que Partido dos Trabalhadores era a favor da greve, ao contrário do PCB. Entrava a terceira semana de abril e a greve havia sido declarada ilegal. Neste número houve um peso crescente do ABC. "Lula não blefou", "Os trabalhadores dão as cartas" e "Os metalúrgicos param, o povo apóia" são as três reportagens que abordavam a liderança de Lula, a organização do movimento e o apoio recebido em diferentes atos de solidariedade política.

Do lado da *VU*, um aspecto importante: seu editorial não foi dedicado à greve do ABC mas à ditadura, que era criticada por seu "apelo enganador", onde queria que se fizesse uma unidade nacional. Quanto ao ABC, elogiava-se os sindicatos que voltaram ao trabalho, onde uma vitória futura era apontada como a principal razão à parada do momento. Esta vitória foi entendida como a reabertura das negociações. Ainda neste número, criticava-se os trabalhadores de Santo André por fazerem piquetes. Diante da ilegalidade da greve, o *ET*, por sua vez, apoiou a continuidade do movimento, ou seja, a radicalização do confronto entre trabalhadores e ditadura, dando seu apoio e ressaltando a capacidade organizativa da greve.

A *VU* traçou outra perspectiva: o momento era de união da oposição. O editorial da *VU* poderia parecer desprovido de

qualquer outro sentido além da enunciada resposta à ditadura, que proclamava a necessidade da união nacional, caso não tivesse sido escrito justamente num momento em que havia um evidente acirramento de posições a partir do ABC. O momento era de apoio ou não ao movimento grevista. Ao discutir a união da oposição, a *VU* propunha o fim do movimento, uma vez que adotada a sua continuidade, a oposição moderada à ditadura não mais o apoiaria. Além de seu editorial, outras reportagens eram explícitas: era a hora de parar a greve.

Além da unidade da oposição, o PCB também mantinha o discurso da unidade sindical. Como já vimos, esta unidade era, de fato, com os pelegos, contra a combatividade apresentada pelo novo sindicalismo. Mas também destacamos os artifícios que o partido utilizava, a partir de dados técnicos para criticar ações mais ousadas, como o caso do número de participantes de uma assembléia.

O nº105 do *ET* foi contundente. Em sua primeira página há a foto de um homem idoso com o rosto sangrando. A manchete principal indica: "19 de maio, 31 dias de resistência." O editorial criticava as posições moderadas da oposição à ditadura e reivindicava, a partir do ABC, uma mudança do eixo oposicionista. Este teria, a partir de então, a alternativa da classe operária.

A *VU*, ao lado de seu pedido de solidariedade ao ABC, criticava as lideranças sindicais. No número seguinte, na semana do primeiro de maio, o editorial criticou o isolamento em que o movimento grevista acabou se colocando, pois os parlamentares que lhe eram solidários não foram ouvidos. No final, a base de seus temores: a ameaça de um retrocesso político, onde a desde sempre frágil Abertura de Figueiredo estaria em perigo. Notemos que a avaliação dos poucos resultados do projeto de auto-reforma da ditadura era similar ao desenvolvido pelo *ET*: entretanto, a resposta para esta situação era oposta. Enquanto o *ET* pregava a necessidade de se reforçar o movimento dos trabalhadores, a *VU* apontava o recuo como a forma mais segura de se garantir a Abertura.

No jornal seguinte, a *VU* é enfática: "Tolices em lugar de autocrítica", manchete do texto que apontava os erros das lideranças ao prolongarem a greve. As críticas continuaram na sua próxima edição. Os apoiadores da radicalização do conflito foram taxados de "aventureiros", pretenciosos que desejavam "assaltar os céus". A derrota do ABC foi destacada e, por fim, lembrou-se que restou o acúmulo da experiência que fortaleceu a consciência de classe. Nos números posteriores, a tônica da *VU* foi a campanha pela legalização do PCB e a ameaça de retrocesso. Ao se ler a *VU* é claro, em sua análise, que o ABC de 1980 colocou os operários no centro dos acontecimentos políticos. Também destaca-se a sua po-

sição de frear este movimento para que não fosse ameaçada a Abertura promovida pela ditadura.

No *ET*, após o final melancólico da greve, a palavra de ordem é: "preparar a greve geral". Conforme um dos editoriais do *ET*, o que estava em jogo nas diferentes posições era o tipo de democracia que ambos grupos de esquerda projetavam em plena crise da ditadura. A democracia expressa pela *VU* era uma democracia "despida" de reivindicações sociais. A democracia do *ET* distinguia-se dos projetos liberais da oposição que excluíam as reivindicações popular e operária.

A discussão da *VU* sobre unidade da oposição escondia que o problema dos trabalhadores não era a falta de articulação política mas o seu choque com planos de liberalização que colocam em segundo plano as reivindicações operária e popular na crise ditatorial. O PCB tinha aderido à transição lenta e gradual e aqueles que o questionavam acabavam ameaçando a Abertura. Nesta visão, a grande massa que radicalizou sua luta nos anos de 1978-80 colocou em cheque a Abertura. O PCB esteve, conscientemente, na contramão destes movimentos. Desta forma, aprofundou a crítica realizada à classe operária e aos movimentos populares na primeira fase de seus documentos. Nos anos 60, fez autocrítica de movimentos que tinha participado e, em fins dos anos 70 combateu os movimentos que surgiram. Entre estas duas fases (1969-1978), mostramos que o PCB não poupou elogios à classe operária,

exatamente quando ela estava sufocada pela repressão da ditadura.

V Capítulo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. O discurso do PCB e as classes sociais

Neste quinto capítulo, apresentaremos algumas reflexões sobre a política do PCB e a sua origem social. A delimitação de três fases distintas no interior do discurso do PCB deixou-nos diante da seguinte questão: a política do PCB, se possui relativa autonomia e desenvolvimento próprio, passível de uma análise baseada primordialmente na articulação de diferentes manifestos e documentos, só pode ser integralmente compreendida se observadas suas raízes entre as classes sociais. Ou seja, é somente através da visualização da base social sobre a qual o partido recrutava seus militantes e sua direção que podemos apreciar com exatidão as origens da sua política anti-operária e anti-popular.

Como o discurso político do PCB combatia as greves de 1978-80, presumimos que a composição social do partido não deveria ser formada pelas classes responsáveis por aqueles movimentos de massa. Para identificarmos as razões da ausência de representantes da classe operária e das baixas camadas médias entre o PCB, circunscrevemos cinco fatores: 1º) o expurgo de dirigentes pecebistas identificados com as reivindicações dos movimentos de massa, 2º) a repressão do re-

gime militar aos grupos marxistas, 3º) a prática cupulista e a política moderada implementada pelo partido no meio sindical, 4º) a forma hierarquizada de sua estrutura partidária e 5º) a filiação do PCB ao estanilismo.

Quando dividimos o discurso do PCB em três fases, delimitamos a forma como a diretriz anti-operária e anti-popular do partido organizou seus argumentos e sua coerência interna. Todavia, uma "diretriz política" não se constrói sem agentes sociais que a defendam e, neste sentido, a consolidação desta interpretação representou a vitória de um determinado grupo dirigente no interior do PCB. Numa primeira instância de análise, a causa imediata da política anti-operária e anti-popular do PCB foi a derrota e o expurgo de integrantes que possuíam concepções identificadas com os movimentos operário e popular - possíveis representantes políticos dos interesses das classes responsáveis pelos movimentos de massa. A interpretação das linhas mestras do programa político do PCB - tal como foi criado a partir da *Declaração de Março* de 1958 - não ocorreu isenta, portanto, de acirrada disputa interna.

Diferentemente dos anos que destacava a necessidade de se organizar os movimentos operário e popular (entre 1969 e 1977), a adoção de posições contrárias às reivindicações das massas não foi alcançada sem ter alterado a composição dos dirigentes do partido. Tanto a autocrítica que o PCB fez a sua participação na oposição ao governo de João Goulart como o seu combate às greves de 1978-80 provocaram importantes expurgos em seus quadros e a sua política anti-

operária e anti-popular foi consolidada através de sucessivas rupturas, das quais destacam-se a saída do grupo ligado a Jacob Gorender em 1965 e a dissidência de Luís Carlos Prestes a partir de 1979. Sem uma correspondência ideológica em seu interior, os movimentos de massa de 1978-80 acabaram sendo combatidos pelo partido. Todavia, poderia o PCB ter representantes destes movimentos em seu interior caso apoiasse efetivamente suas reivindicações? Neste caso, outros fatores impediriam o ingresso de elementos da classe operária e das baixas camadas médias no partido.

Os movimentos de massa de 1978-80 foram criados no período de resistência à ditadura, através de pequenas e localizadas ações, quando a repressão impedia-os de manifestarem-se em público. Na hipótese de ainda ter dirigentes e militantes que defendessem as reivindicações dos trabalhadores, o PCB não teria condições, durante os anos ostensivos da repressão, de aproximar-se das classes dominadas. Isto porque, independente das diferenças políticas que marcavam os grupos marxistas existentes no Brasil, a ditadura reprimiu o conjunto dos comunistas. O PCB, mesmo não tendo aderido à luta armada, foi igualmente perseguido, tendo seus militantes presos, mortos ou exilados. A possibilidade de aproximação entre o partido, a classe operária e as baixas camadas médias, seja no meio sindical, seja em seu local de moradia, foi, principalmente entre 1969 e 1978, completamente extinta. No interior deste quadro, a maioria das iniciativas de organização destes agentes sociais coube, devido à proteção institucional que gozavam, a setores da Igreja Católica, através de suas Comunidades Eclesiais de Base, as conhecidas CEBs.

Desta forma, quando surgiram na cena política no fim da década de 70, os movimentos de massa eram constituídos, fundamentalmente, por militantes católicos.

No âmbito sindical, estes militantes possuíam uma orientação que se antepunha a atividades restritas à cúpula da estrutura do sindicalismo de Estado, tal como era realizada pelo PCB e pelo Partido Trabalhista Brasileiro no período populista (PTB). Neste caso, mesmo se não tivesse expulsado quadros simpáticos aos movimentos de massa, apoiasse as greves de 1978-80 e não sofresse o desmantelamento causado pela repressão, a forma como atuavam os trabalhadores naqueles anos incompatibilizava-os com o estilo do PCB. Os militantes católicos, além de usufruírem de relativa liberdade de atuação, valeram-se de concepções críticas ao estilo dos partidos marxistas-leninistas para organizarem os movimentos operário e popular. Em sua atuação, estes militantes esforçavam-se na constituição de comissões de fábrica, onde se construiriam núcleos políticos independentes da direção sindical. Esta autonomia era almejada não somente com relação à diretoria do sindicato mas igualmente com relação aos governos populistas.

Na perspectiva da organização popular em geral, estes militantes compartilhavam a idéia na qual o traço mais importante na constituição política dos trabalhadores era a sua auto-organização, onde o poder decisório não estivesse centralizado nas mãos de uma vanguarda marxista-leninista. Esta concepção chocava-se com a estrutura hierarquizada presente no PCB e marcou definitivamente os movimentos de massa que surgiram a partir de 1978. Não restrita ao local de tra-

balho, a constituição de organismos políticos dos trabalhadores expandiu-se até as periferias, sempre voltada para a articulação de novas práticas decisórias - espécie de democracia direta - fundadas na realização de constantes assembléias.

Por fim, o PCB, desde a década de 60, experimentava um forte desprestígio devido à filiação à URSS, à capitulação sem luta diante do golpe militar e à condenação da luta armada como forma de resistência à ditadura. A invasão soviética da Checoslováquia em 1968 repercutiu negativamente em todo o mundo. Somada à invasão, as críticas chinesas feitas à URSS durante a Revolução Cultural acabavam com a existência de um único modelo de ditadura do proletariado a ser tomado como exemplo pelo movimento comunista internacional. Por fim, com a revolução Cubana em 1959, as práticas guerrilheiras ganhavam prestígio em toda a América Latina, justamente no momento em que o PCB assistia passivamente ao golpe militar no Brasil.

2. O PCB e as classes sociais participantes das greves

Quando abordamos a terceira fase do discurso do PCB, onde condenava as greves de 1978-80, destacamos a sua concepção da crise da ditadura como o fator que direcionava a sua conduta. O PCB, temendo que os movimentos de massa ameaçassem as conquistas da oposição contidas na Abertura, buscava frear as greves. Neste ponto, a avaliação do PCB sobre o movimento grevista introduz algumas questões sobre a representatividade de classe do partido e, conseqüentemente, sobre a origem social de seu discurso.

Ainda no ano de 1979, um dirigente do PCB referia-se ao movimento grevista da seguinte forma: "*Não adianta ficar pensando que São Paulo é o Brasil e que o ABC é São Paulo*".¹ O dirigente pretendia, através desta afirmação, avaliar o potencial das inúmeras greves que ocorriam durante 1979 e, afirmando que os casos do Estado de São Paulo e dos metalúrgicos do ABC deviam ser tomados como casos específicos, chamava a atenção para o equívoco de se superdimensionar a força dos trabalhadores em suas greves. Nas suas palavras, o sindicalismo estava dividido em grande, médio e pequeno. O ABC paulista representava o primeiro, nele existindo uma situação privilegiada, distinta do resto do país, uma vez que possuía uma organização na base e uma direção sindical articulada com as fábricas.

Após destacar os aspectos positivos do ABC, comparava-o com o restante dos movimentos. Para o médio e pequeno sindicalismo a capacidade de enfrentamento com os patrões, ou com o Estado (caso do funcionalismo) era bem menor, devido à falta de organização nos locais de trabalho e à falta de representatividade das lideranças sindicais. Concomitante a estas diferenças, o que unia grande, médio e pequeno sindicalismo foi o ímpeto em que os trabalhadores cruzaram os braços. Trata-se, conforme o dirigente do PCB, "*do movimento de classe em bloco, em escala nacional(...)*".² Todavia, segue o analista, enquanto o

¹ Luiz Werneck Vianna. in Ricardo Antunes (org.) *Por um novo sindicalismo*. São Paulo, Cadernos Debate, 1980, p.49.

² Luiz Werneck Vianna. op.cit. p. 41.

"grande sindicalismo tem aprendido mais pelas suas vitórias do que pelas suas derrotas (...) o restante, particularmente o sindicalismo de classe média, tem aprendido mais pelas suas derrotas do que pelas suas vitórias. Precisamente porque se tem deixado dominar pelo assembleísmo, porque tem perdido a perspectiva de uma organização democrática do trabalho sindical da categoria. Não há canais das bases controlarem as lideranças, não há canais explícitos onde lideranças de base possam dialogar, trocar experiências. Há um elemento aventureiro, oportunista, presente nessa movimentação e por isso mesmo tem sido punida politicamente com a derrota, inclusive com seu isolamento das bases." ³

Diante desta avaliação, podemos afirmar que a diretriz do PCB em frear o movimento grevista ganhava novo substrato, concordante com a sua avaliação da crise do regime militar. O PCB reconhecia o movimento grevista de 1979, que se apresentava diversificado e em grande escala, diferentemente da concentração no setor metalúrgico em 1978, como expressão da ação em bloco da classe operária e da classe média.⁴ Todavia, avaliava como deficitária a organização da maioria dos trabalhadores para a vitória de seu movimento. Desta forma, mesmo no ABC paulista, devia-se impedir a continuidade e a radicalização das greves tendo em vista o conjunto das forças dos trabalhadores, débeis em comparação com os metalúrgicos. Já vimos que, na prática, entre corrigir e auxiliar o movimento grevista ou combater e abafar as reivindicações, o PCB optou pela segunda alternativa. Não se tratando de uma greve isolada da classe operária ou de alguma categoria profissional das baixas camadas médias, mas, diferentemente, de inúmeras greves que expressavam um movimento em bloco de classes, a posição do PCB demonstrava que, em seu interior, inexistiam representantes destes

³ Luiz Werneck Vianna. op.cit. p. 50.

⁴ Na verdade, não se tratava do conjunto das camadas médias, mas, especificamente, das baixas camadas médias.

setores sociais.⁵ Qual era, então, a perspectiva de classe embutida na avaliação do partido?

3. A Igreja e a organização operária e popular

A contra-partida da repressão sofrida pelos marxistas na ditadura foi o crescimento de importância da Igreja que se constituiu na única alternativa para a associação e organização no âmbito operário e popular. Enquanto isto, os diversos partidos marxistas estavam completamente desmantelados, seja pela prisão, morte ou exílio de seus participantes. O Natal de 1972 demonstrava que, mesmo no interior de intensa repressão, a Igreja era capaz de burlar a ditadura e fomentar ações de caráter oposicionista. A partir de grupos de jovens ligados à Pastoral da região sul de São Paulo, discutiu-se temas sociais, cantando-se inclusive o "Caminhando..." de Geraldo Vandré.⁶ É na reconstituição da história do relacionamento entre Igreja e os movimentos operário e popular que vamos elucidando um dos fatores para que o PCB estivesse sem representantes destes agentes em seu interior.

Quando mencionamos a Igreja Católica como parte das forças de esquerda, temos em mente somente a sua parcela identificada com as reivindicações operária e popular. Dentro da Igreja encontram-se diferentes projetos políticos, associados a perspectivas de diferentes

⁵ A dimensão das greves, tomados os anos de 1978, 79 e 80, encontra-se na p.77.

⁶ Eder Sader. op.cit. p.146.

classes sociais. Na campanha contra a tortura - por exemplo - a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo (CPJ-SP) unia-se com a Ordem dos Advogados.⁷ Defendendo "eleições sem trapaças", fim da censura e a Anistia, esta atividade da Igreja unia-se aos esforços daqueles que lutavam pelo retorno do Estado de Direito, ou seja, pela democracia liberal. Outras atividades, como as Comunidades Eclesiais de Base, representam as reivindicações de caráter social das classes populares, o que define uma das divisões políticas na instituição.⁸

O marco para se entender a organização de parcela da Igreja em função das reivindicações operária e popular encontra-se na II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Medellín-Colômbia em 1968. A nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns como arcebispo de São Paulo em 1970 é outro passo decisivo para a organização das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. De volta de sua sagração como cardeal em 1973, Dom Paulo Evaristo Arns lançou a Operação Periferia, que resultou da venda de imóveis da Igreja para a estruturação de treinamento de animadores (150 leigos) engajados em 17 comunidades na periferia.⁹ Mesmo que impreciso, estima-se que em 1981 havia cerca de 80 mil CEBs em todo o país que, agregando cada

⁷ Ralph Della Cava. "A Igreja e a abertura, 1974-1985" in Alfred Stepan (org.) *Democratizando...* op.cit. p.241

⁸ Tendo como porta-voz o cardeal Dom Eugênio Sales, após a fase aguda da crise ditatorial, operou-se na Igreja uma "restauração conservadora", o que, resumidamente, significou a diminuição da influência dos setores ligados às classes populares. Tratou-se de uma rearticulação interna identificada com setores das camadas médias tradicionais e das novas camadas médias. O que notamos, portanto, é a insidência da luta de classes no interior da Igreja. Ralph Della Cava, op.cit. pp. 261-266.

⁹ Eder Sader. op.cit. p.149.

unidade 10 a 200 pessoas, organizavam um considerável contingente político de militantes católicos.¹⁰

As organizações de base da Igreja (juntamente com os grupos de esquerda) constituíram parte da oposição aos sindicatos pelegos, compondo organismos paralelos ao sindicalismo oficial.¹¹ Entre 1978-80, enquanto o PCB via nos sindicatos um instrumento privilegiado para arrefecer a luta de massas, a aproximação entre militantes da esquerda e a Igreja nas oposições sindicais privilegiava o trabalho de base e a formação de círculos operários fora da estrutura sindical. Ao caráter vertical do sindicalismo, opuseram uma organização horizontal e descentralizada, apoiada principalmente nos núcleos ou grupos de fábrica, e nas comissões.¹² Notemos entretanto, que o florescimento das CEBs apenas materializava a hegemonia da atuação crítica dos militantes católicos ao PCB, uma vez que ela já existia antes de 64, com a Juventude Operária Católica e com a Ação Católica.

¹⁰ Eder Sader. op.cit. p.156.

¹¹ Quando falamos de oposição aos sindicatos pelegos, estamos entendendo que não existe um programa com meios definidos para o fim do sindicalismo de Estado, mesmo que a ação destas oposições contribua para seu desgaste. A Igreja "não se negava a forma de organização sindical em si, mas os sindicatos 'acomodados'." Regina Novaes "Continuidades e rupturas no sindicalismo rural" in Armando Boito Jr. (org.) *O Sindicalismo Brasileiro...* op.cit. p.183.

¹² O que se deve observar é que mesmo possuindo uma atuação anti-comunista, a esquerda marxista reconhecia o importante papel desempenhado pelos militantes católicos: "(...) a igreja demonstrou com disposição e firmeza que é parceira importante dos revolucionários na luta contra a ditadura, emprestando sua infraestrutura e colocando seus líderes em condições de fazer corajosos discursos antiditatoriais. Celso Frederico. op.cit. vol.II, p.150. Trata-se, no Brasil, de uma Igreja cuja maioria tem cunho nitidamente progressista e popular, onde o anticomunismo (sempre presente em todos os matizes da esquerda não-comunista) é irrelevante se comparado com a posição pela democracia e justiça social." "A grande greve de Abril" in debate n°35, 1980 in Celso Frederico. op.cit. vol.III, p.187.

A ação da Igreja não se restringiu à organização sindical, sendo fundamental para desenvolvimento de uma consciência sobre a condição comum na pobreza e a noção de justiça social no interior dos movimentos de bairro. Sobre este tipo de consciência é que se estabeleceu a resistência à troca de favores, anteparo ao clientelismo que marcava a época populista. O PT constituiu a união destes pequenos grupos de esquerda, das CEBs, do novo sindicalismo e das organizações de bairro: todos esforçados em criar organismos de efetiva participação popular, o que implicava na armação horizontal do poder decisório, futuramente expressa nos núcleos do partido.¹³

4. A organização da classe operária

A organização dos operários através de comissões de fábrica, a participação dos trabalhadores em bases mais participativas e democráticas e a mudança de postura das diretorias sindicais com relação ao governo são traços revelados pelo movimento sindical nas greves de 1978-80. Como já mencionamos, setores da Igreja, da esquerda marxista e de trabalhadores independentes (caso do novo sindicalismo) participaram da construção de um novo estilo de atuação política, rompendo com os moldes de ação nos quais estava enquadrado o PCB até 1964. Neste caso, além do expurgo de dirigentes simpáticos aos movimentos de massa, da repressão do regime militar, o PCB, caso

¹³ O autor destaca as divergências do novo sindicalismo com as CEBs e com os grupos de esquerda, o que ressalta de certa forma, a surpresa criada pelo surgimento do PT. Celso Frederico. op.cit. vol.III, p.13,

apoiasse as greves de 1978-80, encontraria mais um obstáculo no recrutamento de representantes da classe operária e das baixas camadas médias.

Uma atuação centralizada nas diretorias sindicais que se mostrasse tolerante com o governo militar - assemelhando-se politicamente aos interventores nomeados pela ditadura - não teria boa receptividade entre os trabalhadores. Além disto, o movimento sindical que realizava as greves não comportaria um partido que, priorizando o acerto de cúpula nas diretorias sindicais, demonstrasse uma estrutura de poder verticalizada. Desta maneira, não apenas o conteúdo da política do PCB estava em xeque em 1978-80 pois, caso não adotasse uma política anti-operária e anti-popular, o partido teria a sua forma de ação questionada através de um novo estilo de atuação implementado pelos trabalhadores. O PCB, ao reeditar uma política pregada nos anos de populismo, chocava-se com uma nova realidade no meio sindical brasileiro. A sua aliança com interventores da ditadura nos sindicatos era cercada por combativas diretorias do novo sindicalismo, por comissões de fábrica atuantes e pela articulação do processo decisório numa espécie de democracia direta, baseada em assembleias dos trabalhadores.

Em 1978, surpreendendo as diretorias dos sindicatos, os operários de São Paulo entraram em greve independentemente de qualquer dirigente. As greves foram eficazes, em boa medida, por serem organizadas e dirigidas fora do sindicato oficial. O movimento grevista desrespeitou o calendário de datas-base ao qual se sujeitam

as diretorias dos sindicatos oficiais, foi organizado nos próprios locais de trabalho e entre os dirigentes dessas greves não havia, portanto, a presença de pelegos, a figura típica e dominante do sindicato oficial.¹⁴

A greve de 1978 foi uma greve de braços cruzados diante das máquinas paradas, não havendo centralização, nem saída dos operários de dentro das empresas.¹⁵ Em 1979, as greves foram diferentes, pois os sindicatos começaram a participar de sua direção. O sindicato de São Bernardo esteve aberto a iniciativas provindas das fábricas e, pouco a pouco, acabou tornando-se o centro de elaboração e divulgação de diferentes experiências ocorridas no interior das fábricas.¹⁶ Pelo visto, na medida em que as comissões de fábrica alteraram o nível de organização do proletariado e no momento em que o sindicato conseguiu a confiança destes setores, selou-se uma união onde o sindicato oficial tornou-se instrumento para as reivindicações.

Em 1980, São Bernardo possuía o embrião de um movimento sindical livre e alternativo ao sindicato oficial, nucleado numa associação civil conhecida como Fundo de Greve e dirigida pela diretoria cassada. O Fundo de Greve possuía quadro de associados, estatuto e sede próprios,

¹⁴ Armando Boito Jr. *O Sindicalismo de Estado no Brasil*, p.267.

¹⁵ Descrevendo o início da greve de 1978, começada na Scania-Vabis em 12 de Maio, o autor dimensiona o quanto foi surpreendente esta ação. "(...) o pessoal da ferramentaria entrou, marcou o cartão e permaneceu de braços cruzados diante de suas máquinas. A medida que o fato foi sendo conhecido nas outras seções, o movimento foi se alastrando até parar toda a fábrica. espantado, o gerente pensou que estivesse faltando energia..." Eder Sader. op.cit. p.300.

¹⁶ Eder Sader. op.cit. p.304.

configurando-se, desta forma, em estrutura política paralela ao sindicato oficial. Esta organização atuou até a campanha salarial de 1984 e, de lá para cá, com o fim das intervenções, a direção sindical de São Bernardo optou utilizar o Fundo de Greve apenas em situações de emergência, onde o sindicato oficial não possa agir livremente. Aos olhos desta diretoria, trata-se de uma dualidade sindical para casos excepcionais, haja visto que a sua atuação permanece dentro da estrutura do sindicalismo de Estado.

Ao nos referirmos aos anos de 1978, 79 e 80 como a fase onde os movimentos de base popular e operária destacaram-se na cena política, não ignoramos que, desde a sua última manifestação de relevo em 68, as classes dominadas encaminharam diferentes formas de resistência.¹⁷ A repressão militar intimidou os trabalhadores, impedindo-os de tomarem as praças públicas, mas não conseguiu eliminar as ações de resistência à exploração do trabalho e às más condições de vida encontradas nas periferias.¹⁸ Foram a partir de ações de resistência que surgiram os

17 "(...) a grande maioria dos especialistas tomou-se de surpresa quando eclodiu a greve metalúrgica de 1978 em São Paulo. Só que - agora se sabe - , antes disso, pequenas lutas foram se desenvolvendo de maneira não visível para aqueles que esperavam e valorizavam uma atuação restrita às instâncias organizacionais, em detrimento de fragmentadas manifestações que passaram a ocorrer nos bairros e fábricas." Lúcio Kowarick. "Introdução: As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo" in L. Kowarick (org.) *As Lutas Sociais e a Cidade, São Paulo: Passado e Presente*, p.19. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1988.

18 A autora lembra que o AI-5 catalogava como crime contra segurança nacional qualquer ato de oposição ou simples desobediência ao regime estabelecido; a Lei de Greve tornava impossível qualquer movimento legal dos trabalhadores nesta forma; a Lei de Segurança Nacional, que punia a greve ilegal, com penas que variavam entre um até dez anos de prisão. Todavia, devemos igualmente destacar que estas pequenas ações, se alcançavam seus objetivos em alguns dos casos, possuíam muitas desvantagens: não se declarava quanto era o aumento pretendido; o movimento tinha que durar muito tempo - o que permitia aos patrões irem podando os líderes e enfraquecendo a união dos operários; o movimento se limitava em geral a uma ou algumas seções (por não ser conflito declarado dificultava mais as adesões). Vera da

movimentos grevistas, não havendo uma passagem da inatividade para ações intensas.

Durante os anos de maior repressão, entre 1968 e 1973, houve foi um recuo dos movimentos operário e popular, que passaram a se concentrar em atividades de menor envergadura, situados nos bairros e no interior das fábricas.¹⁹ Apesar do boicote da grande imprensa e, em alguns casos, da imprensa sindical, a resistência operária manifestou-se em grandes empresas (Ford, Volkswagen - seção pintura e ferramentaria - , Scania, Mercedes, Cofap e Constanta). Desta forma, desde 1973, multiplicavam-se as paradas relâmpago (menos de meia hora), as operações tartarugas, e outras forma de luta, capazes de forjar uma consciência cada vez mais ampla da capacidade de luta dos trabalhadores.

A organização operária a partir das fábricas, através de comissões independentes do sindicato, tem suas raízes na greve de Osasco em 1968, onde era detectado o germe de uma ação autônoma do movimento operário, seja em relação ao governo, seja em relação ao próprio sindicato.²⁰ Os analistas, ao se referirem à autonomia operária tentam

Silva Telles. "Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos" Lúcio Kowarick. (org.) op.cit. p.252.

¹⁹ "Nestes anos conhecidos como de 'resistência' e que se estendem até 1978, a forte vigilância e repressão impediam qualquer ação de maior envergadura dentro das fábricas, enquanto os sindicatos, fortemente controlados e reprimidos, encontravam-se literalmente paralisados. Neste contexto a periferia, como locus de moradia por excelência dos trabalhadores, tornou-se o espaço de articulação de núcleos de organização popular. (...) a resistência popular nasce, portanto, fora dos locais de trabalho." Lúcio Kowarick e Nabil Bonduki. "Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização". Lúcio Kowarick. (org.) *As Lutas Sociais e a Cidade, São Paulo: Passado e Presente* p.157. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1988.

²⁰ A autora salienta a descoberta do espaço fabril enquanto lugar de resistência em

indicar um processo de rompimento com o passado populista onde a classe operária encontrava-se dependente politicamente das iniciativas Estatais.

O golpe militar de 64 alimentou uma onda de críticas não só ao conteúdo das orientações partidárias e sindicais até então predominantes como também à própria forma de expressão partidária e sindical, vistas como cupulistas, alheias às condições concretas de classe e de seus movimentos.²¹ A organização nas fábricas tem origem na crítica ao desprezo que havia pela organização e luta dos trabalhadores nos locais de trabalho antes de 1964.²² A derrubada de João Goulart foi entendida como uma derrota para a esquerda brasileira e transformou a luta pelo que era considerado "migalhas" numa experiência decisiva para a constituição política da classe operária. Dentro desta crítica surgiram novas diretrizes para uma atuação, onde o modelo fracassado ante o golpe militar foi abandonado, bloqueando-se a aproximação do PCB frente à classe operária e às baixas camadas médias.²³

contraposição à ação sindical efetivada dentro da estrutura oficial. No campo da esquerda, houve a busca pela autonomia operária como forma de superação do cupulismo presente no sindicalismo, fruto da estrutura sindical. Esta crítica foi desenvolvida pela "nova esquerda" (nomeação da autora) e desenvolveu-se na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. V.S. Telles. op. cit. pp.256, 262.

²¹ Eder Sader. op.cit. p.248.

²² O surgimento do novo sindicalismo, ao que tudo indica, teve contribuição inicial de pequenos núcleos de articulação que surgiram a partir de iniciativas de grupos operários vinculados à Ação Católica operária e à Juventude Operária Católica. Estes, desde antes de 1964, criticavam o cupulismo e a instrumentalização política dos sindicatos, enfatizando a importância de se organizar os trabalhadores em sua base. V.S. Telles. op.cit. p.263.

²³ Devemos salientar que o discurso enaltecido das organizações de base, ou melhor, a crítica ao cupulismo e à estrutura sindical, é encontrada quase vinte anos antes às greves de 1978-80. As idéias que circularam nos anos 70 tiveram seus antecedentes na luta ideológica travada no final da década de 50. A hegemonia do PCB e dos trabalhistas no movimento operário era contestada por diversos grupos de diferentes

5. A organização dos movimentos de periferia

A organização de comissões de fábrica, a adoção de assembleias como o principal fórum decisório e a postura de enfrentamento de importantes diretorias sindicais são as principais características na montagem de um novo tipo de organização dos trabalhadores. Todavia, a tomada de decisões de maneira horizontal extrapola o campo da atividade sindical, sendo principalmente nos bairros periféricos que esta característica apresentou-se como importante inovação do movimento de massas no Brasil.

Houve casos de interação entre os locais de trabalho e moradia, misturando-se as reivindicações salariais com as reivindicações dos habitantes de periferia. Exemplo marcante desta união ocorreu na greve do ABC paulista de 1980, onde os ativistas (cerca de oito mil) do movimento acabaram por iniciar um processo de organização de moradores que até então não existia.²⁴ Este caso foi uma exceção entre as organizações de moradores, pois, em sua maioria, permaneceram restritas

matizes ideológicos, que se opunham ao "comunopeleguismo". É, portanto, anterior a 1964 a crítica ao "sindicalismo de Estado", ao imposto sindical, ao elogio das organizações moleculares, etc. Celso Frederico. op.cit. vol.II p. 152.

²⁴ Tudo começou com a organização de reuniões nos bairros para a discussão da pauta de reivindicações da campanha salarial de 1979. Na favela de nome Jardim Silvina, onde 23% dos moradores eram metalúrgicos, a campanha salarial de 1979 foi amplamente debatida. Discutiu-se o índice de reajuste salarial proposto pelo sindicato, a condição de favelados dos participantes e o exemplo de luta oferecido pelos metalúrgicos. De reuniões preparatórias para a greve, nasceu uma comissão de moradores da favela que, além de representar os moradores-operários no movimento sindical, buscava organizar as reivindicações urbanas pela melhoria das condições de vida na favela. Com uma assembleia de 800 moradores em plena greve, a comissão foi a primeira forma de organização popular externa ao sindicato da região. S.C. Bava. op.cit. pp.303/4.

às necessidades dos bairros, mantendo-se isoladas de outros movimentos.

Segundo um estudo sobre o Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu-RJ, estas organizações inovaram em quatro sentidos a organização dos moradores de periferia. Diferentemente de antes de 64, quando o PTB tinha, além de ligações informais com as lideranças de bairro, influência decisiva na sua articulação e as ações estatais, além de fomentar o seu surgimento, mantinham controle sobre suas vidas, as organizações de moradores da década de 70 possuíam autonomia frente aos partidos e ao Estado.²⁵ Mesmo não alcançando expressão nacional, é notado que, diferente do período populista, estes movimentos arregimentaram um número maior de participantes.²⁶ A postura regida pela não hierarquização de funções e cargos, gerando um relacionamento horizontal entre seus participantes, foi alcançada através da ação da esquerda católica e marxista que participavam do movimento procurando a organização de bases populares.

Realmente, havia na intenção destes grupos a busca de uma organização do movimento popular em moldes diferentes das práticas chamadas "vanguardistas".²⁷ Todavia, nem só das intenções destes

²⁵ S.C. Bava. op.cit. p.312.

²⁶ Scott Mainwaring. op.cit. p.301.

²⁷ Mesmo não compartilhando com a opinião do autor, sua análise ajuda-nos a entender que a autonomia destes movimentos, no caso a formação dos clubes de mães na periferia paulistana, advém de uma ação de vanguarda de parcela da Igreja. Ligadas ao assistencialismo de senhoras do Lions Club, as mulheres do bairro não questionavam aquela filantropia. Pela iniciativa do padre, as mães se "organizaram por elas mesmas". A nosso ver, se *organizar por elas mesmas a partir da iniciativa do padre* constitui-se numa distorção dos fatos. O combate à ação vanguardista dos

grupos surgiram as organizações de moradores. Nos anos de maior estabilidade da ditadura - entre 1969 e 1974 - a repressão foi o fator determinante para que estes militantes atuassem nos bairros. A periferia, na verdade, se constituía em refúgio para a organização operária e popular. Lembremos que foram justamente os grupos marxistas-leninistas (criticados como vanguardistas) que mais sofreram com a repressão e que somente sob a proteção institucional da Igreja, novas intenções podiam se desenvolver.

A organização por bairros constitui sim, um salto qualitativo no movimento popular, entretanto, a maneira e o motivo que fizeram os trabalhadores buscarem o local de moradia como último recurso para a sua organização não deve ser esquecido, sob pena de termos uma projeção equivocada da capacidade política dos trabalhadores.²⁸ As inovações ocorreram, todavia, o processo que as fomentaram não inclui apenas o projeto inovador da Igreja e de grupos críticos ao marxismo-leninismo. Exemplo disto é a forma como surgiu a chamada autonomia destes movimentos, onde - segundo a literatura sobre o tema - buscava-

partidos leninistas mostra-se mais como combate ideológico do que prático, constituindo-se a Igreja a nova vanguarda destes movimentos. Eder Sader. op.cit. p.202.

²⁸ Observando a correlação de forças na greve de 1980, o autor observa: "No vigésimo dia de Greve metalúrgica acentuavam-se os impasses. Acossados, impossibilitados de realizar assembleias plebiscitárias no Estádio ou no Paço Municipal, os operários passaram a realizá-las na Igreja Matriz e a manter a mobilização através das reuniões por bairros. Embora as lideranças procurassem caracterizar esta nova tática como um avanço da organicidade da greve, através de reuniões por bairro, era, na verdade, um recuo que o movimento era forçado a assumir e que lhe impedia de manter a articulação entre o comando do movimento e as assembleias plebiscitárias. Este ponto foi aludido no depoimento de um operário que, após, enfatizar a importância da ação nos bairros, para a continuidade da greve, acrescentou: 'mas, por outro lado, a direção do movimento não soube como centralizar esse trabalho em todos os bairros e dar uma direção só, uma palavra de ordem só para os bairros. E controlar a volta ao trabalho.'" Ricardo Antunes, op.cit. p.78.

se abandonar os mecanismos de cooptação arraigados na tradição política brasileira.²⁹

Não discordamos da disposição inovadora destes movimentos, entretanto, acreditamos que a iniciativa foi tomada, anteriormente, pelo agente cooptador. A crise do pacto populista e das práticas de cooptação das classes dominadas tiveram na ação interna ao bloco no poder a sua resolução, sendo o Estado ditatorial que ensinou, através da repressão, que a era do clientelismo tinha terminado. A autonomia dos movimentos populares foi construído pouco a pouco, tendo nas negativas do poder público a sua escola. No que se refere à política urbana, livre do julgamento eleitoral, a ditadura abandonou os bairros periféricos, investindo na formação de uma infra-estrutura de apoio a expansão industrial. Este deslocamento das políticas públicas alterou os conflitos urbanos, fomentando a proliferação de movimentos que só em fins da década de 70 iriam aparecer.³⁰

Como vemos, a iniciativa de romper com a prática clientelista surge em reação à negativa do Estado, já rompido com a configuração populista do bloco no poder. O movimento de massa surge após esta experiência, pautado pela iniciativa individual e dispersa, seja do padre, seja de uma organização como o Rotary.³¹ Ressalvado o aspecto

²⁹ M. Chauí. "Prefacio" in Eder Sader. op.cit. p.11.

³⁰ Lúcio Kowarick e Nabil Bonduki. op.cit. p.147.

³¹ Exemplo desta "educação" é mencionada na análise do movimento de bairro de São Bernardo, onde através de iniciativas de vereadores que controlavam as Sociedades Amigos de Bairro, do padre, do Rotary local ou até da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, encaminhavam-se petições à Prefeitura, às vezes acompanhadas de abaixo-assinados da população. S.C. Bava. op.cit. p.302.

estrutural da prática questionadora do clientelismo, cabe observar que a autonomia frente aos partidos e ao Estado não era absoluta. Na verdade, havia grupos externos a sua organização, uma vez que os exemplos narrados mostram a importância fundamental da Igreja, de profissionais liberais, além de várias instituições que podiam circunstancialmente auxiliar a mobilização e a divulgação das manifestações.³²

Os movimentos de bairros constituíram importante segmento da oposição ao regime militar, tecendo novos elementos na organização dos trabalhadores. Entre as quatro inovações já mencionadas, consideramos o aumento do número de participantes um elemento inquestionável e como características relativas a capacidade de autonomia frente ao Estado e aos partidos. Importa-nos, fundamentalmente, a educação política da classe operária e das baixas camadas médias através destas organizações. Igualmente ao movimento sindical, estes agentes sociais puderam experimentar uma nova dinâmica no processo decisório, calcada em práticas democráticas. Estas inovações, como já destacamos, impediam a inserção de representantes destas classes no PCB, tornando-o um partido sem raízes entre os movimentos grevistas de 1978-80.

³² "Para que se evite a idealização do processo popular, é importante enfatizar que, em Nova Iguaçu, o movimento esteve longe de ser autônomo com relação às forças políticas externas às classes populares. Em particular, a Igreja Católica e a esquerda secular são decisivos no movimento. Sem o apoio da igreja ou outras instituições, e da esquerda, os movimentos de bairro têm dificuldade de crescer, exceto no caso de uma ameaça concreta, como por exemplo desfavelamento ou expulsões. embora os setores populares possam se organizar sozinhos, essa organização ainda tende a ser efêmera, a se centralizar em reivindicações materiais imediatistas, e não consegue criar vínculos com outras comunidades ou instituições locais." Scott Mainwaring. op.cit. pp.302, 303 Neste sentido, ver também Ruth C. Cardoso. "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico" in B. Sorg e M.H.T. Almeida (orgs) *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, p.230. São Paulo, SP, Brasiliense, 1983.

6. Um partido sem base social significativa

As greves de 1978-80 expressaram transformações significativas na organização dos trabalhadores. Na raiz destas mudanças encontra-se um processo de redefinições da classe operária e das baixas camadas médias. A forma como se manifestavam os trabalhadores até 1964 foi alterada em vários aspectos e, mesmo tratando-se de um processo de rompimento e não de um abandono total do passado, esta nova dinâmica contribuiu fortemente para afastar a classe operária e as baixas camadas médias do PCB. Os dirigentes do partido acertavam quando se referiam à debilidade dos movimentos grevistas para a derrubada da ditadura, para a conquista do poder de Estado, ou mesmo para a vitória em suas reivindicações salariais. Entretanto, se a organização dos trabalhadores era deficiente em vários aspectos, apresentava mudanças decisivas, iniciando uma nova era para os movimentos de massa, da qual o PCB já não fazia mais parte.

Esta nova dinâmica rompeu com a tradição representada pelo PCB. Os movimentos operário e popular gestaram um partido independente da burguesia (o PT), massificaram e diversificaram a prática sindical, tornando-a combativa e, por vezes, questionadora do sindicalismo de Estado e finalmente, aumentaram a sua participação na direção política das mais diversas organizações. A construção de uma nova identidade no interior dos movimentos operário e popular explica porque o PCB e, conseqüentemente, a sua política anti-operária e anti-popular, não possuía mais vínculos, entre 1978-80, com o proletariado e com as

baixas camadas médias.

Esta identidade teve forte inspiração ainda na década de 60, quando o PCB foi tomado, principalmente após o golpe militar, como referência negativa para os grupos de esquerda e para o conjunto dos trabalhadores. Firmada na maior parte dos casos sobre a atuação de militantes católicos, os movimentos de 1978-80 tiveram toda uma gestação que se antepunha prática e, às vezes, conscientemente à tradição representada pelo PCB. Do que se tratava esta tradição? Tratava-se da subordinação premeditada do partido ao bloco no poder populista, expresso pela sua incorporação enquanto elemento secundário à política do PTB. Tratava-se da participação na cúpula do sindicalismo de Estado e da ausência das fábricas. E, por fim, tratava-se da organização hierárquica que não possibilitava uma efetiva participação das massas. Portanto, o PCB era sinal de subordinação política à classe dominante, de burocratismo e passividade sindical e de militarização de seu processo decisório. A tradição do PCB também era formada por elementos internacionais e, numa perspectiva ideológica global, a filiação do partido ao modelo soviético, em declínio desde o fim da década de 50 e rudemente desacreditado em 1968 - seja pela crítica maoísta, seja pela "Primavera de Praga" - contribuiu decisivamente para o seu desprestígio junto aos movimentos operário e popular.

Através da reconstituição das principais características da organização dos trabalhadores durante os anos de resistência à ditadura militar, enfocamos alguns aspectos que impediam o

recrutamento da classe operária e das baixas camadas médias para o PCB. Mesmo sem uma averiguação empírica da composição social do partido, estas características indicam porque o discurso anti-operário e anti-popular do PCB não provinha do interior do movimento de massa. Se o PCB não possuía representatividade entre a classe operária e as baixas camadas médias, sobre qual setor da sociedade assentava-se o seu discurso? Sobre este problema, podemos afirmar que o seu posicionamento coincidia com as camadas médias tradicionais durante a irrupção das greves de massa. Situada no campo da oposição, este setor das camadas médias opunha-se somente aos aspectos políticos da ditadura, reivindicando o retorno do Estado de Direito. A partir de 1978, quando as reivindicações salariais tomam parte decisiva do campo oposicionista, as camadas médias tradicionais recuam frente à ditadura. Estes setores, uma vez apresentada a proposta de Abertura dos militares, inclinam-se para uma conciliação com o regime, desconsiderando as reivindicações no campo econômico que provinham dos movimentos operário e popular.

Diante da semelhança entre a postura do PCB e das camadas médias tradicionais e da comprovação de que, pela forma como se constituíram, a classe operária e as baixas camadas médias não se encontravam em seu interior, resta-nos a seguinte questão: tornara-se o partido representante de parcela das camadas médias em fins da década de 70? Acreditamos que, assim como a trajetória da classe operária e das baixas camadas médias demonstra a sua ausência do interior do partido, as camadas médias tradicionais guardam características que

impossibilitam a sua presença no PCB.³³

Não teríamos, neste momento, elementos suficientes para elucidar sobre qual classe ou segmento de classe assentava-se a política anti-operária e anti-popular do PCB. Talvez, devido à própria crise por qual passou o partido nos anos oitenta, representada pelo seu isolamento e definhamento no meio sindical e por seu fraco desempenho eleitoral, a ausência de representação maciça de qualquer segmento social seja a melhor forma de explicar a sua insignificância na cena política. O PCB seria um partido de pequenos círculos, captando em setores isolados das camadas médias os seus integrantes e, conseqüentemente, constituiria um partido sem relevância na cena política justamente por ser representante de uma base social insignificante.

³³ A sua filiação à ideologia liberal, se coincide momentaneamente com a defesa do Estado de Direito feita pelo PCB, impossibilita que ela ingresse numa organização partidária da estatização econômica, fruto de uma interpretação socialista.

BIBLIOGRAFIA

1) Documentos do Partido Comunista Brasileiro.

1950

Manifesto de agosto de 1950. Comitê Nacional.
(CARONE, vol.II: 108-112)

1954

IV Congresso, dez 54 - fev 55.
(CARONE, vol.II: 126-136)

1958

Declaração sobre a política do PCB. Comitê Central, março de 1958.
(CARONE, vol.II: 176-196)

1960

1965

Resolução Política do Comitê Central. Maio 1965. Jornal Voz Operária, suplemento especial.
(CARONE, vol.III: 15-27)

1966

Causas da derrocada de primeiro de abril de 1964. Assis Tavares, julho de 1966. Revista Civilização Brasileira, Ano I, nº8.
(CARONE, vol.III: 27-49)

1967

VI Congresso. Dezembro 1967.
(NOGUEIRA, 1980: 80-133 e CARONE, vol.III: 49-80)

1968

Entrevista de Luís C. Prestes. Setembro 1968. Realidade, Ano III, nº3, dezembro 1968, pp.42-52.
(CARONE, vol.III: 80-85)

1970

Resolução política do Comitê Estadual da Guanabara. Março 1970. Temas, nº10, pp.71-91.
(CARONE, vol.III: 85-102)

A luta contra o Imperialismo é inseparável da luta contra o oportunismo. Antônio Almeida. Jornal Voz Operária, nº67, setembro 1970.
(CARONE, vol.III: 103-108)

1971

Aspectos da luta contra o subjetivismo no 49º aniversário do PCB. Estudos, Ano I, nº2, março 1971.
(CARONE, vol.III: 108-120)

O trabalho de direção do Comitê Central. Jornal Voz Operária, nº77, julho 1971.
(CARONE, vol.III: 121-125)

1972

A luta revolucionária dos comunistas brasileiros. Jornal Voz Operária, nº87, maio 1972.
(CARONE, vol.III: 125-134)

1973

Esquema de discussão política. Jornal Voz Operária, nº97, março de 1973.
(CARONE, vol.III: 134-141)

Sucessão presidencial. Editorial do jornal Voz Operária, nº100, junho 1973.
(CARONE, vol.III: 141-144)

Por uma frente patriótica contra o fascismo. Comitê Central, dezembro 1973. jornal Voz Operária, nº106.
(CARONE, vol.III: 144-149)

1974

Nota Política. Comitê Estadual do PCB/SP, 21 abril 1974.
(NOGUEIRA, 1981: 1-4)

Resolução sobre Tática eleitoral para 1974 no Estado de São Paulo. Comitê Estadual/SP.
(NOGUEIRA, 1981: 5-15)

O PCB e as eleições de novembro. Comitê Central, maio 1974.
Jornal Voz Operária, nº111.
(CARONE, vol.III: 149-152)

Apertar o cerco. Jornal Voz Operária, nº118, dezembro 1974.
(CARONE, vol.III: 152-155)

1975

A luta pela democracia e nossas principais tarefas. Comissão Executiva do Comitê Central, abril/maio 1975. Jornal Voz Operária, nº122.
(CARONE, vol.III: 155-163)

Resolução Política. Comitê Central, dezembro 1975. Jornal Voz Operária, nº123, abril 1976.
(CARONE, vol. III: 164-172)

Resolução de Organização. Comitê Central, dezembro 1975. Jornal Voz Operária, nº124, maio 1976.
(CARONE, vol.III: 173-178)

1976

O PCB vive e atua. PCB/SP, fevereiro 1976.
(NOGUEIRA, 1981: 19-23)

Manifesto do PCB ao povo brasileiro. Comitê Central, junho 1976. Jornal Voz Operária, nº125.
(CARONE, vol.III: 178-180)

Como lutam agora os trabalhadores brasileiros contra a ditadura. *Études Brésiliennes*, nº 3, Junho 1976.
(FREDERICO, vol.2:159-167)

1977

Declaração da Comissão Executiva do PCB. Fevereiro 1977.
Luís C. Prestes, jornal Voz Operária, nº131.
(CARONE, vol. III: 181-186)

Pleno do Comitê Central. Março 1977, jornal Voz Operária, nº especial, abril 1977.
(CARONE, vol.III: 186-198)

A situação atual e as tarefas que se impõem ao movimento sindical. Jornal Voz Operária, abril 1977, nº 133.
(FREDERICO, vol.II: 167-170)

Nota da Comissão Executiva do PCB. Jornal Voz Operária, nº 135, junho 1977.
(CARONE, vol. III: 198-204)

Comunistas e cristãos no Brasil, um mesmo combate pela democracia e o progresso com justiça social. F. Teixeira, jornal Voz Operária, nº136, julho 1977.
(CARONE, vol.III: 204-207)

Isolamento das massas trabalhadoras: deficiência a ser superada para que se consolide o avanço dos democratas. Jornal Voz Operária, nº 137, agosto 1977.
(FREDERICO, vol.II: 171-173)

Carta de Prestes ao Partido. Jornal Voz Operária, nº138, agosto 1977.
(CARONE, vol.III: 207-211)

Comunicado nº1. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, setembro 1977.
(NOGUEIRA, 1981: 25-28)

1978

Avançar unindo. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, março 1978
(NOGUEIRA, 1981: 29-35)

1968-1978: dez anos depois o "esquerdismo" serve à reação. Jaime dos Santos, jornal Voz Operária, nº145, abril 1978.
(CARONE, vol. III: 211-215)

Nota da Comissão Executiva a propósito da campanha eleitoral. Jornal Voz Operária, nº146, maio 1978.
(CARONE, vol.III: 215-221)

Desenvolver nas eleições a ação política das massas. Jornal Voz operária, nº149, agosto 1978.
(CARONE, vol.III: 221-227)

Greves resultam de longa acumulação de forças. Jornal Voz Operária, nº149, agosto 1978.
(FREDERICO, vol.III: 27-33)

As greves do ABC. A. Carvalho, Debate, nº 30, agosto 1978.
(FREDERICO, vol.II: 33-41)

Unidade da oposição antes, durante e após as eleições.
Jornal Voz Operária, nº151, outubro 1978.
(CARONE, vol.III: 228-230)

Resolução Política. Comitê Central, jornal Voz Operária,
novembro 1978.
(CARONE, vol.III: 230-242)

1979

PCB não é só partido de propaganda, é sobretudo partido de
ação política. A. Guedes, jornal Voz Operária, nº155,
fevereiro 1979.
(CARONE, vol.III: 308-310)

Resolução para atuação no movimento universitário. Comitê
Universitário do PCB/SP, FEVEREIRO 1979.
(NOGUEIRA, 1981: 125-131)

O PCB e a greve dos metalúrgicos do ABC de 1979. Comissão
Estadual de Reorganização do PCB/SP, 25 março 1979.
(NOGUEIRA, 1981: 69-71)

O PCB e a greve dos funcionários públicos do Estado de São
Paulo. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, 9 maio
1979.
(NOGUEIRA, 1981: 73-76)

Resolução Política. Comitê Central, jornal Voz Operária,
nº159, maio 1979.
(CARONE, vol.III: 242-253)

O projeto de anistia do governo. Comissão Executiva do
Comitê Central, jornal Voz Operária, nº160, julho 1979.
(CARONE, vol.III: 253-255)

Entrevista de Armênio Guedes. Jornal do Brasil, 29 julho
1979.
(CARONE, vol.III: 310-319)

O VII Congresso do PCB. Comissão Estadual de Reorganização,
agosto 1979.
(NOGUEIRA, 1981: 37-38)

Todo apoio à luta da classe operária. Comissão Estadual de
Reorganização do PCB/SP, agosto 1979.
(NOGUEIRA, 1981: 83-86)

Nota Política. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, setembro 1979.

(NOGUEIRA, 1981: 39-42)

Nota Explicativa. Direção dos comunistas de São Paulo, editorial jornal Vanguarda nº1, setembro 1979.

(NOGUEIRA, 1981: 43-44)

Editorial jornal Vanguarda nº2, outubro 1979.

(NOGUEIRA, 1981: 147-148)

Editorial jornal Vanguarda nº3, direção PCB/SP, novembro 1979.

(NOGUEIRA, 1981: 45-46)

Funcionalismo: amplo esforço unitário na campanha salarial de 1980. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, novembro 1979.

(NOGUEIRA, 1981: 77-82)

A campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, novembro 1979.

(NOGUEIRA, 1981: 87-91)

Chega de aventuras! Ativistas sindicais PCB/MR-8, 30 novembro 1979.

(FREDERICO, vol.III: 97-105)

A Conquista da Democracia e a Legalidade do PCB. Pedro Caetano, jornal Vanguarda nº3, novembro 1979.

(NOGUEIRA, 1981: 47-50)

Unidade do movimento democrático: condição para a conquista da democracia. Anônimo, jornal Vanguarda nº3.

(NOGUEIRA, 1981: 52-54)

Esquema para debates sobre a atualidade econômica, social e política entre os comunistas e as correntes democráticas do Estado de São Paulo. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, novembro 1979.

(NOGUEIRA, 198: 55-57)

Carta a Luiz Carlos Prestes. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, dezembro 1979.

(NOGUEIRA, 1981: 149-150)

1980

Entrevista de Hércules Corrêa e Giocondo Dias. Jornal do Brasil, 3 fevereiro 1980.

(CARONE, vol.III: 255-263)

Em defesa da unidade do partido. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, março 1980.
(NOGUEIRA, 1981: 151-154)

Prosseguir a luta pela unidade e pelo fortalecimento do partido. Editorial jornal Vanguarda nº4, março 1980.
(NOGUEIRA, 1981: 155-157)

Doutrinarismo: mal a combater na luta por um partido de massas. Anônimo, jornal Vanguarda nº4, março 1980.
(NOGUEIRA, 1981: 159-164)

Nota sobre a situação criada pela repressão à greve dos metalúrgicos. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, 21 abril 1980.
(NOGUEIRA, 1981: 93-94)

Os comunistas do ABC e a greve. Comitê de Zona do ABC do PCB/SP, 18 maio 1980.
(NOGUEIRA, 1981: 95-97)

A grande greve de Abril. A. Carvalho e R. Batista. Debate, nº 35, 1980.
(FREDERICO, vol.III: 183-195)

Contrapor audácia e mobilização de massa ao terrorismo. Editorial jornal Vanguarda nº5, julho 1980.
(NOGUEIRA, 1981: 59-60)

Novas possibilidades de ação para o partido. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, 3 julho 1980.
(NOGUEIRA, 1981: 61-62)

Os comunistas de São Paulo e a crise do país (esquema para discussão). Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, julho 1980.
(NOGUEIRA, 1981: 63-66)

Constituinte: quando e como. Jornal Voz Operária, nº164, dezembro de 1980.
(CARONE, vol.III: 331-334)

1981

Convocação para a Conferência Estadual. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, 31 janeiro 1981.
(NOGUEIRA, 1981: 167-168)

PCB/São Paulo: dez anos de política - o futuro imediato. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, março 1981.
(NOGUEIRA, 1981: 169-177)

Resolução sindical dos comunistas do Estado de São Paulo. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, março 1981. (NOGUEIRA, 1981: 179-186)

Os objetivos dos comunistas. Giocondo Dias, Folha de São Paulo, 11 abril 1981. (CARONE, vol.III: 263-264)

Os comunistas de São Paulo e as eleições diretas de 82. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, abril 1981. (NOGUEIRA, 1981: 187-195)

Teses para um debate nacional pela legalidade do PCB. Jornal Voz da Unidade, suplemento especial, 8 maio 1981. (CARONE, vol. III: 265-308)

Aos Comunistas de São Paulo. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, 10 maio 1981. (NOGUEIRA, 1981: 197-198)

O que queremos da Conclat. Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, maio 1981. (NOGUEIRA, 1981: 99-102)

Resolução política da 1ª Conferência dos Professores comunistas do Estado de São Paulo. Comitê dos Professores do PCB/SP, maio 1981. (NOGUEIRA, 1981: 105-124)

Unidade, ação, democracia - resoluções da conferência municipal do PCB em São Paulo. Comitê Municipal de São Paulo do PCB/SP, junho 1981. (NOGUEIRA, 1981: 199-209)

Resolução política da conferência universitária do PCB/SP. Comitê Universitário SP do PCB/SP, junho 1981. (NOGUEIRA, 1981: 133-143)

Informe de balanço da Comissão Estadual de Reorganização à Conferência Estadual do PCB em São Paulo. Julho 1981. (NOGUEIRA, 1981: 211-231)

1982

Resoluções do encontro municipal dos comunistas de São Paulo pela legalidade do PCB. Março 1982. (CARONE, vol.III: 334-339)

Proposta para discussão de um programa de soluções de emergência. Março 1982. (CARONE, vol.III:339-352)

2) Jornais.

Em Tempo:

número 95, dezembro de 1979.

números 102, 103, 104, 105, 106, 107; março, abril e maio de 1980.

Folha de São Paulo:

6 de setembro de 1992 (caderno MAIS!) e 19 de agosto de 1993.

Voz da Unidade:

números 1, 2, 3, 4, 5, 6, e 7; abril e maio de 1980.

3) Artigos, livros e teses.

- ALMEIDA, M.H.T. "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança" in SORG, B. e ALMEIDA, M.H.T. (orgs) SOCIEDADE E POLÍTICA NO BRASIL PÓS-64. São Paulo, SP, Brasiliense, 1983.
- ALMEIDA, M.H.T. "Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia" in REIS, Fábio W. e O'DONNELL (orgs.) A DEMOCRACIA NO BRASIL, DILEMAS E PERSPECTIVAS. São Paulo, SP, Vértice, 1988.
- ANDERSON, Perry. "La historia de los partidos comunistas" in HISTORIA POPULAR Y TEORIA SOCIALISTA. Barcelona, Editorial Crítica, 1984. pp. 150-168.
- ANTUNES, Ricardo. A REBELDIA DO TRABALHO (O CONFRONTO OPERÁRIO NO ABC PAULISTA: AS GREVES DE 1978/1980). São Paulo, SP, Ensaio e Campinas, SP, Unicamp, 1988.
- BAVA, Silvio C. "A luta nos bairros e a luta sindical" in KOWARICK, Lúcio. (org.) AS LUTAS SOCIAIS E A CIDADE, SÃO PAULO: PASSADO E PRESENTE. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1988.
- BOITO JR., Armando. "Sem sindicatos livres não há movimento sindical independente e de massa" in GRUPO DE TRABALHO POLÍTICO DA REGIÃO SUL/SP, SINDICATO LIVRE X SINDICATO DE ESTADO. São Paulo, março 1983, mimeo.
- BOITO JR., Armando. O SINDICALISMO DE ESTADO NO BRASIL, UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ESTRUTURA SINDICAL. São Paulo, SP, Hucitec e Campinas, SP, Unicamp, 1991.
- BOITO JR., Armando. "Reforma e Persistência da Estrutura Sindical" in BOITO JR., A. (org.) O SINDICALISMO BRASILEIRO NOS ANOS 80. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1991.
- BOITO JR., Armando. CRISE POLÍTICA E REVOLUÇÃO: O 1789 DE GEORGES LEFEBVRE. Campinas, IFCH-Unicamp, "Primeira Versão" nº44, 1992.
- BOITO JR., Armando e SAES, Décio. "Três teses equivocadas a respeito de quem controla o Estado brasileiro" in jornal Movimento nº198, 1979.
- BOITO JR., A. (et alii) "Crise e Tática Operária" in TEORIA E POLÍTICA. São Paulo, Brasil Debates, nº 5/6, 1984.

- BRAVERMAN, Harry. TRABALHO E CAPITAL MONOPOLISTA. Rio de Janeiro, Zahar editores, caps. 4 e 5.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O MODELO POLÍTICO BRASILEIRO E OUTROS ENSAIOS. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique. AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, 3ª edição.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política" in LAMONIER, B. e CARDOSO, F.H. (orgs.) OS PARTIDOS E AS ELEIÇÕES NO BRASIL. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEBRAP, 1978, 2ª edição.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Democracia para quem?" in Jornal MOVIMENTO, nº183, 1/janeiro/1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática" in STEPAN, Alfred (org.) DEMOCRATIZANDO O BRASIL. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- CARDOSO, Ruth C. "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico" in SORG, B. e ALMEIDA, M.H.T. (orgs) SOCIEDADE E POLÍTICA NO BRASIL PÓS-64. São Paulo, SP, Brasiliense, 1983.
- CARDOSO, Ruth C. "Apresentação" in KOWARICK, Lúcio. (org.) AS LUTAS SOCIAIS E A CIDADE, SÃO PAULO: PASSADO E PRESENTE. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1988.
- CARDOSO, Ruth C. "Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia" in REIS, Fábio W. e O'DONNELL (orgs.) A DEMOCRACIA NO BRASIL, DILEMAS E PERSPECTIVAS. São Paulo, SP, Vértice, 1988.
- CARONE, Edgar. O PCB. vol.II 1943/64 e vol.III 1964/82. São Paulo, Difel, 1982:
- DELLA CAVA, Ralph. "A Igreja e a abertura, 1974-1985" in STEPAN, Alfred (org.) DEMOCRATIZANDO O BRASIL. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1988.
- FREDERICO, Celso.(org.) A ESQUERDA E O MOVIMENTO OPERÁRIO. vol.II A crise do "milagre brasileiro" e vol.III A reconstrução, Belo Horizonte, MG, Oficina de Livros, 1990/91.

- GARCIA, Marco A. "Contribuições para uma história da esquerda brasileira" in MORAES, R., ANTUNES, R. e FERRANTE, Vera B. (orgs) INTELIGENCIA BRASILEIRA. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- GORENDER, Jacob. COMBATE NAS TREVAS, A ESQUERDA BRASILEIRA: DAS ILUSOES PERDIDAS A LUTA ARMADA. São Paulo, Ática, 1987.
- GORENDER, Jacob. "A revolução burguesa e os comunistas". in D'INCAO, Maria A. (org) O SABER MILITANTE, ENSAIOS SOBRE FLORESTAN FERNANDES. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Unesp, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. MAQUIAVEL, A POLÍTICA E O ESTADO MODERNO. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- KOWARICK, Lúcio. "Introdução - As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo" e "Considerações Finais; As lutas sociais e a cidade: impasses e desafios" in
- KOWARICK, Lúcio. (org.) AS LUTAS SOCIAIS E A CIDADE, SÃO PAULO: PASSADO E PRESENTE. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1988.
- KOWARICK, Lúcio e BONDUKI, Nabil. "Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização." in KOWARICK, Lúcio. (org.) AS LUTAS SOCIAIS E A CIDADE, SÃO PAULO: PASSADO E PRESENTE. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1988.
- KUCINSKI, Bernardo. ABERTURA, A HISTÓRIA DE UMA CRISE. São Paulo, Brasil Debates, 1982.
- KUCINSKI, Bernardo. JORNALISTAS E REVOLUCIONÁRIOS NOS TEMPOS DA IMPRENSA ALTERNATIVA. São Paulo, Scritta, 1991.
- LAMOUNIER, Bolívar. "O 'Brasil autoritário' revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura" in STEPAN, Alfred (org.) DEMOCRATIZANDO O BRASIL. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- LEVI, Nelson et alii. "Mesa Redonda: a conjuntura e as alternativas do movimento popular" in CONTRAPONTO nº04 (revista do centro de estudos Noel Nutels), Rio de Janeiro, RJ, Edições Achiamé, 1º semestre 1980.
- MAINWARING, Scott. "Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Iguaçu" in STEPAN, Alfred (org.) DEMOCRATIZANDO O BRASIL. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1988.

- MARTINS, Carlos Estevam. "O balanço da campanha" in LAMONIER, B. e CARDOSO, F.H. (orgs.) OS PARTIDOS E AS ELEIÇÕES NO BRASIL. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEBRAP, 1978, 2ª edição.
- MORAES, João Quartim. "A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro" in HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL. Vol.I O impacto das revoluções. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- NERY, Sebastião. AS 16 DERROTAS QUE ABALARAM O BRASIL. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- NOGUEIRA, Arnaldo J.F.M. A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO SINDICALISMO BRASILEIRO: A EXPERIÊNCIA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO (1978-1983). Dissertação de mestrado apresentada no IFCH- Unicamp, 1990.
- NOGUEIRA, M.A.(org.) PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA: 1958/1979. São Paulo, Lech, 1980.
- NOGUEIRA, M.A. (org) O PCB EM SÃO PAULO: DOCUMENTOS 1974/1981. São Paulo, Lech, 1981.
- NORONHA, Eduardo. "A explosão das greves na década de 80" in BOITO JR., A. (org.) O SINDICALISMO BRASILEIRO NOS ANOS 80. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1991.
- NOVAES, Regina R. "Continuidades e rupturas no sindicalismo rural" in BOITO JR., A. (org.) O SINDICALISMO BRASILEIRO NOS ANOS 80. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1991.
- O'DONNELL, Guillermo. "Transições, continuidades e alguns paradoxos" in REIS, Fábio W. e O'DONNELL, G. (orgs) A DEMOCRACIA NO BRASIL - DILEMAS E PERSPECTIVAS. São Paulo, Vértice, 1988.
- O'DONNELL, Guillermo. "Hiatos, instituições e perspectivas democráticas" in REIS, Fábio W. e O'DONNELL, G. (orgs) A DEMOCRACIA NO BRASIL - DILEMAS E PERSPECTIVAS. São Paulo, Vértice, 1988.
- PEREIRA, Duarte. (sob o pseudônimo de Alfredo Pereira) "Participação deve ser ativa: a participação popular não pode restringir-se a eleger alguns representantes de vez em quando" in jornal MOVIMENTO, nº183, p.9, 1/janeiro/1979.
- PEREIRA, Duarte. (sob pseudônimo de Alfredo Pereira) "Brasil, 31 de março de 1979: maus tempos, hein?" in jornal MOVIMENTO, nº196, 2/abril/1979, pp.10, 11.
- POULANTZAS, Nicos. A CRISE DAS DITADURAS, PORTUGAL, GRÉCIA, ESPANHA. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

- POULANTZAS, Nicos. AS CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO DE HOJE. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, 2ª edição.
- POULANTZAS, Nicos. PODER POLÍTICO E CLASSES SOCIAIS. São Paulo, Martins Fontes, 1976, 2ª edição.
- PRESTES, L.C. CARTA AOS COMUNISTAS. São Paulo, Alfa-ômega, 1980.
- REIS Fº, Daniel A. A REVOLUÇÃO FALTOU AO ENCONTRO. São Paulo, Brasiliense, 1990, 2ª edição.
- REIS Fº, Daniel A. "O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros" in HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL. Vol.I O impacto das revoluções. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- RODRIGUES, Iram Jacomé. "As comissões de empresa e o movimento sindical" in BOITO JR., A. (org.) O SINDICALISMO BRASILEIRO NOS ANOS 80. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1991.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os Dirigentes e a Organização" in O Brasil Republicano (1939-1964) - HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, vol. X, São Paulo, Difel, 1981. pp.363-443.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. "As tendências políticas na formação das centrais sindicais" in BOITO JR., A. (org.) O SINDICALISMO BRASILEIRO NOS ANOS 80. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1991.
- RUMIANTSEV, Alexei(org.). LA ESTRUCTURA DE LA CLASE OBRERA DE LOS PAISES CAPITALISTAS. Praga, Ed. Paz y Socialismo, 1963.
- SADER, Eder. QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRARAM EM CENA, EXPERIÊNCIAS E LUTAS DOS TRABALHADORES DA GRANDE SÃO PAULO 1970-1980. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1991, 2ª edição.
- SADER, Emir. "Cuba no Brasil: influência da revolução cubana na esquerda brasileira" in HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL. Vol.I O impacto das revoluções. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- SAES, Décio. "De quem é o MDB?" in jornal EM TEMPO. São Paulo, ano II, número 53, 07.03.79.
- SAES, Décio. "Quem acredita em Figueiredo?" in jornal MOVIMENTO, nº193, 12/março/1979.

- SAES, Décio. ESTADO E CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO BRASILEIRO DOS ANOS 70/80. Campinas, Unicamp-IFCH, "primeira versão" Nº 02.
- SAES, Décio. CLASSE MÉDIA E SISTEMA POLÍTICO NO BRASIL. São Paulo, T.A. Queiroz, 1985
- SAES, Décio. "O Processo Político Brasileiro, da Abertura à Nova República: Uma Transição para a Democracia (burguesa)?" in TEORIA E POLÍTICA. São Paulo, Brasil Debates, nº 9, 1988.
- SANTOS, Nilton (org.) HISTÓRIA DA UNE. vol.I Depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo, Livramento, 1980.
- SANTOS, Raimundo. "Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50" in HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL. Vol.I O impacto das revoluções. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- SKIDMORE, Thomas. BRASIL: DE CASTELO A TANCREDO. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, 3ª edição.
- SPINDEL, Aarnaldo. O PARTIDO COMUNISTA NA GÊNESE DO POPULISMO. São Paulo, Símbolo, 1980.
- STEPAN, Alfred. OS MILITARES: DA ABERTURA À NOVA REPÚBLICA. cap.I "Sociedade Civil, Sociedade Política, Estado e Militares". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, 3ª edição.
- TELLES, Vera da Silva. "Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos" in KOWARICK, Lúcio. (org.) AS LUTAS SOCIAIS E A CIDADE, SÃO PAULO: PASSADO E PRESENTE. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1988.
- VELASCO E CRUZ, S. e MARTINS, C.E. "De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura" in SORG, B. e ALMEIDA, M.H.T. (orgs) SOCIEDADE E POLÍTICA NO BRASIL PÓS-64. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- VINHAS, Moisés. O PARTIDÃO, A LUTA POR UM PARTIDO DE MASSAS 1922/1974. São Paulo, Hucitec, 1982.
- WEFFORT, Francisco. "Por que democracia?" in STEPAN, Alfred (org.) DEMOCRATIZANDO O BRASIL. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- WEFFORT, Francisco. "As Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra)" in ESTUDOS CEBRAP nº4, abril/junho 1973. São Paulo. pp.65/106

ZAIDAN, Michel. "O grande *tournant*: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)" in HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL. Vol.I O impacto das revoluções. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.